

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

ODITON AZEVEDO DA SILVA JUNIOR

**HOMOSSEXUALIDADES NA REDE:
ANÁLISES DE DISCURSOS**

Orientador Prof. Dr. MARCELO SANTANA FERREIRA

Niterói, Rio de Janeiro
2014

ODITON AZEVEDO DA SILVA JUNIOR

**HOMOSSEXUALIDADES NA REDE:
ANÁLISES DE DISCURSOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Orientador Prof. Dr. Marcelo Santana Ferreira

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. FERNANDO SILVA TEIXEIRA FILHO
Universidade Estadual Paulista/UNESP

Prof.^a Dr.^a MARCIA OLIVEIRA MORAES
Universidade Federal Fluminense/UFF

Niterói, Rio de Janeiro
2014

AGRADECIMENTOS

Aos amigos Sharla Andrea Werner Yamaguchi e Rogerio Martins Coutinho, por se fazerem presentes nos momentos bons e ruins. Se esse trajeto foi concluído, é porque eles nunca deixaram de estar ao meu lado.

Aos amigos Nicolle Pinho Mendonça Mascitelli e Jorge Augusto Guedes Viana, por terem compartilhado o início desta jornada, e servirem de exemplo para a superação das dificuldades que encontrei.

À minha mãe e ao meu primo Alexandre, que sempre estão presentes em pensamento, me fortalecendo, ainda que a distância não facilite as coisas no dia-a-dia.

Ao meu Orientador Marcelo Santana Ferreira, por todo o apoio nesta trajetória complexa e cheia de altos e baixos que é o Mestrado. Sem sua paciência e compreensão, não conseguiria ter chegado ao final da trilha.

À Professora Marcia Oliveira Moraes, por toda inspiração na minha vida acadêmica, desde a graduação, iluminando com sua sabedoria cada momento que pude acompanhar seu trabalho. Tê-la na banca foi uma honra.

Ao Professor Carlos Diógenes Côrtes Tourinho, por ter me ensinado o cuidado necessário com um trabalho acadêmico, sempre buscando aprimorar os conhecimentos e compartilhá-los com ética e responsabilidade.

Ao Professor Fernando Silva Teixeira Filho, por sua contribuição para o desenvolvimento deste trabalho desde a banca de qualificação, e por todos os apontamentos que só fizeram enriquecer minha relação com meu tema.

À Professora Silvana Mendes Lima, que se fez presente em momentos inusitados da minha vida acadêmica, e que mesmo sem ter a obrigação formal, deu um *feedback* incrível dos meus esforços, ajudando na minha reconciliação com o trabalho concluído.

Ao Governo Federal do Partido dos Trabalhadores que, através do CNPq e da CAPES, tem buscado fomentar a produção acadêmica com novos programas e bolsas de incentivo. O Mestrado só tornou-se uma realidade pra mim pelas mudanças promovidas nos últimos doze anos na educação do país.

Dedico este trabalho aos amigos Ana Elisa Pinho Taves de Matos, Bruna Saredine Barcelos e Rodrigo de Souza Oliveira, por terem me feito acreditar que este era a o caminho certo a seguir.

RESUMO

Buscamos estudar as homossexualidades através de análises de discursos contemporâneos à luz dos fundamentos da arqueologia e genealogia propostas por Michel Foucault (1926-1984). Definimos como objeto os discursos presentes em notícias e comentários encontrados na *internet*, delimitando a pesquisa no período entre a aprovação da união estável para casais homoafetivos pelo Superior Tribunal Federal, em 5 de maio de 2011, e a parada *gay* na cidade do Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 2012. Defendemos a compreensão da rede mundial de computadores como espaço legítimo de pesquisa e intervenção acadêmicas, afirmando um posicionamento ético e perspectiva diferenciados, como encontramos na netnografia. Com a ampliação do debate promovida pela mudança de interpretação da legislação, observamos que os discursos acerca das homossexualidades se distanciaram do status de tabu, assumindo inclusive o papel de protagonistas em disputas políticas, influenciando diretamente novos arranjos sociais e processos de subjetivação.

Palavras-chave:

Homossexualidade; Internet; Genealogia; Arqueologia; Análise de Discurso; Netnografia.

ABSTRACT

We seek to study the homosexualities through analysis of contemporary regard to the pleas of archeology and genealogy proposed by Michel Foucault (1926-1984). We choose the many speeches found in news and reviews online as study objects, setting out the research between the time from the adoption of common-law marriage by the Superior Court on May 5th, 2011, and the gay pride parade in the city of Rio de Janeiro, on November 18th, 2012. This research stand up for the understating of the world wide web as a legitimate space of research and academic intervention, claiming an ethical positioning and differentiated perspective as we find in netnography. With the expansion of the debate promoted by changing the interpretation of legislation, we observed that the discourses about homosexualities distanced themselves from the status of a taboo, even assuming the leading role in political struggles, directly influencing new social arrangements and processes of subjectivity.

Keywords:

Homosexuality; Internet; Genealogy; Archaeology; Discourse Analysis; Netnography

SUMÁRIO

1. DOS MOTIVOS PARA ESTE TRABALHO	8
2. INTRODUÇÃO	13
3. METODOLOGIA	20
3.1. Dos fundamentos teóricos para a definição do objeto, e sua relação com o pesquisador	20
4. OBJETO DE ESTUDO	29
4.1. Dos fundamentos teóricos para a definição do objeto, e sua relação com o pesquisador	29
4.2. O discurso como objeto de estudo	32
4.3. É possível a <i>internet</i> ser um lugar de investigação acadêmica?	34
4.4. Questões éticas envolvendo a pesquisa acadêmica na/pela internet	39
4.4.1. Uma etnografia virtual, ou netnografia, como parâmetro para os aspectos éticos da pesquisa	40
4.4.1.1. Privacidade: a distinção entre público e privado na internet	45
4.4.1.2. A presença do pesquisador	46
4.4.1.3. O consentimento	47
4.4.1.4. Problematizando a identidade: como controlar a participação de menores	47
4.4.1.5. Segurança na internet: transmissão e armazenamento de dados	48
4.4.1.6. Continuidade da pesquisa	49
5. ANÁLISES DOS DISCURSOS	50
5.1. Procedimentos iniciais para busca e escolha dos textos	50
5.2. Resultados iniciais	51
5.3. Posicionamentos	52
5.4. Os discursos	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
7. REFERÊNCIAS	77
ANEXO: LISTA DE NOTÍCIAS PESQUISADAS AO LONGO DO TRABALHO	83

1. DOS MOTIVOS PARA ESTE TRABALHO

Cinco de maio de dois mil e onze. O Supremo Tribunal Federal determina, em decisão unânime, que a união homossexual tem o mesmo valor que a união heterossexual, permitindo que casais *gays* sejam reconhecidos legalmente, através do regime de união estável.

"Essa votação é um marco histórico para o Brasil. É uma sinalização de que o país está entrando num processo civilizatório importantíssimo para a radicalização democrática. Sempre digo que o grau civilizatório de um país pode ser medido pela forma como ele trata os homossexuais. O país precisava fazer isso para se incluir em uma perspectiva de civilização moderna. Se, na hora de pagar impostos, os *gays* e lésbicas pagam como os héteros, por que na hora de ter direitos há diferenças?"

- Claudio Nascimento,
Presidente do Conselho Estadual LGBT¹ e coordenador do programa Rio Sem Homofobia. (O GLOBO, 2011)

Estava acompanhando o desenrolar da audiência pela *internet*, ao vivo, através de um portal de notícias, que era acessível para qualquer um. Estava apreensivo, não pela vitória, mas com os argumentos de cada voto, de cada juiz. No final, fiquei me indagando o que aquilo significava. E qual era a diferença entre união estável e casamento?

Percebi que, até aquele momento, não tinha realmente pensado sobre o que significava para alguém não poder se casar. Muito menos entendia por que pessoas lutariam por um direito como esse.

Era como se, com aquela possibilidade negada, tivessem “aprendido” a não ter expectativas quanto a isso. Todo o drama do comprometimento, a vontade de construir uma vida junto com alguém, a aprovação pelas famílias, o ato de tornar o relacionamento público com uma cerimônia espiritual, a materialidade da união através do registro legal, nada disso parecia fazer muito sentido nas relações homossexuais.

Era como se estas relações pudessem ser vividas mais intensamente, ainda que aparentemente limitadas no tempo de duração do desejo mútuo. Sem obrigações, verdade, mas também sem legitimidade ou direitos, sendo o mais fundamental o de ser reconhecida como algo de valor.

Talvez por isso meu sentimento de realização se restringia à conquista de uma igualdade jurídica, no que ela representava enquanto garantias para os casais. Ou seja, meu apoio à união civil para qualquer casal se dava por uma questão de princípios, onde deveríamos tentar garantir a igualdade fundamental que orienta a Constituição.

¹ Acrônimo para lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros.

Uma questão de direitos humanos. Pessoalmente, contudo, continuava a me perguntar por que alguém poderia querer se casar nos dias de hoje. E, aparentemente, meu sentimento não era algo isolado.

Um amigo, morador do bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro (um local conhecido por receber bem o público LGBT) comentou a respeito da falta de comemorações no dia do julgamento. Afirmar que nem todos deveriam estar felizes de serem enquadrados na lei, como se a união estável reconhecida fosse algum tipo de pena para um crime. Ou seja, mantinha minha perspectiva circunscrita ao campo jurídico, como se ela não estivesse implicada em outros campos de existência. E não compreendia o sentimento de realização que alguns demonstravam. Na verdade, quando pensava nas homossexualidades como questão, preocupava-me com os casos de violência.

Trinta de novembro de dois mil e sete. Um rapaz de dezenove anos é agredido por outros jovens, próximo a uma grande universidade em Niterói (onde eu estudava, então), no Rio de Janeiro. O motivo? Ser homossexual e estar saindo de um *point gay*.

A proximidade com o ocorrido teve consequências distintas, e ficou claro pra mim o quanto a distinção entre ver e experimentar pode ser limitante para dar conta dos sentimentos envolvidos. Foram inúmeras as ocorrências de agressões que guardei desde então. Os casos de violência me incomodavam, constrangiam minha razão, causavam-me angústia.

Temia por amigos que, por um motivo ou outro, “davam pinta”², ficando suscetíveis a ataques como aquele. Passei a evitar locais que não fossem exclusivos para o público LGBT.

Como explicar uma agressão gratuita? Como lidar com o fato de que seres humanos são capazes de ferir outros – até a morte em alguns casos – sem serem provocados?

Enganos. Ingenuidade.

O sentimento de viver uma agressão não é algo absoluto. Alguns se sentem agredidos por apenas estarmos em seu campo de visão. Outros, por sermos considerados iguais perante a lei, por podermos compartilhar dos mesmos espaços e serviços. Ou por lutarmos pelos mesmos salários, por beijar na boca ou dar as mãos em público.

O homem caucasiano médio, quando inscrito numa lógica de superioridade, não tolera ser posto lado a lado de pessoas com outra cor de pele, com pessoas de outro gênero, ou com orientação sexual diversa, ainda que restrições práticas de acesso e recursos dê-lhes poder e liberdade.

² Expressão muito utilizada no meio *gay*, sendo já reconhecida pelo senso comum, e que significa deixar evidente a condição homossexual, seja por comportamentos considerados extravagantes, seja por demonstrações de afeto em local público.

“Um dos papéis da Igreja na sociedade é ser uma consciência profética capaz de ajudar a cada ser humano (entendido como um indivíduo livre e competente diante de Deus e dos homens, vivendo em uma sociedade pluralista) a discernir valores essenciais que norteiam os relacionamentos em todas as suas dimensões. É nesse contexto que os batistas – integrantes de uma denominação cristã que, ao longo de toda a sua história, defende a liberdade religiosa, de consciência e de expressão – se manifestam para alertar sobre os perigos que a sociedade brasileira corre diante das novas conjunturas sociais aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e que estão sendo propaladas por leis que tramitam no Congresso Nacional e por ações promovidas pelo Executivo. Assim, alertamos para os perigos:

- de construir uma sociedade em que a legalidade pode ser estabelecida pelos interesses políticos e inclinações pessoais, como ocorreu no caso da reeleitura contraditória feita pelo STF do artigo 226 da Constituição Federal. Quando uma casa que tem como principal missão defender a Constituição a rasga, corremos o perigo de viver um Estado jurídico de exceção, ao qual a nação brasileira não deseja retroceder;*
- de destruir o conceito de família (que não é só cristão, mas universal e multicultural) para reconstruí-lo sob a égide somente da afetividade e não em toda a dimensão de suas funcionalidades como base da sociedade;*
- de criar uma sociedade em que os valores essenciais são relativizados, pois onde tudo é relativo nada sobra para apoiar os alicerces do nosso futuro;*
- de viver em uma sociedade que abandona os valores divinos revelados nas Escrituras Sagradas, pois a História, desde os tempos bíblicos, têm demonstrado que sociedades que abandonaram os valores mais elementares implodiram por perderem os seus pilares sustentadores – ainda que tenham sido, em algum momento, grandes potências no contexto universal.*

Pastor Paschoal Piragine Jr., Presidente da Convenção Batista Brasileira, após o julgamento no STF sobre a união civil homossexual (EVANGELISMO E MISSÃO, 2011).

O preconceito persiste. A homofobia se faz presente de diversas formas. E o campo do saber está tão suscetível a reproduzir os valores, pensamentos e influxos da sociedade como qualquer outro, inclusive os valores que corroboram com uma noção de iniquidade das práticas, sentimentos e afetos dos que buscam parceiros do mesmo sexo. Assim, discursos do campo do conhecimento têm servido como justificativa para uma série de práticas opressivas contra os homossexuais.

E ainda que não compreenda a importância do casamento como algo a ser buscado para a construção do que aprendemos que seja a vida, percebo que a luta pelo casamento igualitário está imersa em um contexto-mundo muito mais complexo, e critica diretamente uma realidade que tolera a violência contra os que estão do lado das minorias.

Aprendi que, para os gays, não falar da vida sexual e da vida amorosa era respeitoso com os heterossexuais, ainda que suas histórias, conquistas e amores de verão pudessem ocupar toda uma conversa em uma noite de bar. Viver como *gay* era um tabu, e motivo de vergonha.

A aceitação às vezes ofertada era tolerada desde que o assunto não se tornasse pauta frequente, e que a pessoa mantivesse uma “aparência de homem”. Gestos, fala, roupas, tudo deve ser controlado para não ofender os outros.

Como os homossexuais vivem? Em quais condições eles podem existir na sociedade? Até que ponto aquilo que lhes é externo influencia, orienta e determina como expressam seus desejos e afetos? E como isso se relaciona com a noção de *gays* e lésbicas quanto a si mesmos?

E de repente, os golpes de correntes, pedras e punhos cerrados, os gritos de socorro, a incompreensão pela “punição” infligida, o gosto de sangue na boca, a dor substituindo o sentimento de ter encontrado alguém e vivido alguns poucos momentos de contentamento – é o encerramento do prazer e da felicidade pela repressão e violência.

Sete de maio de dois mil e onze. Dois dias depois da decisão do STF no Brasil, morre nos Estados Unidos Thomas Lee Bridegroom, de vinte e nove anos, em um acidente. Sua história é contada pelo companheiro em um vídeo na *internet* (CRONE, 2012). Viveram juntos por seis anos, viajaram, compraram uma casa, montaram um negócio, adotaram um cachorro. Pelo relato, a família de Thomas rejeitava a relação, ele tendo sido afastado de casa depois que seu pai o agrediu e o ameaçou. Sua mãe falava tanto em pecado quanto em doença ao sugerir que poderiam ter procurado um médico.

Após sua morte, todo o relacionamento foi negado pela família, como se não tivesse existido, e Shane Bitney Crone, seu companheiro, conta sua história como uma forma de lutar pelos direitos que lhe foram negados.

Mas seu esforço não tem a ver com uma busca por herança ou pertences. Ele almeja o reconhecimento da sua dor, do seu luto. Shane quer que as pessoas saibam a perda que viveu, que suas lágrimas tenham algum sentido. Ao negar a relação deles, os pais de Thomas quase tiraram o direito de Shane de expressar – para si mesmo e para os outros – o valor dos seus sentimentos e de sua vida com seu companheiro.

Seu relacionamento vai além de uma manifestação de um desejo, de uma atração física, e supera mesmo qualquer compreensão que possamos ter do que seja o amor. Eles iriam se casar, tão logo fosse possível. Para eles, ter sua união reconhecida significava muito. Eles tinham uma história, e Shane não quer que ela seja esquecida, apagada de sua memória, como um devaneio de alguém que não merece respeito ou consideração.

O discurso de Shane fala de outro lugar.

Foucault (1998) chama atenção para a importância dos discursos ao expor a transformação das práticas e das relações de poder vinculadas à sexualidade. Ao apresentar os pensamentos e práticas a respeito do casamento e das formas de relação entre iguais na Antiguidade, atenta para o modo como as mudanças e transformações a respeito do sexo se

deram ao longo da história. Ou seja, contrapõe os discursos de naturalização do corpo e da sexualidade com sua própria historicidade.

Nos estudos de Judith Butler (2003) sobre o feminismo, nos é apresentada uma desconstrução de predominância ou determinismo entre os elementos do trinômio sexo, gênero e desejo. O gênero seria definido e redefinido a partir de uma “convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003, p.29).

Recorrendo a Guattari e Rolnik (1996), temos que as homossexualidades constituídas pela vivência não afirmam uma essência, mas se relacionam diretamente com o corpo. Contudo, não se restringem ao particular. Pelo contrário, não é possível dissociá-las de outros campos, como o artístico, aos agenciamentos relacionados à infância, ao trabalho, etc. O que está em jogo são os contextos e arranjos nas diversas esferas de manifestação humanas.

O discurso de Shane não é apenas uma resposta que traz uma concepção outra para o que pode ser o relacionamento entre duas pessoas do mesmo sexo. É uma resistência que toma para si o poder da fala, e combate um modo de ser que é sistematicamente imposto aos homossexuais na contemporaneidade.

É uma resposta à violência que sofreu e à perda que ainda sente, redefine quem ele é, como ele se vê e como as pessoas o percebem. Assim, Shane nos mostra que mesmo o discurso de uma única pessoa tem condições de provocar reflexões, comover milhares ao redor do mundo e, eventualmente, de modificar o modo como pensamos.

Por isso, é preciso resgatar os discursos sobre as homossexualidades, e não apenas como um atributo argumentativo ou estratégia de retórica. Há algo nos discursos que concerne a um processo de subjetivação, mas em um movimento que não se encerra em si mesmo, que não é absoluto nem definitivo.

Temos que repensar os discursos que apoiam as relações entre pessoas do mesmo sexo, assim como aqueles que as condenam e inferiorizam. Antes, atentar para como se relacionam, como se enfrentam e constituem um campo para as homossexualidades, do que buscar suas origens, um dos caminhos utilizados para legitimar verdades transitórias como se fossem atemporais.

Assim, não falar de uma homossexualidade única, mas múltiplas, tantas quantos forem os discursos que as exprimem, em seus sentidos, contextos, forças e fraquezas. É perguntar que homossexualidades são essas que querem ser, ao invés de estabelecer uma única homossexualidade.

2. INTRODUÇÃO

Discursos proferidos, palavras em conflito. As homossexualidades como tema estão cada vez mais presentes e evidentes em todas as esferas da nossa sociedade. Saíram dos guetos, da obscuridade, da ordem do não-dito, fazendo-se presentes nos espaços jurídicos, políticos, acadêmicos, educacionais, familiares, econômicos, sanitários, religiosos...

Desejo, promiscuidade, amor, imoralidade, direito, desvio, escolha, abominação, orientação, pecado, doença – são diversos os modos como aprendemos a pensar, determinar e marcar as relações de afeto e prazer entre iguais. Palavras que ecoam nas falas, orientam os nossos pensamentos, determinam os nossos sentimentos e ganham movimento em nossas ações e reações aos homossexuais.

Discursos contingentes carregados de verdade, voláteis e incompatíveis entre si, todos buscando afirmar sua própria legitimidade, convocando-nos a tomar uma posição, a escolher um lado. E não importa qual decisão tomemos, a disputa permanece, pois não há uma resposta definitiva, ou uma “verdade” que satisfaça. Uma cacofonia que incita-nos à desinformação e à incompreensão, que exalta nossos ânimos e provoca enfrentamentos.

Identidades afirmando arbitrariamente sentidos sobre desejos e práticas que devem – ou não – prevalecer quando o assunto é o afeto e o prazer entre iguais. E assim, o próprio entendimento do que sejam as homossexualidades está em jogo.

Se as compreendermos como vontade, devem ser evitadas ou defendidas? E sob quais argumentos? Tornou-se necessário buscar compreender suas causas. Tratar-se-iam de uma opção e, portanto, passíveis de valoração moral? Seriam uma orientação biológica, genética, meramente uma expressão diferenciada do ser humano, ou algo compreensível somente como um desvio da normalidade, um transtorno? Ou ainda, consequências de um meio social onde a figura masculina como modelo estivesse ausente? Frutos de abusos sofridos na infância? Conhecida uma causa primeira, seria possível evitar esta “condição”, combatê-las adequadamente? Ou são consequências inevitáveis de fatores específicos?

Possibilidades...

Um participante de *reality show*, professor, *gay*, militante, eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro nas eleições de dois mil e dez, foi considerado um dos políticos mais atuantes por órgãos de imprensa e pela população nos anos de dois mil e onze e dois mil e doze (SARDINHA, 2011, 2012).

Ainda que sua eleição tenha sido possível apenas através das regras de eleição proporcional, onde a coligação ou partido elegem representantes pela soma de votos que alcançou, o deputado tem conquistado o respeito dos eleitores e da mídia com seu trabalho.

Mas enquanto Jean Willys, filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), conseguiu treze mil e dezoito votos, Jair Bolsonaro, deputado federal eleito pelo Partido Progressista (PP) e conhecido por seus discursos homofóbicos e de extrema direita, teve cento e vinte mil, seiscentos e quarenta e seis votos, fazendo-nos questionar como serão as eleições para deputado em dois mil e quatorze (DIÁLOGOS POLÍTICOS, 2010).

Pessoas de todas as classes sociais e faixas etárias comoveram-se com o drama de um personagem de novela – um rapaz que, tendo sofrido a perda do seu namorado, teve dificuldades em se envolver com outro homem. O personagem cativou o público, exibindo um relacionamento *gay* com naturalidade, leveza e sentimentos (CONTATTO, 2011). Quebrando alguns estereótipos com os quais os homossexuais são normalmente marcados neste tipo de mídia, a obra lidou com a possibilidade de sentimentos de amor e carinho entre iguais, ainda que qualquer cena de intimidade como um simples beijo, algo tão corriqueiro para casais heterossexuais, tenha sido evitada.

Admiradores de esportes debateram a distinção entre provocação e preconceito sexual nos estádios, após um clube de vôlei ser multado em cinquenta mil reais. Sua torcida teria demonstrado comportamento homofóbico contra um jogador do time adversário durante um jogo (CONSULTOR JURÍDICO, 2011). O desportista assumiu sua homossexualidade publicamente após o episódio. O acontecimento reabre a discussão sobre os efeitos de determinadas práticas tidas como expressão de uma determinada cultura ou agrupamento social, mas que acabam por reafirmar preconceitos contra grupos minoritários.

A questão sobre as relações e competências entre os três Poderes do Estado tem estado presente nos debates sobre política. Após o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecer a união estável homoafetiva, dando legitimidade jurídica para que casais *gays* em todo o território brasileiro tenham acesso aos mesmos direitos constitucionais já garantidos aos casais heterossexuais (NOTÍCIAS STF, 2011), o papel do poder legislativo vem sendo criticado por sua inabilidade e conservadorismo.

Um senador evangélico lamentou decisão da justiça de São Paulo após esta determinar a retirada de outdoors com trecho da bíblia relacionando prática homossexual a pecado “abominável”, tratando o ato jurídico como restrição à liberdade de expressão (PORTAL UOL, 2011). Em outro ocorrido, o Ministério Público Federal entrou com uma ação contra

um pastor evangélico por incitar o ódio contra homossexuais através de programa de televisão (RONCAGLIA, 2012). O aparente conflito ideológico que coloca em pontos opostos os significados de liberdade de expressão e crime de ódio é o ponto crítico para o debate sobre o Projeto de Lei da Câmara, PLC 122/2006, que criminaliza a homofobia.

Em dois mil e onze, o laicismo do Estado brasileiro foi posto em xeque quando deputados federais ameaçaram interromper votações no Congresso, pressionando o Executivo a cancelar um projeto educacional voltado ao combate à homofobia. O governo federal acabou cedendo, e o projeto foi abandonado (FLOR, 2011).

Dois anos depois, o poder executivo manteve sua posição em questão semelhante, ao suspender um kit educativo sobre a AIDS destinado a adolescentes, atitude que foi alvo de críticas de entidades diversas, inclusive de representantes das Nações Unidas (FORMENTI, 2013a, 2013b). Comentaristas políticos temem que o debate para as eleições de dois mil e quatorze sejam pautadas mais uma vez pelo discurso moralista, evitando questões da própria ordem institucional e de responsabilidade dos poderes.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem enfrentando sistematicamente problemas envolvendo psicólogos que pregam o tratamento do *homossexualismo*³, apoiados em suas doutrinas religiosas e/ou morais. Um projeto que sustava artigos da resolução do CFP, aprovado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, foi arquivado em dois mil e treze, após manifestações da população, mas pode voltar ao plenário já em dois mil e quatorze (PASSARINHO; COSTA, 2013), de modo que o tema poderá ser utilizado para influenciar as eleições.

Enquanto isso, casos de violência contra homossexuais tornam-se cada vez mais frequentes na mídia. Um militar foi preso no Rio de Janeiro por ter atirado contra um jovem homossexual (TEIXEIRA, 2011). No estado de São Paulo, pai e filho, tomados como um casal após terem se abraçado, foram agredidos por sete homens. O pai teve parte de sua orelha direita decepada (SIMIONATO, 2011).

As homossexualidades não são mais tabu. Estamos sistematicamente capturados por um arranjo em que não é mais possível definir um limite para a segregação das práticas sexuais da esfera pública, por mais que haja uma pretensa configuração social que prime por expectativas em contrário, que pensemos o exercício da sexualidade como algo do domínio privado, íntimo, como nos alerta Simões e Facchini (2009, p. 12):

³ O sufixo 'ismo' pode ser compreendido como indicação de um estado patológico. No entanto, prevalece a controvérsia. Aqui, utiliza-se a forma para destacar uma diferença de postura. O CFP não classifica a homossexualidade como transtorno desde sua Resolução N°001/99.

As controvérsias públicas em torno da homossexualidade, assim como sobre outras categorias de identidade referidas ao corpo, ao gênero e à orientação do desejo fazem parte de uma luta mais ampla em torno do que é tido como moral, saudável, legítimo e legal em termos de sexo e de tudo aquilo que constitui o senso primordial de identidade da pessoa e seus laços sociais fundamentais. São, assim, uma evidência a mais – se ainda há quem precise ser convencido – de que a sexualidade, longe de ser matéria confinada à intimidade e à privacidade de cada qual, é um terreno político por excelência.

É inegável que as relações entre as pessoas são atravessadas por normas sociais, condutas legais, expectativas culturais e mesmo questões de ordem econômica, que não apenas as influenciam, mas as redefinem, ou mais radicalmente, as constituem. Mal nos damos conta da infinidade de discursos que se interpõem, complementam-se mutuamente, afirmam paradoxos, revelam idiosincrasias, repelem-se. Discursos estéticos, morais, médicos e políticos, extrapolando os limites entre o público e o privado. Mas como, fundamentalmente, tais discursos se justificam?

Não podemos tentar responder tal indagação sem antes estabelecermos mais propriamente como podemos pensar as homossexualidades. Uma primeira reflexão, partindo dos nossos referenciais contemporâneos, nos convida a explorar a questão notadamente através dos discursos médico, biológico, moral, religioso, da ordem dos direitos humanos e do direito à privacidade, apesar de que – obviamente – as homossexualidades como questão não se limitem a esses campos.

O que ocorre é que cada esfera discursiva, se tomada isoladamente, pretende dar conta das homossexualidades em uma totalidade, unidimensional, ou no máximo permitindo-se algumas alianças que sejam pertinentes para a afirmação daquilo que defende. Mas a própria existência de discursos incompatíveis entre si, em disputa pela definição última do que sejam as homossexualidades demonstra que não há, no momento, possibilidade de fechamento para a questão. Tal conclusão é algo possível?

Ora, ao refletirmos sobre a experiência das homossexualidades nas diversas épocas da civilização humana e nas culturas dos povos, voltamos nossa atenção para os fenômenos e acontecimentos que não compactuam com generalizações, universalizações e naturalizações.

A partir de Spencer (1996, p.10), entendemos que as homossexualidades não devem ser explicadas, mas compreendidas dentro dos contextos sociais e culturais em que podem ser investigadas. E, apesar de acreditar que haja algum componente genético para a expressão das

sexualidades, o autor afirma que a noção de gênero é algo construído, e que as homossexualidades apenas existem.

Logo, seus estudos buscam demonstrar como o ato sexual entre iguais fez parte não só dos hábitos, mas mesmo da constituição social de diversas culturas e povos ao longo da história da humanidade. Assim, poderíamos dividir as homossexualidades em cinco categorias, delimitadas pela sua expressão e/ou contexto dentro da lógica social em que estariam inseridas:

A primeira são as relações em que há uma grande diferença de idade, entre um homem e um menino ou uma mulher e uma menina. Também representam uma espécie de iniciação ou proteção, um rito de passagem para o jovem na sua jornada em direção ao mundo adulto. Na segunda, temos as relações em que ocorre uma inversão de roupas, com um poderoso elemento de travestismo, até uma mudança completa nos papéis sociais. O terceiro caso envolve um casal com idade e posição social iguais. O quarto, um casal desigual que rompe as barreiras de classe. O quinto, um casal desigual que rompe as barreiras de raça (SPENCER, 1996, p.13).

Mas o autor alerta para o fato de que tal categorização só faz sentido a partir do nosso ponto de vista, do nosso lugar no tempo e no espaço, e a partir do nosso contexto. A própria ideia de homossexualidade seria algo inconcebível em diversas culturas, pois supõe uma contraposição direta com a heterossexualidade. Em uma cultura em que jovens ritualmente mantinham contato sexual com homens mais velhos como forma de ingressarem no mundo adulto, a distinção que fazemos hoje soa, no mínimo, descabida.

No entanto, ao olharmos pelo viés histórico, podemos incorrer em um equivocado movimento que pretende estabelecer uma “linha evolutiva” de pensamento, onde uma ideia de progresso é acompanhada paralelamente pelas novas configurações de entendimento e de funcionamento das práticas sexuais na sociedade.

Ou seja, aliarmo-nos ao discurso histórico exige que o façamos criticamente, sob o risco de, dependendo do ponto de partida que fixarmos, “encontrarmos” (ou melhor, produzirmos) outra resposta que não a pretendida.

No tocante às homossexualidades, poderíamos pensar da seguinte forma:

... até 1700 isso [a homossexualidade] era tido como pecado contra Deus e, portanto uma falha moral e teológica. Tornou-se, a seguir, um crime social, contra o qual o Estado legislava. Agora estava por transformar-se numa inadequação médica e psicológica, que muito rapidamente poderia vir a ser uma doença mental. Esta passagem do pecado para o crime, e daí para a insanidade, foi provocada por mudanças sociais (SPENCER, 1996, p. 273).

Neste sentido, é preciso destacar a importância que as ciências têm neste novo contexto, e como elas convivem com outros discursos, como os de ordem moral e religiosa, que longe de terem sido superados, estão ainda presentes nas relações sociais.

A ciência trouxe um paradigma onde não é possível estabelecer a verdade pela palavra de um único indivíduo, seja por direito divino, seja pela força física. O poder localizado, visto desta forma, é transitório, efêmero. A verdade da ciência, pretensamente sem sujeito, sem nação ou historicidade, sem contingência, é definida como aquela que vence o tempo e supera as manifestações individuais.

Mas o discurso científico é questionado e criticado fora de seu campo de atuação. A força do discurso científico se dá amparada por uma lógica que privilegia a razão. E nem sempre a razão é o determinante para se estabelecer a verdade. Há uma disputa pelo que deve orientar as normas sociais. A utilidade da ciência passa, então, a ser sua estratégia para alianças, para negociações.

Deste modo, o discurso político e representativo ganha espaço. Admite-se que o indivíduo eleito fala por aqueles que o elegeram, e assim, corresponde aos anseios e interesses de um contingente da população. Não se trata mais de uma voz única, solitária, mas de um coro virtual que tem demandas e impõe seus desejos através da vitória das urnas. E o sistema exige a resignação, ainda que temporária, dos derrotados, restando-lhes a esperança de pender a balança para o seu lado após certo período de tempo.

Já o discurso legal não está tão suscetível às mudanças políticas em tão curto espaço de tempo. Tendo como objetivo ordenar o campo social, permite ajustes pontuais, de acordo com as condições históricas, políticas, sociais e econômicas, mas exige que o processo de mudança não rompa de vez o que tem estabelecido, e que os acordos socialmente firmados sejam cumpridos. Ou seja, ele protege e ao mesmo tempo impõe, usando a força em ambos os casos.

A partir da compreensão da presença de tantas formas de discursos, mais do que apenas contrapô-los, devemos nos dar condições de perguntar, de modo legítimo, como que a partir deles se constituem os sentidos que a homossexualidade toma nos dias de hoje, antevendo que uma resposta única e definitiva provavelmente não seja possível.

Assim, o que esta verdade da ciência, os discursos morais, a religião, a esfera política (aqui, no sentido estrito da prática política representativa na democracia) e o discurso legal teriam a dizer a respeito das homossexualidades? Como o prazer, o sentimento, o desejo e os comportamentos são compreendidos através destes discursos?

Foucault (1988) chama-nos atenção justamente para esta questão, ao tratar da incitação aos discursos e seu papel nas relações de poder. Ele alerta para a apropriação da experiência vivida, especificamente no tocante à sexualidade (e, para nós, mais especificamente as homossexualidades) pelos discursos racionalistas, utilitaristas, orientadores das normas e do bem público, atuando diretamente no desejo, colocando-o sob jugo. Sobre esta “estratégia”, Foucault (1988, p.26) é categórico:

O essencial é bem isso: que o homem ocidental há três séculos tenha permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo; que, a partir da época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo.

Ao buscar entender como estes discursos afetam os homossexuais, devemos buscar uma postura política, social e ética que não se furte a enfrentamentos. A partir disso, poderemos pensar como o próprio conceito de uma única homossexualidade é apropriado e constituído.

Um caminho a percorrermos se aventa ao lançarmos os nossos olhos para os discursos acerca da experiência homossexual, não apenas como um resgate das vivências, mas também perguntando a eles quais sentidos produz. Reconhecemos que ainda há espaço para prover novas possibilidades de engendramentos e compreensões a partir das tensões existentes, ou ainda as potencializarmos – e atentos para não incorrermos na afirmação de um lugar próprio, engessado, detentor de verdades.

3. METODOLOGIA

3.1. Dos fundamentos teóricos para a definição do objeto, e sua relação com o pesquisador

Buscamos principalmente em Michel Foucault (2009) inspiração para pensarmos a nossa metodologia, apontando tanto para sua arqueologia quanto para sua genealogia como recursos metodológicos. Reafirmamos a necessidade de romper com uma perspectiva que entende o objeto de estudo como algo dado, pré-existente ao movimento da pesquisa, que precisa ser explorado para ser melhor (ou mais verdadeiramente) conhecido.

Pelo contrário, pensamos o conhecimento dentro de um contexto onde sujeito e objetos só existem a partir da relação entre eles, simultaneamente. Neste sentido, é estratégico definirmos os discursos como objeto de estudo à luz de Foucault.

O autor aponta para um *a priori* histórico, distinguindo-o da necessidade de encontrar uma origem ou atestar a validade de uma afirmação científica, juízo ou norma. Falar de um *a priori* histórico é lidar com as condições de emergência dos discursos, como eles interagem uns com os outros, como eles permanecem, fortalecidos, ou se perdem em meio a outros discursos, enfim, como eles, de fato, existem.

[...] quero designar um *a priori* que não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados. Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. *A priori*, não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente apresentadas à experiência, mas de uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas. (FOUCAULT, 2008, p.144)

A possibilidade de conhecimento não partiria, então, da busca por verdades originárias e universais. Mesmo no campo das ciências contemporâneas, podemos observar que a verdade é sempre contingente. Ou seja, o conhecimento “atemporal”, “absoluto”, não resiste às mudanças das técnicas e tecnologias utilizadas na sistematização dos próprios procedimentos científicos. Sempre é possível dar um passo “à frente” quando mudam os modos de relação do sujeito com o objeto.

Contudo, não basta reconhecer a fragilidade dos métodos científicos contemporâneos, em seus fundamentos, para a produção de conhecimento. É preciso estabelecer uma estratégia de investigação que possa lidar com este *a priori* histórico defendido por Foucault. Sua estratégia, “nunca será, portanto, partir em busca de sua “origem” [do conhecimento], negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, deter-se nas meticulosidades e nos acasos dos começos” (FOUCAULT, 2000, p.264).

Caberia, então, à arqueologia – uma arqueologia não endereçada ao principio das coisas, mas que visa elucidar, através dos arquivos, dos registros, do efetivamente dito – a tarefa de investigar as práticas discursivas como acontecimentos, que tanto tratam daquilo que foi enunciado, como do que está presente em ausência, em ocultamento, em fragilidades.

A sexualidade humana, em especial, é um excelente exemplo para Foucault. Para ele, não deveríamos pensar o estudo da sexualidade humana em suas manifestações através dos tempos. Realizar uma historicidade linear de tais práticas certamente indicaria uma estrutura social regida por um aprimoramento das práticas, das relações e das normas envolvendo o sexo, tanto moral quando evolutivamente. Ao invés disso,

[...] perguntaríamos se, nessas condutas, assim como nessas representações, toda uma prática discursiva não se encontra inserida; se a sexualidade [...] não é um conjunto de objetos de que se pode falar (ou de que é proibido falar), um campo de enunciações possíveis (quer se trate de expressões líricas ou de prescrições jurídicas), um conjunto de conceitos (que podem, sem dúvida, ser apresentados sob a forma elementar de noções ou de temas), um jogo de escolhas (que pode aparecer na coerência das condutas ou em sistemas de prescrição) (FOUCAULT, 2008, p. 216).

Foucault vai mais a fundo, afirmando que, ao observarmos a história das ciências, os fenômenos em questão, submetidos a uma perspectiva ideológica e a uma política utilitarista voltam-se para a solução de problemas que, inadvertidamente, remetem ao que perturba o próprio sistema. E é o erro, segundo Foucault, que justifica sua existência, em um movimento permanente de busca por “inovação” e “evolução”.

Mas como pode, então, uma ciência querer afirmar qualquer verdade, se esta é meramente transitória, limitada no tempo e no espaço ao próximo erro que o sistema se impõe?

Foucault nos convoca a darmos uma atenção especial aos erros, aos inconvenientes, mas não pela perspectiva científica. Não partir deles para buscar algo novo e melhor, mas tomá-los como objeto de estudo, rompendo tanto com uma perspectiva metafísica que se dirija a um

princípio, a uma causa originária, quanto à lógica evolutiva. Ao refletirmos sobre a homossexualidade, não podemos deixar de tentar compreender esta dinâmica.

Para Foucault, é preciso afirmar o erro, dar-lhe lugar de destaque, entender o seu lugar no espaço das relações de poder, como ele pode se contrapor à ordem estabelecida, porque ele coloca em evidência aquilo que comumente “escapa” ou é deixado de lado pela investigação científica: as condições para que ele pudesse se manifestar, não no sentido estrito de causalidade, mas no conjunto de forças que estão em disputa.

Assim, Foucault coloca em xeque a isonomia do método científico e, por conseguinte, o *status* de suas verdades. Segundo ele, a verdade é uma invenção política, social, de vontades individuais, conflitos travados e vencidos, relações de poder que não são, de forma alguma, estáveis e atemporais.

Historicamente, a genealogia pode colocar em questão o sentido histórico como algo carente de referências ou coordenadas originárias, uma “miríade de acontecimentos perdidos”. (FOUCAULT, 2000, p.273)

Então, a genealogia deve considerar os acontecimentos como movimentos, relações de forças que emergem ou não sob determinadas circunstâncias. Não devemos tomá-los como meros fatos históricos localizados geograficamente e temporalmente, tendo em vista que “há toda uma tradição (teológica ou racionalista) que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal – movimento teleológico ou encadeamento natural” (FOUCAULT, 2000, p.272).

Em verdade, é esta apropriação que caracteriza as relações de poder que Foucault tenta trazer à tona. Ilusões, como Foucault mesmo afirma, pois o mundo foi fundado – e é constantemente refundado – em um movimento permanente de disputas de forças.

Ele critica as perspectivas que abandonam o particular, os traços e marcas individuais, a diversidade da composição, seja para afirmar uma origem pura, reconhecível e determinante de uma identidade original, seja para estabelecer um modo de funcionamento universal que possa ser utilizado, teoricamente, para ordenar o mundo e trazer-lhe serenidade.

Foucault reconhece o quanto estas relações de poder e de dominação podem “encarnar” nos indivíduos, mas através de uma normatividade construída, do controle de condutas, da determinação de regras morais, configurando-se em obrigações e direitos.

Assim, a genealogia deve buscar uma postura em que possa distinguir até mesmo as implicações do próprio sujeito que faz uso dela, para se separar dele, e compor com ele, colocá-lo em jogo, dentro da história, suscetível aos acontecimentos e ao jogo de forças em

que está inserido, para que possa redefinir a posição da própria história que busca compreender.

O grande jogo da história será de quem se apossar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las pelo avesso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, introduzindo-se no complexo aparelho, o fará funcionar de tal forma que os dominadores se encontrarão dominados por suas próprias regras (FOUCAULT, 2000, p.270).

Compreender a proveniência do conhecimento, ter clareza do jogo de forças que está atuando, estar atento às emergências que se configuram, tudo isso pode servir para afirmar a possibilidade de mudança das relações de poder que hoje se encontrem, por ventura, engessadas.

Proveniência (*Herkunft*) e emergência (*Entstehung*) são conceitos fundamentais para compreendermos a proposta da genealogia de Foucault. A emergência seria um lugar de confrontação, mas não no sentido de estabelecermos uma espécie de “geografia” de acontecimentos e lutas. Aqui, trata-se de “um “não-lugar”, uma pura distância, o fato de os adversários não pertencerem ao mesmo espaço” (FOUCAULT, 2000, p.269), ou seja, uma produção que se dá no “entre”, no encontro. A emergência é, segundo Foucault, o próprio jogo de forças que se apresenta e protagoniza o cenário.

Já a proveniência é aquilo que sutilmente marca, aquilo que expressa alguma individualidade dentro da conformidade do sistema de regras, condutas, sentimentos, pensamentos e atitudes em operação. É a intensidade com que uma marca se apresenta nos corpos, historicamente. Opõe-se à ideia de fundamento, de uma pureza originária. Proveniência seria:

[...] demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existe a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente (FOUCAULT, 2000, p.265).

Ou seja, proveniência e emergência não dentro de uma continuidade, mas dando conta de um aparecimento singular dentro de uma disputa de forças. Assim, para Foucault (2000), o que é preciso fazer é atentar para a proveniência dos acontecimentos, a fim de compreender

sua proliferação, os movimentos de enfrentamento e composição que permitiram sua formação.

Mas esta não é uma tarefa simples. É preciso pensar que, se há elementos que necessitam ser postos em evidência, é porque eles foram ocultados dentro das relações estabelecidas, ou estão perdidos dentro de uma rede de sentidos onde ganham outros significados.

Entender que não há uma universalidade que compreenda e exprima aquilo que é, *per se*, mas que existimos e tomamos forma no acontecimento, no acidente, que nos definimos neste momento, e em outro, e assim por diante, e não em uma verdade absoluta. Assim, assumimos o risco da instabilidade que nos é própria enquanto constituinte, mas afirmamos com convicção a possibilidade da mudança, da diferença e da heterogeneidade.

E para buscar isso, Foucault pensa sua genealogia como um exercício de investigação histórica que aponte para uma ruptura com um modelo calcado nas premissas metafísicas de origem e nas perspectivas naturais e universais do cientificismo.

Ele não busca elucidar uma curva evolutiva, mas chamar a atenção para diferentes composições que o conhecimento tomou, e em que condições tais configurações se deram. Afirma um movimento contra uma perspectiva absoluta da história, que se coloca fora dela, que é determinista e totalizante.

O que se faz necessário, agora, é pensar a homossexualidade por este viés. Dar atenção aos acontecimentos, repensar em detalhe, não a existência de uma sexualidade, em como ela teria sido modificada, mas antes mesmo, sua própria constituição.

Por que se falou da sexualidade, e o que se disse? Quais os efeitos de poder induzidos pelo que se dizia? Quais as relações entre esses discursos, esses efeitos de poder e os prazeres nos quais se investiam? Que saber se formava a partir daí? Em suma, trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana (FOUCAULT, 1988, p.16).

Precisamos tanto de instrumentos da genealogia de Foucault, uma vez que temos que levar em conta os espaços paradoxalmente transitórios e reforçadores de modos de existência, quanto de uma arqueologia não do passado, mas do presente, no sentido de que está em jogo todo um novo modo de saber-poder acerca da homossexualidade, que tanto a liberta quanto a captura.

Assim, com a arqueologia, resgatamos as práticas discursivas como acontecimentos, o já-dito, permitindo-nos estabelecer um território de investigação através da delimitação dos

arquivos a serem investigados, rompendo com as lógicas de origem e verdade, abrindo espaços de descontinuidade, de constituição e desconstrução históricas. Pensando a sexualidade pela arqueologia, Foucault afirma (2008 p. 216):

Tal arqueologia, se fosse bem-sucedida em sua tarefa, mostraria como as proibições, as exclusões, os limites, as valorizações, as liberdades, as transgressões da sexualidade, todas as suas manifestações, verbais ou não, estão ligadas a uma prática discursiva determinada. Ela faria aparecer, não certamente como verdade última da sexualidade, mas como uma das dimensões segundo as quais pode ser descrita, uma certa "maneira de falar"; e essa maneira de falar mostraria como ela está inserida, não em discursos científicos, mas em um sistema de proibições e de valores.

Com a genealogia, podemos aprofundar a compreensão acerca dos discursos, atentando para as proveniências e emergências, buscando as relações de poder vigentes, os espaços em disputa, e as resistências.

Assim, retomamos os próprios discursos como objetos mais adequados de estudo, uma vez que são eles que produzem os entendimentos possíveis para a homossexualidade. Ao mesmo tempo em que discursos entendidos como opressivos e intolerantes tentam redefinir, nas esferas de poder instituídos e instituintes, como os homossexuais devem viver – ou não viver – resistências buscam afirmar um *status* de igualdade legitimado por leis, por uma naturalidade das sexualidades. A incerteza decorrente destes enfrentamentos pode traduzir-se tanto como potencializadora de novos arranjos para as sexualidades, quanto engessá-las em modos de expressão e existência.

Conhecendo os discursos, estudando-os criticamente e o que deles decorre na própria constituição dos sujeitos, poderemos dar nossa contribuição para a questão. Poderemos lançar outros olhos – os nossos olhos – para o que são, e o que podem ser as homossexualidades.

Para isso, buscamos a genealogia de Foucault.

A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. [...] Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos (FOUCAULT, 2009, p. 15).

Atentarmos para os discursos, buscando aquilo que escapa, que se equivoca no encontro onde a verdade não é mais uma certeza, mas algo a ser conquistado. Por isso, a importância de

levantarmos discursos em disputa, que pretendem uma deslegitimação mútua, ao afirmarem seu lugar ou mesmo garantirem o triunfo através da força.

Mas nos voltando não somente para os grandes discursos, aqueles que pautam a homossexualidade a partir da política, da saúde, ou da legalidade, como também para as inflexões que podemos captar através dos indivíduos.

Assim, definimos a *internet* como campo adequado para nossa investigação. Ela tanto propicia o acesso aos grandes temas que têm pautado as discussões acerca das homossexualidades, como a decisão do STF sobre a união estável homossexual, o questionamento à resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre o atendimento a homossexuais, ou o debate sobre liberdade de expressão e homofobia relacionados à religiosidade, como também nos permite um campo novo de acesso aos humores e afetos do público em geral, através dos espaços de comentários.

É através dos comentários que os indivíduos se exprimem. Complementam os discursos presentes nas notícias, trazendo suas vivências para o espaço de discussão, abrindo outras possibilidades de interação, outros jogos de poder, onde afirmações e desconstruções de modos de subjetivação diversos podem ser percebidos.

Parte da riqueza da *internet* reside justamente nos encontros possíveis, superando distâncias entre indivíduos, pensamentos e opiniões tão diversas. Encontros fomentados por um tema, de interesse comum, que convoca à manifestação, à expressão dos sentimentos, ainda que desloque a questão para outro tipo de experimentação, o espaço virtual.

Aqui, vale dizer que não há qualquer pretensão de utilizarmos tais dados estatisticamente. Tal movimento, além de não poder ser utilizado adequadamente, estaria totalmente desconexo em relação a nossa proposta de estudos. Além disso, há de se pensar a *internet* e seus avatares⁴ como um espaço legítimo de pesquisa.

Donna Haraway (2009) traz a ideia do ciborgue para pensarmos uma composição entre a realidade social e a ficção. Ela define o ciborgue como algo que comporta tanto imaginação quanto realidade material. O que o ciborgue traz, essencialmente, é uma ruptura com um modelo científico alicerçado em dicotomias, em contraposições diretas, imbuídas de uma separação pretensamente necessária para a própria possibilidade humana de conhecer. A partir do ciborgue, não há sentido em deslegitimar a *internet* como espaço de pesquisa através de um discurso que tente estabelecer um *status* de verdade, seja para o sujeito “encarnado”, seja para sua representação, ou melhor, “re-representação” digital.

⁴ Representações pictóricas de si mesmos que os internautas usam em ambientes virtuais.

Insistir em uma distinção entre real e virtual, a partir de Haraway, não apenas exprime delimitações de campo artificialmente fabricadas, como implica numa postura política de pretensa imparcialidade no mínimo equivocada, onde um “saber não situado, não localizado” (como a autora trata) é pretendido como algo desejável, relevante, mais adequado. Ela radicaliza ao afirmar que “a racionalidade é simplesmente impossível, uma ilusão de ótica projetada de maneira abrangente a partir de lugar nenhum” (HARAWAY, 1995, p.28). Para ela, partimos do ciborgue, e não podemos sair dele.

Para ela, é preciso posicionar-se, estar situado política e eticamente, e assumir responsabilidade pela perspectiva que se toma, compreendendo que, havendo uma posição política, a ideia de verdade deve ser colocada de outra forma.

"Não conheço nenhuma outra época na história na qual tenha havido uma maior necessidade de unidade política, a fim de enfrentar, de forma eficaz, as dominações de “raça”, de “gênero”, de “sexualidade” e de “classe”." (HARAWAY, 2009, p.52)

Compreende-se a parcialidade como um caminho, não em termos de pluralismo, onde se supõe que deveríamos abraçar todas as possibilidades, mas sim em termos das relações de poder que se configuram no interstício. Ontologicamente, uma questão política.

“De uma outra perspectiva, um mundo de ciborgues pode significar realidades sociais e corporais vividas, nas quais as pessoas não temam sua estreita afinidade com animais e máquinas, que não temam identidades permanentemente parciais e posições contraditórias. A luta política consiste em ver a partir de ambas as perspectivas ao mesmo tempo, porque cada uma delas revela tanto dominações quanto possibilidades que seriam inimagináveis a partir do outro ponto de vista. Uma visão única produz ilusões piores do que uma visão dupla ou do que a visão de um monstro de múltiplas cabeças.” (HARAWAY, 2009, p.46).

Ao pensar o espaço virtual da *internet* com um “lugar” de encontro, onde as fronteiras não são bem visíveis, onde identidades parciais são afirmadas e vividas, é possível explorar significados que estejam submersos em outros discursos que se façam mais “à mostra”. Mas não se trata apenas de resgatar uma rede oculta de significados. Estão em jogo, principalmente, as relações de poder e troca entre todas essas possibilidades, aparências e manifestações.

Assim, determinamos que os discursos deveriam ser buscados em material (notícias, vídeos, depoimentos, comentários identificados ou anônimos) colhidos na *internet*, e que o tempo deveria compreender o período entre 05 de maio de 2011 e 18 de novembro de 2012.

Politicamente, estabelecemos o período de estudos entre a aprovação pelo STF da união estável para casais homoafetivos, até o dia da Parada do Orgulho *Gay* ocorrida no Rio de Janeiro em dois mil e doze. Entendemos que, a partir desta mudança de interpretação da lei, é possível acompanhar novas conformações nas relações de poder, assim como a acentuação de conflitos já existentes.

4. OBJETO DE ESTUDO

4.1. Dos fundamentos teóricos para a definição do objeto, e sua relação com o pesquisador

Um dos maiores desafios para uma pesquisa acadêmica é ter seu campo de investigação bem delimitado. Somente a partir de uma compreensão precisa acerca do objeto de estudo em questão é que o pesquisador pode estabelecer de modo adequado a metodologia para seu projeto, e quais instrumentos permitirão que seu trabalho corresponda às expectativas envolvidas.

Há toda uma implicação política em responder à possibilidade de conhecimento, e o que advém disso deve ser uma questão norteadora para qualquer trabalho acadêmico. É preocupante o quanto esta questão tem sido facilmente “superada” com posturas por vezes simplistas, justamente no momento em que deveriam ser cuidadosamente avaliadas.

Neste sentido, é preciso pensar as limitações de uma abordagem auto-proclamada científica (nos moldes que o termo atualmente comporta), e que remete – mas não se associa diretamente, em suas diretrizes e objetivos – à proposta positivista para o conhecimento humano.

Foucault (2000) é uma referência que tomamos, no sentido de fundamentarmos tal pensamento. Para ele, a ciência não é detentora da verdade, enquanto algo absoluto, e está longe da objetividade e distanciamento pretendidos.

A razão? Mas ela nasceu, de forma inteiramente “razoável”, do acaso. E o apego à verdade e o rigor dos métodos científicos? Da paixão dos cientistas, de seu ódio recíproco, de seus debates fanáticos e infundáveis, da necessidade de vencer a paixão – armas lentamente forjadas ao longo de lutas pessoais (FOUCAULT, 2000, p.262).

O pensamento científico atribui à razão a capacidade de conhecer o mundo, onde o objeto do conhecimento deve ser observável, quantificável, regular, previsível, e a experiência de apreensão deste objeto, passível de reprodução. Assim o sujeito deveria manter-se afastado, distinto do objeto, para que sua razão pudesse atuar no sentido de apreendê-lo tal como ele se apresenta na natureza. E, uma vez que um objeto fosse conhecido, a verdade de sua existência estabelecida tornar-se-ia incontestável. A ciência seria um momento de

descoberta e compreensão do mundo, e de superação do engano promovido pela experiência sensível.

A partir de Foucault, propomo-nos repensar o olhar e o papel do pesquisador, e sua relação com o objeto a ser estudado, voltando nossa atenção para aquilo que entendemos como o seu encontro, de modo que chegamos ao ponto de, inclusive, questionarmos criticamente a pré-existência tanto do sujeito pesquisador quanto do seu objeto de interesse.

Devemos problematizar aquilo que seria a natureza do objeto de estudo. Mais precisamente, questionar esta concretude mesma (suposta) do objeto, abrindo a possibilidade para a compreensão dele como algo não dado, não existente *a priori*, e pensarmos a partir disso o papel do pesquisador.

O que está em jogo para o nosso trabalho é atentar para a possibilidade de que tal dualidade entre objeto e pesquisador é uma construção. Neste sentido, propomo-nos defender eticamente uma crítica ao modelo de conhecimento fundamentado em princípios cientificistas, herdeiros da tradição positivista.

Ao abordar a questão da ciência e das técnicas, Latour (2012) busca relacioná-las com as mais vastas manifestações da humanidade, passando pela história, a economia, e a política, por exemplo, fomentando o olhar para as relações entre elas. O autor nos faz o convite de observar a ciência acontecendo, “em ação”, na prática, ao invés de se render a uma teoria previamente apresentada e distinta do que pode ser observado.

Ele não afirma as ciências como algo alicerçado sobre falsos argumentos, intencional ou equivocadamente, mas que muito do que é vivido nos laboratórios e que não é pertinente para os objetivos da pesquisa, sob a ótica da própria ciência, deixa de ser registrado, pela sua ‘irrelevância’. Para Latour (2012), há de se questionar a autonomia do mundo que a ciência prega para si mesma.

Há política presente nos movimentos que a ciência faz. Se o saber científico fica limitado ao espaço do laboratório, ele não produz fato, torna-se irrelevante, sem sentido ou significado. Assim, cabe-nos questionar: que mundo está sendo produzido neste movimento de afirmação de isenção, de distinções tão absolutas?

Segundo o Latour (2012), seria impossível trilhar o caminho de aprofundar um estudo de essências, buscar uma forma originária, sem que nos deparemos com híbridos, porque este movimento exploratório levaria a composições que não cabem no modelo científico. Neste movimento, não haveria espaço para sustentar as dualidades tão engessadas e justificadas pela ciência, como forma e conteúdo, interno e externo, humano e não-humano.

Latour (2012) evoca a ideia de “inter-esse”, que olhemos para o que está entre, percebamos as mediações em jogo, os rodeios e composições que advêm das relações, de modo que se realize uma cartografia que deva dar conta desta concepção a fim de localizar todos os movimentos – uma cartografia das controvérsias. Localizar não no sentido de determinar um ponto específico, estabelecer referências, suportes, pontos comuns que facilitem o reconhecimento de algo, mas apontar um entrelaçamento, trazer à tona os encontros, localizar sócio-materialmente.

Assim, o próprio método escolhido, determinado, construído é também um mediador. O conhecimento que se produz é posterior ao instrumento, e não o contrário, como o modelo científico afirma. Podemos, então, voltar nosso interesse para a composição que se faz.

E, assim, alcançamos uma nova noção do que seja “o social”: não como substantivo ou como adjetivo, mas como verbo, que remete à associação. O que está em jogo, no final das contas, é compreendermos que, quando produzimos conhecimentos, estamos produzindo mundos. E que cada conformação que tomamos para criar conhecimento produzirá mundos distintos.

Ora, se não podemos estabelecer isenção por parte do pesquisador, como definir uma orientação de metodologia e instrumentos para lidar com um determinado objeto de estudo? Se o objeto só é desvelado quando nos damos conta do seu valor para o pesquisador, o que podemos inferir a partir deste movimento? Este objeto pré-existe ao “encontro” ofertado pelo olhar do pesquisador, por aquilo que desperta o seu interesse? Nestas condições, o ponto de partida seria realmente o objeto, ou só podemos iniciar o caminho da pesquisa dando reconhecimento ao encontro entre ambos? Assim, não seria o ponto de partida o próprio encontro?

Tais questões exigem um rompimento antecipado de dicotomias fundamentais para uma perspectiva cientificista, a saber, tanto a distinção entre sujeito e objeto quanto o que separaria a teoria da prática.

Neste sentido, o lugar do pesquisador deve ser repensado. Sua emergência se dá em vários momentos: aquele em que o indivíduo concebe a questão, se vê implicado com um problema que, pelo seu ponto de vista, carece de atenção, de investimento; o momento do aprofundamento do problema, para estabelecer um valor além das expectativas e perspectivas individuais, para que encontre ressonância além de suas próprias elaborações; o momento do suporte, quando consegue aliados e parceiros para iniciar seu trabalho; o momento da pesquisa, em que efetivamente se defronta com o que pretende estudar, algo tão intimamente

presente em suas expectativas e ao mesmo tempo podendo ser tão estranho a ele; o tempo da introspecção, reflexão e produção; e o momento final da escrita, quando deve se desprender de seus próprios desejos e entregar o seu trabalho ao mundo, ao escrutínio, encarando a possibilidade de reconhecimento ou reprovação.

É com este olhar que determinamos como nosso objeto de estudo os discursos acerca das homossexualidades presentes na mídia, notadamente em espaços onde a interação com os discursos é possível e estimulada: a *internet*.

4.2. O discurso como objeto de estudo

Ao tomarmos os discursos sobre as homossexualidades como objeto de estudo, não queremos compreender a origem do conceito hegemônico. Não se trata disso, de forma alguma.

O que pretendemos é, analisando os discursos, compreendermos as relações de poder em jogo, a disputa pela afirmação de verdades acerca das homossexualidades, as alianças, e levantar as possibilidades, tanto em potência quanto em vigência, dos modos pelos quais a sexualidade humana tem sido pensada, “afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos” (FOUCAULT, 2009, p.180). O discurso não é, contudo, um meio para compreendermos as relações de poder – ele é o próprio poder, sendo exercido.

O sentido de verdade (não enquanto proposição, mas como fundamento) dos discursos tem especial importância para o nosso trabalho porque é no discurso da verdade que a ciência se fundamenta. Segundo Foucault (1996, p.20), é justamente o movimento, o desejo pela afirmação da verdade (a vontade de verdade) que se oculta no jogo de forças.

Discursos de verdade que são convertidos em práticas sociais, “aparelhos de saber” (FOUCAULT, 2009, p.186), o próprio exercício do poder que rege os indivíduos, suas relações e seus modos de existência, redefinindo-os:

Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou

pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu. (FOUCAULT, 2009, p.183).

E ainda que haja espaço para explorarmos os outros dois movimentos de exclusão do discurso, a saber, o discurso interdito e o discurso rejeitado, a análise dos discursos não pode se pautar apenas nestas três vertentes.

A complexidade dos discursos aponta para vários dispositivos internos de controle. Os comentários teriam a capacidade de distanciar o discurso do seu texto original, exercendo sobre ele um controle distinto (FOUCAULT, 1996, p.24). Uma resenha de um texto científico avaliando sua relevância, uma crítica literária de um romance policial exercem sobre as obras, ambas exemplos de comentários que, na relação com seus respectivos textos originais, podem exercer grande influência sobre seus destinos.

A partir disso, há de se questionar o papel dos comentários nas páginas da *internet*. Não é incomum acompanharmos uma discussão em comunidades virtuais ou mesmo em notícias em grandes portais, dando mais atenção ao debate – muitas vezes acalorado – do que ao texto que o originou, produzindo discursos completamente diversos daqueles que os “originaram”, ou melhor, lhes abriram espaço.

A autoria também tem papel determinante para o poder que um texto tem. Questões envolvendo o direito comercial sobre produções artísticas e acadêmicas pululam nas mídias virtuais, e muitas vezes somos levados a consumir obras apenas pelo reconhecimento público do autor, ainda que sua obra seja criticamente de baixa qualidade. Há de se reconhecer a contemporaneidade da questão da autoria, visto que na Idade Média era comum o anonimato da “origem” do discurso (FOUCAULT, 1996, p.27).

Foucault também aponta a disciplina como outro mecanismo de controle interno. Segundo ele, a disciplina não se refere ao entendimento acadêmico do termo. Não é um campo do saber, *per se*. A disciplina compreende uma série de normas e condutas que orientam os discursos, ordenando-os, restringindo sua forma, impondo-lhes requisitos, delimitando as possibilidades de seu aparecimento, impondo um padrão, uma norma a eles (FOUCAULT, 1996, p.33).

Mas apenas reconhecer tais mecanismos de controle dos discursos não é suficiente para garantir uma análise desejável, segundo o autor. Ao compreender os mecanismos de controle dos discursos, podemos atentar para o temor que eles provocam – um receio do caos, da desordem e do inesperado, pelas possibilidades que deles advêm. E Foucault nos alerta para, ao invés de combatermos esse medo, darmos conta dele tal qual se apresenta.

E se quisermos, não digo apagar esse temor, mas analisá-lo em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é preciso, creio, optar por três decisões às quais nosso pensamento resiste um pouco, hoje em dia, e que correspondem aos três grupos de funções que acabo de evocar: questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante. (FOUCAULT, 1996, p.51).

Para rompermos com uma lógica significativa dos discursos acerca das homossexualidades e restituí-los como acontecimentos, não devemos preencher lacunas não-ditas, buscar uma origem oculta ou associá-los a concepções prévias, mas a partir de sua manifestação explorar sua condição de possibilidade. Tal movimento é contrário à base do conhecimento ocidental moderno (FOUCAULT, 1996, p.54). Tendo definido nosso objeto, poderemos passar, em breve, para as bases do nosso método.

4.3. É possível a *internet* ser um lugar de investigação acadêmica?

Uma das maiores preocupações para o nosso projeto tem sido a de conseguir afirmar a *internet* como espaço de pesquisa acadêmica. Quando pensamos a pesquisa na e através da *internet* por uma lógica de legitimidade, não nos voltamos apenas para o reconhecimento que tal posicionamento por ventura possua de órgãos, entidades ou instituições de relevância política e social no campo do saber. Obviamente, não negamos que este jogo de alianças, em sua presença ou ausência, perpassa a dificuldade inicial com a qual nos deparamos, mas o modo como estamos construindo o nosso objeto de pesquisa prima por mais do que alianças políticas.

A *internet* ganha especial importância no cenário brasileiro com as mudanças tecnológicas nos últimos vinte anos. Costa (2008) apontava um aumento significativo de usuários de *internet* a partir de mil, novecentos e noventa e cinco, salientando que a mudança de paradigma pode ser identificada em torno do ano dois mil, quando os usuários passaram a incorporar a rede ao seu dia-a-dia. Entre o ano dois mil e o ano de dois mil e seis, um crescimento de seiscentos e quarenta por cento de usuários, com uma estimativa de quase quarenta e nove milhões de usuários para o ano de dois mil e dez (COSTA, 2008, p.145).

O estudo do autor não pôde prever, no entanto, a disseminação dos *smartphones*. O Brasil tem mais de sessenta milhões de usuários de *internet* em dois mil e quatorze (PORTAL UOL, 2014).

Compreendendo a relevância numérica e a inserção da rede no cotidiano das pessoas, orientamos o nosso questionamento principalmente no sentido de pensar se a *internet* pode, efetivamente, nos prover de elementos para uma análise discursiva próxima à perspectiva foucaultiana. O que está em jogo mais precisamente é questionar se é possível, no espaço virtual, analisarmos o discurso enquanto relação de poder e produção de subjetividades.

Sodré (2002) afirma que sim, mas chama atenção para a visibilidade das transformações tecnológicas, relegando a segundo plano as relações de poder.

Com efeito, já é lugar-comum afirmar que o desenvolvimento dos sistemas e das redes de comunicação transforma radicalmente a vida do homem contemporâneo, tanto nas relações de trabalho como nas de sociabilização e lazer. Mas nem sempre se enfatiza que está primeiramente em jogo um novo tipo de exercício de poder sobre o indivíduo. (SODRÉ, 2002. p. 15).

Podemos pensar o espaço virtual da *internet* como um campo onde a ordem discursiva se dá de forma análoga ao plano “real”, encarnado? Ou a existência virtual seria menos verdadeira (novamente, a questão acerca da “verdade” se faz presente)?

Quando falamos do plano virtual, não estamos apenas evidenciando o caráter por vezes considerado fugaz da identidade. Aliás, o debate acerca da identidade dos sujeitos no plano virtual é um excelente exemplo do mérito e importância do poder do discurso sobre seu próprio “meio” de propagação.

Indivíduos que normalmente não interpelariam seus interlocutores o fazem indiscriminadamente no plano virtual. Protegidos pelo anonimato suposto, mostrariam o que pensam “de verdade”, exprimindo seus pensamentos mais íntimos e “reais”. Por outro lado, também podemos supor que tal “coragem” não corresponde ao sujeito verdadeiro, que a possibilidade de exposição do pensamento e sentimentos é um efeito nocivo da virtualidade, o que inclusive comprometeria a percepção do sujeito sobre si mesmo. Mas tais perspectivas são equivocadas.

Afirmar tanto a identidade virtual quanto a identidade “real” como mais ou menos verdadeira aponta para uma rede de significantes dos discursos sobre o próprio conceito de identidade, de modo que somos compelidos a aceitar o antagonismo, e decidir por um posicionamento. Assim, perdemos a chance de analisar os discursos como acontecimentos.

É ceder à vontade de verdade, buscando uma resposta que satisfaça e acomode, sem que perguntemos quais efeitos o anonimato virtual tem tanto nas relações de poder quanto nos processos de subjetivação. Mas,

"O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identidades estão sendo continuamente deslocadas. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - pelo menos temporariamente" (HALL, 1997, p.14).

Para Lévy (1999), esta é uma forma equivocada de pensar o problema. Não se trataria de estabelecer uma hierarquia, uma prioridade, entre a existência real e a virtual, mas compreender que, com o advento da *internet*, novos modos de relação, de existência, tornam-se possíveis:

O desenvolvimento do ciberespaço não vai "mudar a vida" milagrosamente nem resolver os problemas econômicos e sociais contemporâneos. Abre, contudo, novos planos de existência:

- nos modos de relação: comunicação interativa e comunitária de todos com todos no centro de espaços informacionais coletivamente e continuamente construídos;
- nos modos de conhecimento, de aprendizagem e de pensamento: simulações navegações transversais em espaços de informação abertos, inteligência coletiva;
- nos gêneros literários e artísticos: hiperdocumentos, obras interativas, ambientes virtuais, criação coletiva distribuída.

Nem os dispositivos de comunicação, nem os modos de conhecimentos, nem os gêneros característicos da cibercultura irão pura e simplesmente substituir os modos e gêneros anteriores. Irão antes, por uma lado, influenciá-los e, por outro lado, forçá-los a encontrar seu "nicho" específico dentro da nova ecologia cognitiva. O resultado global será (já é!) uma complexificação e uma reorganização da economia das informações, dos conhecimentos e das obras. (LÉVI, 1999a, p.218-219).

Lévy (1999) ainda argumenta que os seres humanos existem simultaneamente no mundo "real" e em espaços de significação, afetivos, estéticos, sociais, históricos, etc. Na *internet*, estes espaços de significação permanecem, mas se dão através de outro modo de relação do sujeito consigo mesmo, pelo papel secundário que o corpo físico exerce.

A partir do autor, infere-se que não está em discussão o que poderia ser pensado como uma substituição dos modos de interação reais pelos virtuais, mas uma coexistência

constitutiva de um caminho intermediário, híbrido, produtor de novos modos de discurso, de relações de poder e de subjetividades. E não podemos nos furtar a explorar este novo modelo, híbrido, a fim de entender o que ele significa para a análise discursiva. Segundo Sodré (2002, p.16):

Está depois em jogo um novo tipo de formalização da vida social, que implica uma outra dimensão da realidade, portanto formas novas de perceber, pensar e contabilizar o real. Impulsionadas pela microeletrônica e pela computação ou informática, as neotecnologias da informação introduzem os elementos de *tempo real* (comunicação instantânea, simultânea e global) e do *espaço virtual* (criação por computador de ambientes artificiais e interativos), tornando “compossíveis” outros mundos, outros regimes de visibilidade pública. Mas também intensificando os cenários de antecipação dos acontecimentos, o que de algum modo neutraliza a abertura para o futuro.

Sibilia (2010) defende que a conectividade promovida pelos meios de comunicação produz um novo tipo de corpo, de interação, de modos de vida. Para ela, a conexão é ela mesma, um dispositivo de poder.

Cada vez mais, todos conhecemos tanto o prazer como a asfixia de estarmos sempre conectados e disponíveis, reportando-nos e nos mantendo atualizados quanto a tudo o que ocorre na virtualidade das redes, respondendo e alimentando os suaves mandatos da interação permanente com uma infinidade de contatos, o tempo todo e em todo lugar. Desse modo, dia após dia, sintonizamos nossos órgãos vitais com as alegrias e as aflições da atualidade. [...] Nesta arena, lançada ultimamente numa vertigem tão fascinante como aterradora, disputam-se os principais critérios que definem o que somos. Em cada período histórico, um regime de poder e saber delinea certos tipos de corpos e “modos de ser”, estimulando o desenvolvimento de determinadas disposições corporais e subjetivas, tanto no plano individual como no coletivo, enquanto inibe outras características e habilidades. (SIBILIA, 2010, p.7).

O que o trabalho da autora evoca para a análise discursiva são novos parâmetros para pensarmos as exclusões do discurso, outros mecanismos de controle e outras disciplinas que antes não se faziam presentes. Mesmo artifícios já conhecidos ganham novas formas, dadas as distinções ainda pertinentes entre o plano real e o plano virtual.

Sibilia (2011a) preocupada com os novos corpos produzidos pelas relações com os meios de comunicação expõe o caráter histórico, social e político da constituição dos sujeitos. Ao fazer isso, ela nos aponta a importância de pensarmos a *internet* nesta nova composição de ser humano que emerge na contemporaneidade.

Para ela, devemos pensar o sujeito na atualidade por um viés que

(...) não mais se edifica em torno de um eixo situado ‘dentro’ de si, mas que, de algum modo, se livrou do imenso peso desse âmago ‘interior’ e da necessidade de cultivá-lo constantemente ou de permanecer fiel a ele mesmo, ao longo da vida toda (SIBILIA, 2011a, p.650).

Demonstrando tal distinção, e trazendo à tona sua transformação, a autora nos alicerça no sentido de combatermos um modelo de investigação que afirma uma natureza intrínseca do ser humano, atemporal, independente do espaço geográfico, cultural, real ou virtual, e resgata a genealogia como método para pensar o sujeito na história.

Por que, hoje em dia, esse tipo de atitude [contemplação passiva, reflexão considerada importante para a produção de conhecimento na modernidade] é considerado inerte e, inclusive, entediante, anacrônico, incompatível com a atualidade, quando, há nem tanto tempo atrás — em pleno auge da mais vibrante modernidade, aliás —, era motivo de prazeroso enriquecimento e desfrute? [...] De acordo com um conjunto de crenças e valores bem atuais, portanto, somente parece haver atividade naquilo que, visivelmente, se movimenta, no sentido mais raso e explícito do termo. Tamanha assunção parece se alicerçar no declínio de um modelo de subjetividade “interiorizado” — que foi hegemônico na sociedade ocidental até pouco tempo atrás — e na veloz ascensão de outros modos de ser e de estar no mundo, cada vez mais disseminados entre nós. (SIBILIA, 2011a, p. 648-649).

Segundo Sibilía (2006), existe um novo modelo de ser humano que toma a informação como ponto fundamental, como “essência”. As neurociências e a genética identificam-se com este modelo, e deslocam a relevância e a centralidade da alma como detentora daquilo que nos faz humanos. E em ambos os casos, o corpo sensorial permanece relegado em segundo plano.

Com uma essência informacional, e com o advento dos meios de comunicação, o corpo perde ainda mais espaço, sendo substituído pelas interfaces computacionais no campo das relações. E a identidade, apesar de associada ao corpo, mais precisamente aos neurônios e ao DNA, perde-se, deixa de ter uma geografia para se tornar movimento, fluxo de dados, instruções de ativação e desativação, aponta uma subjetividade que, de certo modo, retorna a parâmetros imateriais (SIBILIA, 2006, p.111).

Como a identidade do sujeito está inscrita em regiões recônditas e quase virtualizadas do seu cérebro e do seu capital genético, é justamente aí que a sua verdadeira “essência” se concentra. O mundo, o ambiente, os outros e a própria carne parecem alheios a essas essências confinadas nas íntimas moléculas imaterializadas. É neste contexto que o corpo humano se torna descartável — ou melhor, moldável. (SIBILIA, 2006, p.113).

4.4. Questões éticas envolvendo a pesquisa acadêmica na/pela *internet*

Ao estabelecer a *internet* como um campo possível de investigação, temos que primar pelos mesmos fundamentos éticos de qualquer pesquisa na área das ciências humanas, compreendendo as diferenças que o ambiente da rede mundial de computadores exige.

Assim, apontamos a importância de revisar algumas questões, notadamente as que envolvem, por exemplo, a presença do pesquisador, questões de confidencialidade e anonimato, a segurança de transmissão de dados e do armazenamento de dados, e a garantia de que entrevistas, testes e afins, quando aplicados, sejam adequadamente finalizados.

Há muita controvérsia em qualquer pesquisa que envolva seres vivos, em especial na área das ciências humanas. Muitos instrumentos e o próprio método de pesquisa têm que ser pensados levando em conta questões éticas relativas à intervenção, interação e abordagem do pesquisador. A preocupação se justifica não apenas no sentido de garantir a integridade física e mental dos participantes – envolve também o respeito com o outro, como indivíduo.

Ou seja, o pesquisador deve minimizar ao máximo os possíveis danos aos sujeitos participantes, e quando não for possível garantir totalmente sua segurança, deixar claro quais são os riscos possíveis. Danos podem incluir morte ou ferimento, abuso psicológico, perda de privacidade ou exposição pública e pode não somente afetar indivíduos, mas também grupos específicos da população. Além disso, é preciso justificar como o conhecimento produzido retornará à sociedade, aos indivíduos, promovendo seu bem estar (FRANK; SIANG, 1999, p.4).

Diversos autores acreditam que a *internet* permitirá um grande avanço para a psicologia enquanto ciência. “O potencial de uma via de informação para o avanço da compreensão nas ciências psicológicas é imenso, e é provável que a *internet* redesenhe decisivamente a natureza da pesquisa psicológica” (NOSEK; BANAJI; GREENWALD, 2002, p.161, tradução nossa).

Frankel e Siang (1999) salientam a oportunidade que a *internet* traz para a coleta de dados sociais e comportamentais em populações largamente dispersas, reduzindo significativamente os custos financeiros e o tempo de uma pesquisa, em comparação com um trabalho similar no “mundo físico”.

Para Kozinets (2002), além de consumir menos tempo que métodos tradicionais, como as entrevistas presenciais, a pesquisa pela *internet* pode ser menos intrusiva, permitindo uma observação fora do espaço fabricado exclusivamente para ela, dando ao pesquisador a oportunidade de acompanhar os comportamentos de uma comunidade durante seu funcionamento.

Já Arcoverde e Amazonas (2013), consideram que a *internet* se apresenta como um fenômeno muito interessante para estudos psicológicos pela repercussão das interações dos usuários, e seus potenciais de produzir e reproduzir discursos e formas de subjetividade.

Ou seja, independente das abordagens e das formas de se pensar o conhecimento, há diversos ganhos possíveis na definição da *internet* como campo de investigação. Contudo, dificuldades também devem ser problematizadas.

Pretendemos apresentar inicialmente a netnografia como uma proposta de referência para, em seguida, especificarmos as questões que consideramos mais pertinentes para a pesquisa na/pela *internet*, a fim de orientar o caminho do nosso trabalho.

4.4.1. Uma etnografia virtual, ou netnografia, como parâmetro para os aspectos éticos da pesquisa

O crescimento da *internet* nas duas últimas décadas tem exigido um esforço maior por parte dos pesquisadores das ciências humanas e sociais do que simplesmente distinguir práticas e instrumentos de pesquisa. A rede mundial de computadores compreende um paradigma distinto.

Apesar de não pretendermos fazer uso propriamente da etnografia virtual ou netnografia como instrumento de pesquisa, entendemos que a definição de seus parâmetros éticos e de suas práticas são de extrema importância para salvaguardar a possibilidade de qualquer pesquisa na/pela *internet*. Assim, faz-se necessária uma breve introdução de seus princípios.

O neologismo “netnografia” (nethnography = net + ethnography) foi originalmente cunhado por um grupo de pesquisadores/as norte americanos/as, Bishop, Star, Neumann, Ignacio, Sandusky & Schatz, em 1995, para descrever um desafio metodológico: preservar os detalhes ricos da observação em campo etnográfico usando o meio eletrônico para “seguir os atores” (BRAGA, 2001, p. 05).

Geertz (2008) resgata os conceitos de ‘descrição superficial’ e ‘descrição densa’, de Gilbert Ryle (1900-1976) para situar o significado do estudo etnográfico. Mais do que um método, ele tem a ver com uma prática que vai além da simples coleta de dados.

Partindo da descrição superficial, aquela que expõe apenas um único nível de sentido para uma ação percebida, a etnografia deve buscar a descrição densa, indo além do que se encontra “obscurecido, pois a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia, ou o que quer que seja está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente” (GEERTZ, 2008, p.7).

Deste modo, a prática da etnografia deve não só garantir a apreensão de dados do que se pretende estudar, mas também possibilitar a sua interpretação, voltando-se para as relações, produzindo, percebendo e interpretando significados.

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de 'construir uma leitura de') um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 2008, p.7).

Em termos metodológicos, é quase impossível pensar a etnografia sem a noção de observação participante. Integrar-se ao ambiente de estudo, interagir com seus atores, esmiuçar seus costumes, compreender seus motivos, tudo isso mantendo uma distância ética, sustentando um estranhamento necessário para que nada seja aceito irrefletidamente.

O que se espera do etnógrafo é que ele possa, primeiramente, relatar o discurso social, resgatá-lo do acontecimento fugaz, a fim de realizar uma observação mais apurada. E quanto mais anotações, tanto mais densa poderá ser sua percepção.

Deste modo, o tempo configura estratégia essencial para garantir a validade do seu esforço, uma vez que a presença do pesquisador deve ser ao mesmo tempo conhecida e “esquecida”. A afirmação da indiferença é sua esperança, sua meta, ainda que inalcançável. O contexto do trabalho do etnógrafo exige, então, a sustentação deste paradoxo, de viver no limite entre ser um mero observador e de fazer parte, de estar “dentro”.

Mas e se o campo a ser mapeado estiver conjugado ao contexto da *internet*?

A primeira questão que surge é a da inserção. O menor esforço para um “mergulho” etnográfico no mundo virtual é apenas aparente, em comparação com o trabalho de entrada exigido de uma etnografia no mundo físico. Se há uma facilidade concreta no que concerne

aos recursos e deslocamentos, muitos pesquisadores compreendem a necessidade de um *intermittent engagement* (ROCHA; MONTARDO, 2005, p.114).

Alguns aspectos aparentemente óbvios reforçam a singularidade do espaço virtual. A possibilidade do anonimato pelos seus usuários, a ausência do corpo das relações, a transitoriedade das vivências, ainda que cheias de afetos e sentidos, elementos que trazem à tona outros padrões culturais, ora novos, ora reeditados de hábitos e práticas rarefeitos pelo tempo.

Nesse sentido, os ‘contextos’ online e offline encontram-se imbricados, na medida em que os signos que se deslocam na rede online dialogam com a vida social. As tecnologias de informação, portanto, não constituem um mundo “em si”, pois são usadas por atores humanos, concretos, em contextos sociais específicos (SILVA, 2010, p.514).

Não se trata, portanto, de abrir mão de um campo, o real pelo virtual. Não é mais possível pensá-los de modo dissociado. Qualquer pesquisa de campo contemporânea em sociedades urbanas ocidentais terá que lidar com os escapes frequentes ao mundo virtual pelas “janelas” dos *smartphones*. Ou seja, as relações não se limitam mais ao que pode ser observado *in loco* pelo pesquisador, a menos que ele, também, esteja nos espaços virtuais frequentados pelos sujeitos que pretende acompanhar.

Por outro lado, ainda que sejam mantidos instrumentos e métodos da etnografia tradicional, algumas adaptações deverão ser feitas, pelas especificidades que o campo virtual traz consigo.

Nosek, Banaji e Greenwald (2002) indicam, por exemplo, que é possível observar e codificar o conteúdo verbal de *posts* em grupos de notícias, ou comentários em salas de bate-papo, a fim de testar hipóteses sobre comportamentos individuais ou de grupos. Também seria possível, em eventos históricos, como as manifestações nos Estados Unidos, ou as ocorridas nos países árabes e mesmo no Brasil nos últimos anos, utilizar a *internet* para facilitar o estudo das reações de indivíduos ou grupos que as estejam vivenciando.

Eles também apontam para a disponibilidade simultânea de grande volume de informações e conteúdos de interesse para estudos nas ciências humanas e sociais, produzidos dentro da lógica de funcionamento da rede mundial, permitindo acompanhar desde eleições até guerras (NOSEK; BANAJI; GREENWALD, 2002, p. 174).

Comentários dos usuários também são fontes preciosas para estudos em áreas como sociologia, antropologia e comunicação. Exercendo a possibilidade de comentar, usuários deixam de ser apenas leitores e tornam-se, também, produtores de textos.

Ou ainda, a questão do anonimato. Alguns autores, como Braga (2008), defendem que a possibilidade de anonimato e outras características da rede podem funcionar tanto como facilitadores para a criação de laços afetivos quanto para hostilidade e desrespeito. Os modos de anonimato na *internet* não são idênticos aos do mundo real, mas guardam entre si algumas correlações que podem – e deveriam – ser exploradas em um estudo etnográfico direcionado a este tema.

Entretanto, a maior questão para a etnografia virtual tem a ver com a possibilidade de anonimato e invisibilidade (ou presença/ausência) do pesquisador. Isto porque, exposta a questão, é necessário rever alguns princípios da própria etnografia, uma vez que a *internet* apresenta uma oportunidade única de estudar indivíduos e grupos em um ambiente onde a presença “intrusiva” do pesquisador não é sentida.

Braga (2001) aceitando a possibilidade de “invisibilidade” do pesquisador, critica o entendimento por uma observação não-participante. Para a autora, o próprio movimento de observação já é uma forma de presença e de interação com o meio, ainda que a natureza desta interação não interfira ou modifique os modos de funcionamento do objeto de estudo. Ou seja, aparentemente, a netnografia é capaz de fornecer condições ideais de investigação, pretendidas pela etnografia tradicional.

Em campo, o etnógrafo se vê na posição de tornar transparente tanto sua presença quanto a da sua pesquisa. Eticamente, ele se vê obrigado a comunicar seus motivos às pessoas envolvidas no seu projeto mas, em seguida, demanda um esforço considerável para mascarar este movimento.

A etnografia tradicional demanda que aqueles ao redor sejam encorajados a ver o pesquisador como uma pessoa pertencente ao grupo. Para o etnógrafo virtual, tal problema, dependendo dos objetivos da pesquisa, não se apresenta.

Parece ser impossível observar sem participar, ou seja, esta também seria uma forma de participação. Entretanto, interessa que, definitivamente, trate-se de uma participação muito peculiar, na medida em que é possível para o/a pesquisador/a tornar-se invisível, ou seja, ver sem ser visto/a, não interferindo em princípio na dinâmica da interação observada [...] É essa participação (mesmo que invisível) no grupo que irá viabilizar a apreensão de aspectos daquela cultura possibilitando a elaboração posterior de uma descrição densa, que demanda uma compreensão detalhada dos significados compartilhados por seus membros e da rede de significação em questão. [...]

A observação participante online é uma participação peculiar na medida que, em termos de presença/ausência, a informação acerca da presença do/a observador/a no setting não está disponível às/aos demais participantes (BRAGA, 2001, p.6)

A ideia da visibilidade prova-se como sendo central para a netnografia, pelas possibilidades de pesquisa que cria. Todavia, a mesma atenção com a ética deve ser dada neste tipo de investigação. A negociação da ausência e presença é uma questão importante, mesmo quando restrita à reflexão do pesquisador com ele mesmo, e com seus objetivos de estudo.

Segundo Hine (2005), enquanto podemos aceitar a regra genérica que etnógrafos tradicionais têm a obrigação de declarar sua identidade de pesquisador em campo e serem razoavelmente abertos quanto aos objetivos de sua pesquisa, o papel da ausência e da presença tem implicações específicas para a pesquisa na internet.

Outra questão que Hine (2005) levanta, de extrema importância para as questões éticas da etnografia virtual, tem a ver com a redefinição do que é a esfera pública na *internet*.

Não é porque uma conversa é feita em público que a conversa é pública. Claro que deve haver alguma distinção entre o que é dito entre amigos em uma cafeteria, pub, ou arena pública e o que é dito de políticos ou celebridades em entrevistas públicas ou reportagens (HINE, 2005, p.89, tradução nossa).

Ou seja, não deveríamos lidar com comentários, conversas e debates dos usuários da *internet* encontrados em páginas abertas, acessíveis para qualquer um, como dados livres para uso em pesquisas, simplesmente. Apesar do risco intrínseco a que as pessoas se submetem quando se manifestam em páginas livres de restrições, um pesquisador comprometido com a ética não pode, intencionalmente, assumir uma posição de ameaça.

Um pesquisador que atribui uma citação ou outra informação a uma identidade virtual reconhecível, ou referencia um determinado grupo ou comunidade estudados poderia, no escopo das relações daquele indivíduo (ou mesmo fora, dependendo do alcance e da repercussão produzidas), provocar reações negativas que não correspondem às premissas de um trabalho acadêmico. Uma pesquisa, ainda que lide com temas controversos, não pode expor seus sujeitos a experiências que produz angústia ou sofrimento psíquico.

Problematizando a incerteza do *status* público/privado de *sites* na etnografia virtual, Hine (2005) apresenta como solução o esforço em manter o anonimato das pessoas, mesmo

nos casos em que as páginas sejam acessíveis a qualquer um, fazendo uso de novos modos de identificação para a publicação da pesquisa, modificando inclusive avatares e pseudônimos.

Deste modo, ela pretende se aproximar de uma ética de identidade e anonimato, “provando o respeito dos pesquisadores pela realidade social do ciberespaço” (HINE, 2005, p.90, tradução nossa).

Os desafios da *internet* não devem deter os investigadores de tirarem vantagem deste poderoso meio de descoberta e educação. Ainda assim, a responsabilidade de conduzir uma pesquisa que atinja os padrões mais altos de tratamento ético e avanços científicos é primeira e majoritariamente da responsabilidade dos cientistas (NOSEK; BANAJI; GREENWALD, 2002, p. 175, tradução nossa).

A partir da reflexão acerca da netnografia, podemos especificar as questões mais pertinentes para o nosso trabalho: o ambiente específico da coleta de dados (lidando aqui com a questão de privacidade), a presença/ausência do pesquisador, o consentimento dos sujeitos participantes, a verificação da identidade (especialmente para controlar a participação de crianças e adolescentes) e a segurança dos dados dentro da *internet*.

4.4.1.1. Privacidade: a distinção entre público e privado na *internet*

Como vimos, uma das principais questões de uma pesquisa na *internet* remete à disponibilidade de acesso que o ambiente onde os dados serão colhidos possui. Há espaços restritos, como os *blogs*, as comunidades fechadas, páginas pessoais em redes sociais e fóruns temáticos que exigem cadastro de seus participantes; e páginas públicas, aqui incluídas as comunidades abertas, as notícias em portais e mesmo *sites* institucionais de órgãos públicos.

A distinção precisa entre o que é espaço privado e o que é público no ambiente da *internet* é essencial para definir em que contexto será possível lidar com a presença do pesquisador e o consentimento dos participantes.

Além disso, devemos levar em conta a relação da pertinência público-privada do espaço virtual pesquisado com a privacidade dos seus usuários, a fim de definir a melhor estratégia para lidar eticamente com a publicidade dos resultados da pesquisa, especificamente no que tange ao consentimento e ao anonimato dos sujeitos.

4.4.1.2. A presença do pesquisador

Quando o pesquisador pretende coletar informações de um ambiente virtual restrito, ele deve identificar-se e solicitar autorização ao moderador e aos membros para prosseguir com a investigação, informando previamente a eles seus devidos propósitos. Ou seja, não basta solicitar permissão ou autorização para o estudo apenas ao responsável pela comunidade, página ou fórum, sob o risco de comprometer o uso das informações obtidas.

Arcoverde & Amazonas (2013) alertam para limitações que podem ocorrer quando, por exemplo, apenas algumas pessoas pertencentes a um determinado espaço dão o consentimento de estudo: a conversa entre elas pode deixar de fazer sentido quando as mensagens de membros que não deram o consentimento forem retiradas do corpo do texto, por exemplo.

Já em espaços virtuais públicos, o pesquisador tem as opções de apresentar-se para interagir com as pessoas, ou se manter anônimo. Ao apresentar-se em uma página “aberta”, o pesquisador tem a oportunidade de convidar usuários para participarem da pesquisa. Dificilmente, no entanto, há condições para o uso das informações deste espaço aberto como fonte de dados, já que é quase impossível garantir o consentimento de todos os indivíduos que tenham feito, ou venham a fazer uso da página, dentro do tempo da pesquisa.

Se a posição do pesquisador primar pelo anonimato e invisibilidade, é possível coletar dados apenas de páginas que permitem acesso irrestrito ao seu conteúdo, tais como comunidades abertas e *sites* de notícias.

Nestes casos, o pesquisador deve ter cautela maior com o anonimato dos sujeitos envolvidos. É necessário pensar em estratégias para garantir a não identificação das pessoas. Recomenda-se considerar as mensagens como amostras, ao invés dos usuários, ou substituir os nomes e avatares por outro tipo de identificação (ARCOVERDE; AMAZONAS 2013, p. 65-68).

A distinção entre domínio público e privado é importante para determinar quando o consentimento é necessário, já que os pesquisadores podem se isentar de obter o consentimento para dados coletados em domínio público, assim como dados coletados da televisão, gravações públicas, rádio, livros impressos, conferências, ou espaços públicos, como parques. Dados provenientes de grupos online de notícias e suporte a usuário estão prontamente acessíveis a qualquer um e, se arquivados, ficam acessíveis ao público por meses ou anos depois das mensagens postadas (FRANKEL; SIANG, 1999, p. 7, tradução nossa).

4.4.1.3. O consentimento

O consentimento é instrumento essencial em pesquisas envolvendo pessoas. Deste modo, o pesquisador deve garantir que todos os participantes potenciais recebam informações suficientes para julgar adequadamente se desejam fazer parte da pesquisa.

Em ambientes restritos dentro da *internet*, o consentimento do moderador para acessar a comunidade não é o suficiente para iniciar a coleta de dados, uma vez que pode haver usuários não interessados em participar da pesquisa ou que não desejem que suas mensagens sejam utilizadas e, eventualmente, publicadas em algum estudo. Assim sendo, o consentimento dos membros da comunidade também precisa ser fornecido (ARCOVERDE; AMAZONAS, 2013, p. 65).

Dispensar a necessidade de consentimento é possível em alguns tipos de pesquisa, contudo. Nestes casos, o pesquisador deve atentar para a relevância das informações apresentadas, o tratamento teórico dado a elas, e o anonimato dos sujeitos citados, direta ou indiretamente.

4.4.1.4. Problematizando a identidade: como controlar a participação de menores

A possibilidade de uso de avatares pelos usuários da *internet* aumenta o risco dos participantes de uma pesquisa não corresponderem adequadamente ao perfil desejado para o estudo. Mais grave é o risco de participação de menores na pesquisa, que podem ser inclusos no processo sem o conhecimento do pesquisador. Assim, deve-se ter um cuidado especial com crianças e adolescentes (FRANKEL; SIANG, 1999, p. 5).

Solicitar aos participantes que informem sua idade pode não ser suficiente para remover menores de idade da análise de dados, visto que não há garantias imediatas da veracidade da informação fornecida pelos usuários. Nosek, Banaji & Greenwald (2002) recomendam alguns instrumentos para minimizar a oportunidade e/ou probabilidade de crianças participarem:

O recrutamento de participantes pode ser direcionado a adultos através de propagandas apenas em lista de servidores, salas de bate papo, sites e outros lugares com perfil predominantemente adulto; pode-se utilizar uma senha para participação que esteja disponível apenas através de propagandas voltadas para adultos ou por convite direto; os pesquisadores podem implementar um sistema de “checagem de adulto”, tais sistemas exigindo que os indivíduos se registrem num banco de dados centralizado, fornecendo alguma evidência de terem 18 anos ou mais (p. 162-163, tradução nossa).

Infelizmente, acreditamos que as sugestões dos autores não satisfazem completamente a necessidade de regulação de uma pesquisa neste sentido. É comum em *sites* e fóruns voltados para conteúdo adulto a solicitação de autodeclaração de idade, mas tal cuidado, longe de ser uma restrição efetiva, apenas isenta legalmente as páginas da responsabilidade com o acesso indevido. Esta questão necessita de maior reflexão.

4.4.1.5. Segurança na internet: transmissão e armazenamento de dados

Em se tratando da interação entre pesquisador e sujeitos participantes em estudos através da *internet*, é preciso lidar com questões relativas à transmissão de dados (há a possibilidade de interceptação por terceiros) e ao seu armazenamento. Nosek, Banaji e Greenwald (2002) recomendam atenção especial a estes dois aspectos uma vez que, dependendo do tipo de pesquisa, exigirá recursos humanos e técnicos para a garantia da segurança das informações.

No que concerne à validade das pesquisas, Arcoverde e Amazonas (2013) recomendam que qualquer dado público seja arquivado, sob o risco das informações utilizadas na pesquisa perderem-se com o tempo.

Dessa forma, o investigador deve manter em mente que as mensagens e tópicos podem ser excluídos a qualquer momento por inúmeras razões. Consequentemente a importância de salvar todas as informações e armazená-las como arquivos não-modificáveis como .pdf ou .xls para que a informação não seja perdida e possa ser analisada a qualquer momento, ainda que sua versão online tenha sido deletada. Certamente seria interessante um estudo que pudesse acompanhar comunidades controladas ao longo do tempo, verificando que conteúdos foram na verdade censurados pelos moderadores, e o que isso representa em termos das relações de poder existentes nesses espaços (ARCOVERDE; AMAZONAS, 2013 p. 67, tradução nossa).

4.4.1.6. Continuidade da pesquisa

Em se tratando de pesquisas que envolvam a interação entre pesquisador e participantes, especificamente envolvendo o uso de instrumentos como questionários, formulários e entrevistas estruturadas, há o risco do procedimento não ser finalizado pelo participante. Qualquer ocorrência que comprometa o serviço de transmissão pode, involuntariamente, prejudicar os procedimentos.

Além disso, Nosek, Banaji & Greenwald (2002) alertam para a possibilidade dos participantes simplesmente abandonarem a pesquisa no meio do processo, por frustração, confusão ou desinteresse, por exemplo, representando uma ameaça para o projeto (p. 162).

5. ANÁLISES DOS DISCURSOS

5.1. Procedimentos iniciais para busca e escolha dos textos

A maior preocupação que tivemos em nossa exploração inicial foi a de delimitar, o mais precisamente possível, que tipo de discursos buscaríamos na *internet*. Em se tratando de um campo muito vasto onde, literalmente, é possível encontrar qualquer tipo de informação, não poderíamos arriscar nos perdermos por provocações, incitações a desvios ou ímpetos elucidativos.

Assim, nosso movimento primeiro foi o de restringir o tempo cronológico da pesquisa. Para nós, a aprovação da união estável para casais homoafetivos pelo STF seria, então, o ponto de partida, o marco inicial do nosso trabalho. Entendemos que um acontecimento desta magnitude, com potencial de modificar conceitos e estruturas na correlação de forças, forneceria material suficiente para nossa reflexão.

Elegemos como marco final a parada *gay* do Rio de Janeiro do ano seguinte, de modo deliberado, supondo que o tempo decorrido seria mais do que suficiente para a proposta de trabalho. Estabelecemos, então, o período entre 05 de maio de 2011 e 18 de novembro de 2012.

O próximo passo foi definir o campo de busca. Interessava partir de notícias relativas à homossexualidade, quer fossem diretamente relacionadas à aprovação da união estável, quer não. Limitamos, então, nossa pesquisa aos principais portais de notícias no Brasil:

- Portal UOL (www.uol.com.br);
- Portal G1 (www.g1.globo.com);
- Portal Terra (www.terra.com.br);
- Portal R7 (www.r7.com) e
- Folha de São Paulo (www.folha.uol.com.br).

Preterimos *sites* de busca por entender que o material encontrado representaria uma dispersão muito grande na amostra. Se elegêssemos tais ferramentas para a nossa pesquisa, teríamos que “filtrar” a resposta pela delimitação do termo escolhido, evitando resultados

outros que não páginas de caráter informativo. Além disso, era nossa intenção dar maior abertura para a terminologia da pesquisa.

Escolhemos buscar apenas o termo “*gay*”, e não orientar os resultados encontrados para a aprovação da união estável, uma vez que nosso objetivo é analisar os discursos acerca das homossexualidades. No entanto, evitamos o termo “homossexual” tanto por ser mais utilizado semanticamente como um índice mais voltado ao gênero masculino que o escolhido⁵, quanto por estar menos presente em discursos coloquiais.

5.2. Resultados iniciais

Apesar de não pretendermos uma pesquisa quantitativa em nosso trabalho, acreditamos ser pertinente expor alguns dados encontrados em nossa pesquisa. Seleccionamos cento e vinte e oito notícias dentre os resultados obtidos, evitando repetições de acontecimentos por mídias diversas, notícias voltadas para divulgação de eventos, ou conteúdos direcionados exclusivamente para entretenimento. Por esta seleção, obtivemos um total de trinta e três mil, cento e dezenove comentários de usuários e visitantes destas páginas.

Dois portais foram excluídos da pesquisa. O portal Terra não permite pesquisa por período de tempo, e restringe a data do histórico, de modo que não foi possível resgatarmos notícias dentro do escopo da nossa proposta.

Já o portal R7 não retornou, em nenhuma das diversas tentativas que fizemos pelo seu instrumento de busca, quaisquer resultados para o termo “*gay*”. Realizamos uma tentativa com o termo “homossexuais” obtendo diversos resultados, o que explicita, em nosso entendimento, uma orientação editorial específica.

Vale salientar algumas restrições de acesso às páginas dos demais portais que, em alguns casos, exigia um cadastro para sua exibição.

Identificamos também maior abertura para comentários no portal da Folha de São Paulo, que demonstra possuir todo um sistema que incentiva a participação dos usuários. Em diversos casos, ainda que houvesse restrições de acesso à notícia em si, as páginas de comentários estavam sempre acessíveis.

⁵ Apesar do termo “*gay*” representar coloquialmente o gênero masculino, distinguindo-se do termo “lésbicas”, ele ainda é mais aceito como forma geral do que o termo “homossexuais”, geralmente complementado pela distinção entre masculino e feminino.

5.3. Posicionamentos

Optamos por uma observação participante nos moldes da invisibilidade proposta pela netnografia. Não dialogamos com os demais usuários, nem comentamos nas notícias. Entendemos que a exigência da identificação pelo pesquisador só faz sentido em pesquisas onde a interação entre pesquisador e sujeitos faz parte do processo.

Ademais, ainda que alguns instrumentos sejam pensados de forma análoga, não compreendemos a nossa pesquisa como uma etnografia virtual, como esclarecido anteriormente. Não nos interessa fazer uma descrição densa nos moldes da metodologia em questão.

Os textos foram escolhidos, dentre aqueles que foram levantados, como arquivos dentro da proposta *foucaultiana* de arqueologia, para posteriormente, permitir análises de discursos – e das relações de poder – em conjunto com a genealogia uma vez que, para compreender os confrontos, outros métodos seriam insuficientes.

Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade. Isto para situar o projeto geral. [...] A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. (FOUCAULT, 2009, p.172)

Quanto à privacidade, entendemos que todos os portais e *sites* visitados são de domínio e de interesse públicos, ainda que pertencentes a empresas privadas. A restrição de acesso que exige um cadastro para a visualização de alguns conteúdos não configuraria uma mudança de *status* neste quesito.

Entretanto, adotaremos um sistema que evite a identificação dos usuários, no corpo do texto, através dos comentários que por ventura utilizemos. Assim, tanto o consentimento prévio, quanto procedimentos que visem garantir a maioria dos usuários, não se fazem necessários.

No que concerne à segurança de transmissão e armazenamento de dados, como não temos interação com os usuários, nem adotamos quaisquer instrumentos para a captação de

dados confidenciais, tivemos apenas a preocupação de fazer um *backup offline* das páginas visitadas. Tal medida visa garantir uma base de dados que possa ser resgatada, já que não há garantias de que o material colhido na rede mundial de computadores permaneça disponível, ou idêntico ao consultado, sem edições posteriores, mesmo no que se refere às notícias dos portais.

5.4. Os discursos

Interagir com os textos e as falas encontradas ao longo da pesquisa foi uma tarefa árdua. O momento do trabalho não era o mesmo tempo dos acontecimentos, e o processo de imersão sem o instrumento do *feedback* imediato suscitou sentimentos diversos durante a trajetória de análise.

A atemporalidade dos textos e dos comentários dá um caráter distinto aos arquivos, uma vez que o resgate do que foi encontrado pode ser vivido e revivido de acordo com a provocação que mais nos afeta, diferente do que seria se estivéssemos em um processo etnográfico, onde a troca imediata seria dominante e orientadora do fluxo de pensamentos e conclusões.

Por isso, a escolha do que será exposto a seguir tem mais a ver com uma proposta de dar conta de uma diversidade de falas e intervenções que tragam à tona diversas homossexualidades manifestas, do que uma exposição linear do percurso vivido no processo da pesquisa. Seria humanamente impossível expor todas as cento e vinte e oito notícias encontradas, em conjunto com os mais de trinta mil comentários.

Decidimos trazer à tona quantas falas fossem possíveis no sentido de reforçar o caráter plural da existência e constituição das vivências homossexuais, e como que o encontro destas “vertentes”, por assim dizer, apontam para conflitos, tentativas de submissão de sentidos e novas compreensões, quando possível.

A impossibilidade de apontar diretamente cada indivíduo, respeitando os preceitos éticos que o tipo de pesquisa realizada determina, não pretende diminuir o valor das suas contribuições, nem seu peso. Mas a sensação de que ficou faltando algo, de que alguma fala significativa se perdeu no processo permanece. A nossa escolha, infelizmente, silencia aqueles que não estarão presentes.

STF reconhece por unanimidade a união gay
05/05/2011

O STF (Supremo Tribunal Federal) reconheceu nesta quinta-feira, em decisão unânime, a equiparação da união homossexual à heterossexual. O presidente do Supremo, Cezar Peluzo, deu o décimo e último voto a favor da união gay por volta das 20h30, após cerca de cinco horas de sessão. A decisão tem efeito vinculante, ou seja, alcança toda sociedade. Os ministros foram autorizados a decidir processos pendentes individualmente. Apesar de não falar em igualdade, mas em equiparação – fazendo ressalvas, como os ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes – Peluso afirmou que a Constituição não exclui outras modalidades de entidade familiar, mas reconhece que há lacuna normativa a ser preenchida.

Para Peluzo, assim como para Mendes, o Legislativo deve regulamentar a equiparação com a união estável heterossexual. Lewandowski havia falado anteriormente que existem alguns direitos que são exclusivos a uma relação formada por pessoas de sexo oposto, mas não especificou. Na prática, a decisão viabiliza para os homossexuais direitos como pensão, herança e adoção.

Dez ministros votaram – apenas o ministro Dias Toffoli não participou da sessão, pois se declarou impedido de se posicionar, já que atuou no processo quando era da AGU (Advocacia-Geral da União). A decisão do STF não é equivalente a uma lei sobre o assunto. O artigo 1.723 do Código Civil estabelece a união estável heterossexual como entidade familiar. O que o Supremo fez foi estender este reconhecimento a casais gays. Agora, se um clube vetar o nome de um companheiro homossexual como dependente, por exemplo, o casal pode entrar na Justiça e provavelmente ganhará a causa, pois os juízes tomarão sua decisão com base no que disse o STF sobre o assunto, reconhecendo a união estável. (FOLHA, 2011)

Dez votos. Dez pessoas. O Superior Tribunal Federal modificou a interpretação de um trecho da lei e, com esta mudança, casais homoafetivos em todo o país puderam oficializar suas uniões, posteriormente abrangendo também o casamento civil. Mas qual o alcance desta modificação? Como isto afeta a vida das pessoas?

Houve quem questionasse a legitimidade dos ministros do STF para alterar algo que não seria do seu escopo. Outros, no entanto, chamaram atenção para as responsabilidades entre os poderes constituídos, a necessidade da manutenção da relação entre eles e uma crítica ao que seria um desvio funcional.

– Quem esses ministros pensam que são para decidir algo contrário ao que Deus ordena? (usuário da *internet*; 2011).

– Pois é. Além de ser uma medida inconstitucional foi uma medida invertida. Ora, não há funções definidas entre os três poderes como deveria, já que quem cria lacunas dentro da Constituição agora é o Judiciário e não o Legislativo. Nos preparemos para vermos os deputados e senadores julgando as mais diversas causas, e a presidente criando projetos para o Judiciário sancionar ou não. Nada mais, nada menos que a "Burrocracia" Brasileira. (usuário da *internet*; 2011).

– É a viadagem sendo legalizada e tomando conta em todo lugar (usuário da *internet*; 2011).

Falas como estas ocuparam, à época, páginas da *internet*, fóruns, programas de televisão e tantos outros espaços. Dois anos depois, ainda são recorrentes nos debates sobre o tema.

Aqui, está em jogo estabelecer a possibilidade do exercício do poder. Poder encarnado, instituído, possuído e exercido pela própria vontade de quem o detém, ou por regras pré-estabelecidas. Em ambos os casos, não poderia ser questionado, senão pela sua subversão.

Mas há desrespeito ao poder pelos ministros? Quem define o uso do poder? Ele pertence a uma entidade, compreendida como um poder maior, absoluto? Ou tem a ver com um uma função a ser desempenhada, limitada por normas e acordos inegociáveis? Se é possível questionar a decisão do STF sobre a união homoafetiva, o que isso diz a respeito do poder do tribunal?

Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder? Onde o exerce? Atualmente se sabe, mais ou menos, quem explora, para onde vai o lucro, por que mãos ele passa e onde ele se reinveste, mas o poder... Sabe-se muito bem que não são os governantes que o detêm. Mas a noção de "classe dirigente" nem é muito clara nem muito elaborada. "Dominar", "dirigir", "governar", "grupo no poder", "aparelho de Estado", etc.. é todo um conjunto de noções que exige análise. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 2009, p.75).

Tais questões explicitam a dificuldade que encontramos para conceituar o poder, e como ele afeta as nossas vidas. Nos três casos, figuras distintas (o próprio STF, Deus, e as relações entre os três poderes) convocadas pelas falas são autorizadas ou desautorizadas a re-interpretar a lei e, por conseguinte, o conceito de união estável.

Para Foucault (2009), o modelo observado tanto no trecho da reportagem quanto nos comentários, corresponde ao poder como lei, assume um caráter repressivo, é um poder localizado.

Mais difícil, segundo o autor, é lidar com outra concepção de poder, correspondente a uma disputa em termos de relações de forças. Neste outro modelo, a compreensão do que está em jogo é mais complexa; o poder está presente também nas afirmações, nos discursos de verdade, nos hábitos, na produção de conhecimento, do saber.

Para o autor, a primeira possibilidade é enganosa, uma vez que “não dá conta de um número considerável de fenômenos.” (FOUCAULT, 2009, p.248). Definindo o poder como algo localizado, pertencente a um indivíduo ou instituição, estaríamos limitados a uma lógica

onde o poder só poderia ser exercido de modo repressivo; haveria um sentimento permanente de submissão e inferioridade por aqueles que sofrem seus efeitos, enquanto que os seus possuidores estariam em uma perpétua posição de autoridade e responsabilidade.

O tipo de conflito imaginável neste cenário não corresponde ao que vivenciamos na realidade. Em verdade, quando identificamos de algum modo o exercício do poder, podemos observar que alguém está sendo beneficiado, para além daqueles que aparentemente o detém. Mesmo em modelos de sociedade autocráticos, não encontramos este sentimento de conflito permanente.

A decisão do STF provoca um conflito, pois a concepção de homossexualidade como algo equivalente a heterossexualidade, afirmada na equidade de direitos estabelecida vai de encontro a diversas concepções de homossexualidade vigentes. O amparo buscado em outro discurso, que atribui à palavra divina o direito de definir o que é certo e o que é errado e o movimento de deslegitimar a decisão do tribunal são manifestações claras de uma reação ao poder do discurso jurídico em exercício.

– Eu sou *Gay*, tenho 25 anos, trabalho e estudo, e moro com meu filho de 6 anos e meu companheiro há 4 anos. Nós já existimos na sociedade – isso é uma realidade social. Conquistamos os mesmos direitos que todos os cidadãos têm para usufruir. Eu pago meus impostos, sou um eleitor, tenho meus deveres como cidadão. A única coisa que mudará em nossas vidas, é que teremos os nossos direitos reconhecidos como cidadãos comuns. Deu para entender? Falo por nós, não queremos casar perante a lei de Deus! (usuário da *internet*; 2011).

Aqui, uma vivência cobra sua legitimidade, determina seu espaço de atuação e, indiretamente, deixa claro que no espaço social há a convivência de concepções de homossexualidades distintas. Como Foucault (2009) frisa, é justamente o que escapa, esta existência que perdurava como resistência, a despeito das regras vigentes antes da decisão proferida, e que se afirma agora como algo de valor a ser reconhecido.

– Não vou mais perder o meu tempo. A instância máxima, e certamente indivíduos mais gabaritados que você, que decidiram. E nos equiparamos a países como Canadá e europeus ocidentais. Fico com ódio, pois tenho um irmão *gay* que é a pessoa mais íntegra e honesta deste mundo. Está junto com seu companheiro há oito anos e construiu um patrimônio junto. É de direito que o companheiro dele fique desprotegido? Eles querem adotar uma criança, mas certamente ela terá valores e não será induzida a nada. (usuário da *internet*; 2011).

Este questionamento também traz à tona outra realidade, que se desloca da esfera individual para a pública através da internet, compondo o movimento de resistência e

promovendo uma nova aliança, através do respeito pela vida construída pelo irmão, homossexual.

Para Foucault (2009), então, devemos lidar com a questão em termos de relações de poder, algo dinâmico, impossível de ser restrito a uma perspectiva linear, evolutiva, possuidora de uma origem a ser identificada. Pensar o poder em termos de relações implica em outra perspectiva de análise.

Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. [...] Se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado ponto, em um determinado momento, de que se deverá fazer a gênese e depois a dedução. Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações do poder (FOUCAULT, 2009, p.248).

Ou seja, não importa se o discurso jurídico, legal, transforme o status das homossexualidades e afirme um determinado sentido, orientando para uma compreensão específica e mais fechada. Outras concepções permanecem. O que mudou foram seus status nas relações de poder em disputa. Vejamos os comentários a seguir:

– A primeira vítima do homossexualismo é a verdade. Querem fazer algo anormal tornar-se normal. Nesta terra existem dois sexos: macho e fêmea. Fora isso, é anormal. A mulher e o homem foram criados para se unirem no amor... Isso é “perfeito e natural”. O comportamento homossexual, portanto, atenta contra a lei natural que rege o universo. Todavia todos são livres para fazerem o que quiserem. Sabendo porem que suas escolhas também trarão as devidas consequências. Isso é um fato real. (usuário da *internet*; 2011).

– Não te acho um monstro, nem perverso. Apenas uma pessoa equivocada com recalques de sua inclinação. Mas vamos por as cartas na mesa: a partir de quais autores você embasa sua teoria? Eu uso Darwin, Drauzio Varella, Dawkins, Carl Sagan. E você? Você leu mesmo Darwin? Pois a seleção ocorre num muito longo prazo, mas cadê então a diminuição do índice de homossexualidade na natureza desde os primórdios dos tempos? (usuário da *internet*, em resposta a outro, não citado; 2011).

– Tenho observado um equívoco comum nesse fórum quando o assunto envolve algum aspecto transcendental. Muitos se referem à bíblia como se ela fosse o livro da verdade absoluta. Esquecem-se, no entanto, que este livro é válido para apenas 1/3 da população mundial, os cristãos. Isso quer dizer que: de cada três humanos, 2 não acreditam nem aceitam a bíblia: o dobro dos seguidores de Jesus, portanto. Essa crença na supremacia é etnocentrismo ou ignorância mesmo (usuário da *internet*; 2011).

– A maioria existente é hétero. Sou hétero. Então, logo sou comum. Comum é ser normal. Vão pedir para queimar os dicionários? (usuário da *internet*; 2011).

– Data de 1890: a separação entre o Estado e a Igreja, no Brasil. No entanto, para uma parcela da população, essa separação parece que ainda não existiu. Igreja querendo ditar comportamentos à sociedade é demais. Deveriam se restringir a seus adoradores e deixar o restante das pessoas em paz. "Religião é uma coleção de lendas honradas, mas ainda assim primitivas, que são bastante infantis" – Albert Einstein. (usuário da *internet*; 2011).

Qual verdade deve prevalecer? A verdade da lei natural, ou a verdade dos cientistas? A verdade da maioria? Em qual dos contextos? Ou ainda, a verdade definida historicamente pela lei? Se existe apenas uma verdade, o que isso diz a respeito das outras?

Foucault (2009) afirma que não podemos buscar a verdade como se fosse possível apreendê-la através de quaisquer métodos. A verdade não existe. Logo, não há uma essência ou origem que possa ser resgatada a fim de fundamentá-la. A verdade é uma consequência, uma produção das relações de poder, contingente ao que estiver vencendo a batalha. Para o autor, mesmo o sujeito não existe independente da história; tanto este quanto a verdade são produzidos nas/pelas relações de poder, em suas disputas e configurações.

Historicamente, a verdade nas civilizações ocidentais era fundamentada pela revelação cristã, notadamente através dos ensinamentos da igreja católica. Crimes eram julgados sob a vontade de Deus, reis eram coroados sob sua benção, doenças eram fruto de sua punição. E após o Iluminismo⁶, com a primazia da razão, o conhecimento científico tornou-se o caminho para se alcançar a verdade, o instrumento de justificativa de políticas sociais, programas higienistas e constituição de novos comportamentos morais.

Verdade é poder, mas poder sendo exercido. Foucault (2009, p.114) explica:

Podemos então supor na nossa civilização e ao longo dos séculos a existência de toda uma tecnologia da verdade que foi pouco a pouco sendo desqualificada, recoberta e expulsa pela prática científica e pelo discurso filosófico. A verdade aí não é aquilo que é, mas aquilo que se dá: acontecimento. Ela não é encontrada mas sim suscitada: produção em vez de apofântica. Ela não se dá por mediação de instrumentos, mas sim provocada por rituais, atraída por meio de ardis, apanhada segundo ocasiões: estratégia e não método. Deste acontecimento que assim se produz impressionando aquele que o buscava, a relação não é do objeto ao sujeito de conhecimento. É uma relação ambígua, reversível, que luta belicosamente por controle, dominação e vitória: uma relação de poder.

⁶ Termo usado para descrever as tendências do pensamento da elite intelectual européia do século XVIII, antecedendo a Revolução Francesa, que procurou mobilizar o poder da razão, a fim de reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval.

Cada verdade afirmada acerca da união estável pretende para si um controle. O poder de determinar como as relações podem/devem ser aceitas, de que modo devem ser publicizadas, em que grau equiparadas. O debate está para além do óbvio. Tanto na defesa quanto na oposição à união homoafetiva também estão em disputa modos de família, configurações de ordenação social, a compreensão do sexo como dentro da esfera íntima e sua inserção em uma conjuntura social.

E uma vez que a verdade aceita é aquela que justifica o poder de decisão do STF, seus opositores precisam buscar outras alianças, incentivar outros arranjos de produção de verdade, visto que os atuais não mais atendem as suas expectativas e desejos.

A saída, neste caso, é o que vemos: desqualificar a verdade vigente, tentar impor, pelo grito, seu discurso próprio de verdade mas sem abrir mão, como bem lembrou Foucault, dos ardis para “dominá-la”, ou melhor, reconfigurá-la.

Enquanto as mudanças estão em processo, a manutenção das tensões evidencia possibilidades a serem exploradas. Quais seriam, então, os modos de rearranjar os discursos de verdade, de efetivamente afirmá-la? Ora, a verdade não prima por consenso – ela se impõe, mas ainda permanece indissociável ao contexto histórico em que está inserida. Segundo Foucault (2009, p.10),

Em nossas sociedades, a "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas").

Apesar de concordarmos com o autor, fazemos a ressalva de que, por maior que seja o poder exercido pela verdade “científica”, esta não é exclusiva do nosso mundo contemporâneo. O debate atual deixa isso claro, e permite que quimeras surjam vez ou outra.

Nosso movimento, então, deve ser o de compreender que tanto o sujeito do conhecimento quanto a própria verdade são constituídos dentro da história, exigindo outro modo de pensá-la, mas não uma história linear, evolutiva, ordenada.

Precisamos entender que, para afirmar um discurso de verdade acerca da homossexualidade precisamos, necessariamente, dar conta de todas relações de poder em este discurso se faz presente. Logo, a tensão da disputa não cessa, como é o caso deste momento, da aprovação da união estável.

– Ninguém nasce homossexual, assim como ninguém nasce pedreiro ou médico. Portanto, há solução para mudar o estado das coisas, quem em determinado ponto da vida, foi tomado. Reconhecer o problema e querer mudar de verdade é o *start* da mudança. Acheigar-se àquele que nos ama, e quer o bem de todos, é outro passo vital. Pois ele a todo momento está pronto a ajudar os que se achegam a ele com humildade, e sinceridade no coração e na alma (usuário da *internet*; 2011).

– Mesmo desconsiderando os aspectos religiosos, o comportamento *gay* é ilógico, sem sentido, fisicamente incompatível e cientificamente uma anomalia genética. Tanto não é normal que gera toda essa polêmica (usuário da *internet*; 2011).

– Em um Estado Democrático, essa foi uma decisão justa e esperada, afinal todos os cidadãos, independente da opção sexual, têm o mesmo direito e dever. E promiscuidade por promiscuidade, os casais héteros também não ficam atrás. Agora, segundo a Lei Moral de Deus, essa decisão do STF vai trazer consequências graves para a Nação que se esquece da Palavra de Deus. Finalmente, os armários agora ficarão vazios e aqueles que agora atiram a pedra são os simpatizantes enrustidos (usuário da *internet*; 2011).

– No reino animal tem centenas de espécies que possuem comportamento homossexual. Se não me engano, até existem espécies com comportamento homofóbico também, vi num documentário certa vez. Então esses animais vão para o inferno por obedecerem a sua natureza, tanto os homossexuais por "pecar", tanto os homofóbicos por "não amar o próximo como a si mesmo" (usuário da *internet*; 2011).

É engano pensar a verdade apenas como produto do conhecimento, amoral, distante das questões sociais e políticas, isenta de posicionamento, isolada do debate. Notamos tanto a presença do discurso baseado no credo, na religião, quanto o discurso, implícito, do valor dos acordos sociais para a garantia de direitos, conjugados na mesma ideia, aparentemente em oposição.

O paradoxo exposto pode indicar, justamente, os conflitos na disputa pela verdade, e a dificuldade de se afirmar um único vitorioso. Temporariamente, a verdade do STF se afirma, mas não sem resistência. A disputa ainda está em jogo. O poder exercido pelo discurso jurídico não é absoluto, não tem condições de sobrepor em definitivo outros discursos que, a despeito do desejado pela comunidade *gay*, permanecem.

*Bispos criticam união gay em dia de votação do tema no STF
Para eles, o casamento pressupõe que homens e mulheres gerem filhos.
05/05/2011.*

Pouco depois de o Supremo Tribunal Federal retomar, no início da tarde desta quinta-feira (5), o julgamento de ações sobre o reconhecimento da união entre casais do mesmo sexo, alguns bispos em São Paulo se manifestaram contra a proposta. Para os religiosos, que estão reunidos na 49ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no interior do estado, a Igreja defende a família como uma instituição formada por homem e mulher, capaz de gerar filhos.

Dom Anuar Battisti, gaúcho e arcebispo de Maringá (PR), chegou a dizer que chamar de casamento a união entre homossexuais representa uma “agressão frontal” à família. Para ele, se o projeto for aprovado no STF, as pessoas estarão “institucionalizando a destruição da família”. O encontro anual do episcopado ocorre em Aparecida, no Vale do Paraíba. A pauta principal dos religiosos neste ano é eleger a nova direção da CNBB. Eles também discutirão diretrizes da ação evangelizadora.

“O ser humano de fato se realizará na sua profundidade de sua relação na constituição da família a partir de um casal formado por homem e mulher”, afirmou dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães, bispo auxiliar de Belo Horizonte. Questionado sobre o que pensava sobre a adoção de crianças por pais do mesmo sexo, respondeu: “A adoção é um serviço da mais alta nobreza. Só não aceitamos fazer a equiparação com a família. Não é família. É uma comunidade de pessoas”, disse ele, ao se referir aos casais homossexuais que vivem juntos.

Polêmico, o assunto foi abordado por jornalistas na entrevista, por volta de 15h30, em que quatro bispos estavam presentes. O porta-voz do evento e arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani João Tempesta, tomou o microfone e lembrou que o tema “não é assunto da assembléia” e não está na pauta do encontro, que vai até o dia 13 de maio. Apesar disso, ele se posicionou, dizendo que a Igreja “sempre defende e defenderá o direito das pessoas” e ela é “contra a exclusão”. No entanto, ressaltou que a família “é uma entidade que vem do direito natural”.

Ao dar seu ponto de vista, dom Edney Gouvêa Mattoso, atual bispo diocesano de Nova Friburgo (RJ), pediu discernimento. “Uma coisa é a união civil. A outra é o casamento, que é um sacramento da Igreja. O direito de duas pessoas constituírem patrimônio é consenso, mas não devemos chamar isso de casamento.”

[...] Para dom Edney, se a proposta for aprovada no STF, “nada vai mudar” no posicionamento da Igreja Católica. “Ela vai continuar defendendo os direitos da família e a nossa fé. Isso também é liberdade.” O bispo auxiliar de Belo Horizonte, dom Joaquim Guimarães, afirmou que, se os ministros votarem a favor da união estável entre os casais homossexuais, a Igreja vai precisar reforçar suas posições. “Esse assunto já foi discutido em outros países. No Brasil, devemos dar o exemplo para reforçar nossa ação na criação de convicção nas pessoas. Ainda que a lei permita isso ou aquilo, a minha convicção é essa.” Bispos estão reunidos no interior de SP na 49ª Assembléia Geral da CNBB (ISKANDARIAN, 2011).

Ainda que possamos observar alguns posicionamentos controversos, especificamente no que tange a distinção entre casamento e união estável, a afirmação é pelo sentido de família pregado pela igreja católica. Vale ressaltar que esta notícia é anterior à aprovação da união estável, e que a CNBB exerceu fala contra a união durante o julgamento no STF. Seu objetivo com esta nota era firmar uma posição na disputa pelas concepções de casamento e família que atravessam a vivência das homossexualidades.

Para nós, é importante resgatar o que Foucault (1996) afirma acerca da religião. Buscando compreender o funcionamento dos discursos, o autor afirma que as doutrinas são discursos que buscam difundir-se, mas com algumas regras e intenções.

O discurso religioso “pertence” aos iniciados, sendo exclusivo dos estudiosos, como os pastores e padres, mas espera-se que a doutrina seja acessível a todos. A doutrina trata do sentimento de pertencimento ao grupo, e remete tanto ao sujeito que fala quanto ao enunciado proferido. Espera-se do discurso de fé a manutenção dos dogmas e o respeito à lei divina. Um religioso deve ser moralmente exemplar, e atento às necessidades de sua congregação ou comunidade. Assim, os discursos doutrinários devem ser uniformes, imutáveis, pouco variados, sob o risco da identificação não se completar.

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam. (FOUCAULT, 1996, p.43)

A “ameaça” à família condicionada à aprovação da união estável homoafetiva tem a ver com a exclusão doutrinária do indivíduo que tem prazer e/ou sentimentos por outro, do mesmo sexo/gênero. A aceitação de tal “condição” seria um gesto análogo a abraçar homossexuais como iguais, o que seria impossível, uma vez que a inclusão de um indivíduo à comunidade religiosa está submetida à aceitação da doutrina, ao arrependimento dos pecados. Contudo, mesmo neste contexto, há exemplos de resistência.

*Para igreja anglicana decisão do STF é um avanço
12/05, 2011, Folha de São Paulo.*

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil divulgou nota anteontem na qual afirma considerar um 'avanço' a decisão do STF que reconhece a validade da união estável homoafetiva no Brasil. A instituição – fundada em 1890 e ligada à Comunhão Anglicana (que reúne igrejas de 165 países) – é liderada pelo bispo primaz Maurício José de Andrade, que assinou a nota. Segundo ele, a decisão foi tomada por conta do 'comprometimento com a dignidade humana e com a luta contra a discriminação'. A igreja tem representação em mais de 150 pontos no Brasil, a maioria no Sul. De acordo com Andrade, os anglicanos reúnem cerca de 75 mil fiéis no país. Questionado se a igreja celebrará casamentos homoafetivos, o bispo primaz respondeu que o matrimônio gay não está previsto em seus ritos, mas disse considerar necessária uma 'ampla discussão interna sobre essa questão'. Desde 1985, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil ordena mulheres para o sacerdócio. Cerca de 40% do clero é composto por elas. Nos EUA, a Igreja Episcopal (que também é filiada à Comunhão Anglicana) admite o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em 2010, a instituição nomeou o seu segundo bispo homossexual. A episcopisa Mary Glasspool vive com outra mulher desde 1998. Antes dela, em 2003, a Igreja consagrou bispo o reverendo Gene Robinson, que participou das celebrações de posse do presidente Barack Obama. A Igreja Anglicana tem cerca de 77 milhões de fiéis no mundo todo, sendo 2,2 milhões nos Estados Unidos (FONSECA, 2011).

– Nossa! Que surpresa encontrar uma igreja cristã que respeita as diferenças no Brasil! Enquanto a Católica proíbe o uso de preservativos, mulher no

sacerdócio, participou fielmente do genocídio em Ruanda, alegou que negros e índios não tinham alma, teve inquisição, encobrem e abusam de crianças, enfim...a Igreja Católica tem uma lista interminável de abusos e atrocidades cometidas contra a humanidade. Sendo assim, parece ser muito nobre ver uma Igreja Cristã ter uma postura humana (usuário da *internet*; 2011).

Assim como:

Lésbicas de Cristo: Igreja evangélica fundada por mulheres homossexuais no centro de São Paulo quer acolher "escorraçados pela intolerância"

16/06/2011, Folha de São Paulo, Laura Capriglione.

Lanna Holder, a ex-lésbica, ex-drogada e ex-alcoólotra pregadora evangélica, era a prova cabal do poder curador de Deus na vida dos que nele creem. Pois foi só se converter ao evangelho, e Lanna, então com 20 anos, deixou para trás um pelotão de namoradas suspirantes e as noitadas movidas a cocaína e hectolitros de álcool, consumidos diariamente. "Centenas de ministérios disputavam "a tapas" a presença da carismática Lanna em seus púlpitos. Em pouco tempo, ela se transformou em uma espécie de "avatar da sorte" para quem quisesse manter sua congregação lotada", escreve um pastor, a respeito da hoje desafeta. Lanna subia ao altar e contava com voz de contralto como o milagre ocorrera em sua vida "dissoluta". A apoteose era quando apresentava o marido emocionado e o filho. O templo vinha abaixo. Dezesseis anos depois da conversão, a campeã da fé, agora com 36 anos, acaba de abrir uma nova igreja evangélica em São Paulo, a Comunidade Cidade de Refúgio, no centro de São Paulo. Surpresa: em vez dos testemunhos de como se curou da "praga gay", Lanna Holder rendeu-se à homossexualidade. Ela tem até uma companheira na empreitada, a pastora e cantora gospel Rosania Rocha, 38. As duas estão juntas há cinco anos, desde que largaram os maridos e oficializaram seus divórcios. No tempo em que era o troféu da fé, Lanna lidou com o que hoje chama de "culpa extrema". "Eu pregava o que desejava que acontecesse comigo", diz. Para evitar reincidir, mortificou a carne com jejuns e subidas e descidas de montes, em uma espécie de cooper - para cansar mesmo. Participou de "campanhas de libertação" todas as quartas-feiras, incluindo rituais de quebra de maldição e cura interior. Por fim, submeteu-se a sessões de "regressão ao útero materno", nos moldes preconizados no início do século 20 pelo terapeuta Otto Rank (1884-1939). "Não deu certo", ela diz. Chamada para pregar em Boston, nos EUA, bastou encontrar os olhos claros da mineira Rosania para todo o "trabalho" naufragar. Rosania também se apaixonou. Elas pediram ajuda aos pastores, oraram muito para evitar. Ficaram quase um ano sem se ver. Mas não deu. Depois de um acidente de carro que lhe deslocou da bacia o fêmur direito, esmagou-lhe o pulmão, causou trauma cardíaco, fratura em quatro costelas e dilaceração do fígado -hoje, uma grossa cicatriz de 0,6 metro de comprimento cruza todo o tronco de Lanna-, as duas resolveram, enfim, viver juntas. Sobre os pastores que as acusam de criarem um lugar de culto a Satanás, uma filial de Sodoma e Gomorra, as duas líderes religiosas dizem apenas: "A nossa igreja é de Cristo, não é de lésbicas ou gays. Mas queremos deixar claro que somos um refúgio, acolhemos todos os machucados e feridos, todos os que foram escorraçados pela intolerância". No primeiro dia, a nova igreja juntou 300 pessoas (CAPRIGLIONE, 2011).

– Esses fatos históricos (a vitória contra a ignorância e o preconceito) reivindicam que todas as liberdades se forjem num mesmo padrão, e o Estado democrático de direito se revigore. As fundadoras da igreja estão de parabéns por esse exercício de avanço benéfico e alvissareiro para as todas as religiões, especialmente para as evangélicas (usuário da *internet*; 2011).

Ou seja, mesmo a exclusão das relações homoafetivas pelo exercício da religião não é uma questão fechada. A possibilidade de interpretação existe, o que requer o posicionamento por novas escolhas, em uma nova configuração de forças onde outros atores atuam nas

relações de poder. Mas permanece, então, o caráter inclusivo da doutrina, a identificação através dela, o sentimento de pertencimento, a reprodução dos discursos sem espaço para questionamento ou interpretação?

– É confortante saber que nem todas as denominações religiosas do mundo estão comprometidas com a barbárie (usuário da *internet*; 2011).

– A liberdade de expressão e de culto deve ser respeitada. Somente Deus é justo juiz. Deixem que Ele julgue, afinal a bíblia mesmo diz: "Não julgueis..." somente elas sabem de suas comunhão com Deus. Que nós cristãos sejamos contra qualquer forma de preconceito, pois é vergonhoso saber, que segundo pesquisas, os evangélicos tem mais tendência a homofobia. Lamentável! (usuário da *internet*; 2011).

Tal abertura, nos casos da Igreja Anglicana e da Comunidade Cidade de Refúgio, fragiliza os discursos de outras religiões, uma vez que abre o campo de disputa. A aliança forjada entre estas representações religiosas e os direitos homoafetivos obriga outras igrejas a lidarem com seus dogmas e doutrinas, e gera reações contundentes.

– Estas pessoas nunca foram de Cristo. Quem é, tem a mente nele e vive segundo a palavra! Diabo trabalha e muito em favor dos seus, precisamos vigiar e orar! E muito! Família, homem x mulher = filhos. (usuário da *internet*; 2011).

– É uma brincadeira, essas gordonas, a maioria sapatonas, abrirem igrejas. Quem elas pensam que são? Não arrumam maridos e viram lésbicas. Um pepino grosso nelas. (usuário da *internet*; 2011).

– Esta igreja está mais preocupada em agradar as "massas" e ser popular do que ensinar os valores e princípios cristãos, e tem o "temor dos homens". (usuário da *internet*; 2011).

– o dia que o ser humano descobrir que o sexo e o desejo não é amor, que um homem nunca vai ser uma mulher, que uma mulher nunca vai ser um homem, o mundo melhora (usuário da *internet*; 2011).

A resposta em outros campos de conflito é análoga, pois a disputa nas/pelas relações de poder também é uma disputa por alianças, ainda que seja necessário minimizar contradições impostas pelo próprio movimento a ser realizado.

Evangélicos tentam no Congresso limitar direitos dos gays
13/05/2011, Folha de São Paulo, Gabriela Guerreiro; Larissa Guimarães

Numa ofensiva contra a decisão do Supremo Tribunal Federal de reconhecer a união civil entre homossexuais, a bancada evangélica do Congresso se articula para aprovar propostas que limitam os direitos dos gays. Ontem, após protestos dos evangélicos, a Comissão de Direitos Humanos do Senado adiou a votação do projeto que criminaliza a homofobia. Os religiosos argumentam que a

decisão do STF fere a Constituição, que reconhece a união civil homem-mulher. Vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) disse que o grupo pretende apresentar projeto de decreto legislativo para anular a decisão do Supremo. "Pelo texto, o Legislativo poderá sustar atos normativos do Judiciário quando for verificada sua inconstitucionalidade", afirmou Garotinho. Os evangélicos ainda querem apresentar projeto que sugere plebiscito a respeito. Advogados constitucionalistas afirmam que, mesmo com novas iniciativas do Congresso, a decisão do Supremo não pode ser anulada. "O STF entendeu que a discriminação contra uniões homoafetivas viola cláusulas pétreas da Constituição", diz o advogado Eduardo Mendonça. 'Se a decisão [do STF] for fundada em cláusulas pétreas, como os direitos e as garantias individuais, a alteração é impossível', afirma o advogado Cláudio de Souza. Organizador de uma marcha contra a criminalização da homofobia, o pastor Silas Malafaia diz que tem contado com "o apoio e o entusiasmo"; de diversos deputados e senadores para o evento, marcado para 1º de junho, em frente ao Congresso. "É também uma resposta à decisão do STF. Temos de reagir", argumentou. Para o militante gay Toni Reis, as iniciativas religiosas não vão "prosperar" no Congresso. "É um grupo pequeno, ninguém vai embarcar." Os evangélicos são contra o projeto por temer que pastores possam ser punidos se condenarem a homossexualidade nas pregações. Marta disse que vai incluir um artigo que protegerá os cultos da criminalização.

A conquista dos homossexuais aparenta uma ameaça à verdade das doutrinas evangélicas. O aceite social à união homoafetiva exporia as religiões às suas próprias fragilidades, relegando-as a uma posição retrógrada, o que culminaria em isolamento, ou mesmo em sua extinção.

Como os interesses dos homossexuais parecem ser inconciliáveis aos dos religiosos da bancada evangélica, a radicalização é adotada como solução, e tem como consequência tanto uma segregação dos demais integrantes do corpo social, quanto um sentimento de união com aqueles que, a despeito de suas especificidades, reconhecem ameaças comuns.

E a busca pela solução dos conflitos pelo sistema de leis guarda o cerne das disputas nas/pelas relações de poder.

[...] as lutas políticas, os confrontos a respeito do poder, com o poder e pelo poder, as modificações das relações de força em um sistema político, tudo isto deve ser interpretado apenas como continuações da guerra, como episódios, fragmentações, deslocamentos da própria guerra. Sempre se escreve a história da guerra, mesmo quando se escreve a história da paz e de suas instituições. Em terceiro lugar, que a decisão final só pode vir da guerra, de uma prova de força em que as armas deverão ser os juízes. O final da política seria a última batalha, isto é, só a última batalha suspenderia finalmente o exercício do poder como guerra prolongada (FOUCAULT, 2009, p.176).

Em conflito tão acirrado, os evangélicos correm o risco de submeter a constituição e manutenção de suas doutrinas a uma posição de fragilidade. Como recurso de identificação, sua religião não pode ser imposta a outros, estranhos aos ensinamentos, sob o risco de comprometer a identificação entre seus integrantes.

Ou, insistindo nesta postura, e avançando nas disputas de poder, religiões podem apontar, em última instância, para a constituição de um Estado Totalitário⁷.

Justiça da Rússia proíbe marchas do orgulho gay pelos próximos 100 anos
19/08/2012, Site Opera Mundi, Fillipe Mauro

O Tribunal Superior de Moscou recusou nesta sexta-feira (17/08) uma apelação e decidiu manter proibidas pelos próximos 100 anos quaisquer celebrações públicas organizadas por defensores dos direitos LGBT. A proibição para esse tipo de evento já existia, mas sua validade se encerrava este ano. Com a decisão, a ordem judicial se estende, a partir de agora, para o ano de 2112. Nikolai Alexeyev, ativista que encabeçou o recurso à instância jurídica máxima da cidade, anunciou que recorrerá da decisão junto ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Em entrevista ao El País, ele alegou que “a decisão não é uma surpresa”, já que “os tribunais russos raramente se colocam a favor dos direitos de gays e lésbicas”. Essa não é a primeira vez que Alexeyev recorre à justiça europeia para tratar do respeito ao direito de membros da comunidade LGBT. Entre 2006 e 2008 ele já conduzia ações judiciais junto ao Tribunal de Moscou pedindo a revogação do veto a esse tipo de manifestação. A Justiça da Rússia, à época, classificou marchas e paradas do orgulho gay como casos de desordem pública. O caso acabou em Estrasburgo, onde Alexeyev alegava uma infração do direito à liberdade de reunião. A corte europeia concordou com seus argumentos em 2010 e concluiu que as autoridades russas haviam discriminado o ativista por sua orientação sexual. A ordem naquele momento era de que Moscou indenizasse Alexeyev em 12 mil euros (o equivalente a 30 mil reais) e arcasse com 17.510 euros de custos advocatícios (mais de 43 mil reais). Desta vez, contudo, Alexeyev alega que não quer apenas recorrer ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos para que penalizar a Rússia e ser reparado. “Queremos garantias de que possamos celebrar o orgulho gay no futuro”, resumiu ao El País. O ativista havia solicitado autorização para celebrar 102 manifestações em favor dos direitos de homossexuais até 2112. De acordo com a emissora britânica BBC, a resposta dos magistrados foi a mesma de sempre: a maioria dos moradores de Moscou em tese não se simpatiza com esse tipo de evento, que “só pode produzir desordens públicas”. Para Alexeyev, esse tipo de declaração só deixa mais claro que, na realidade, “não há argumentos” que fundamentem a decisão (MAURO, 2012).

– Parabéns, Rússia, pela atitude. Que sirva de lição (usuário da *internet*; 2012).

– A justiça Russa agiu certo, afinal regras da sociedade são para a maioria e não para uma minoria. E antes de me criticarem, leiam a notícia e saibam que proibiu marchas, ou seja, proibiu a algazarra que acontece nas ruas, como a tal "Parada" em SP. Infelizmente, hoje as pessoas se tornaram anarquistas, ou seja, querem fazer o que der na cabeça em locais públicos, mas não fazem o que der na cabeça dentro de suas próprias casas. Querem puxar um baseado nas ruas, querem se agarrar nas ruas como se estivessem entre 4 paredes, querem ter diversos direitos, mas não querem obrigações (usuário da *internet*; 2012).

– Tomara que acabem com essa festa hétero chamada carnaval, micaretas, réveillons, rodeios, forrós e afins, onde os machos do país podem sair bebendo e comendo todas as mulheres nas ruas, na frente de nossas famílias

⁷ Normalmente sob o controle de uma única pessoa, político, facção ou classe social, não reconhece limites à sua autoridade, estendendo sua presença reguladora e repressiva, em absolutamente todos os níveis da sociedade (cultura, artes, economia, política, leis e etc.), sempre que possível.

e mijando em nossas calçadas sem um pingo de pudor! Tomara que proibam a venda de álcool para não alimentar esses bebarões, cigarros e psicotrópicos! Que proibam as Igrejas de celebrarem seus cultos por serem um atentado ao pudor quando roubam o dinheiro dos fiéis e os lavam no exterior para compra de emissoras de rádio e tv no Brasil em nome de seus fundadores e que abusam de crianças... Que pessoas hipócritas e machistas! Direitos iguais, não é?! (usuário da *internet*; 2012).

– Chega de heterofobia. Rasguem o preconceituoso e discriminatório PLC122. Em defesa do respeito, dignidade e valor da família que Deus criou. Na natureza vemos de forma clara e abrangente o sistema heterossexual nos seres vivos (usuário da *internet*; 2011).

– Nossa, gente, está difícil de viver nesse Brasil. Petista, ateu, gayzolas... e enrustidos defendendo essas ideias de esquerdas. Nossa! Afff.. Socorro! Bolsonaro, salve a gente dessa imundície (usuário da *internet*; 2011).

– Meu caro, os homossexuais não pretendem calar ninguém. Nós, democratas, defendemos seu direito de dizer que não concorda com nossa orientação sexual. Por outro lado, homofóbicos como Jair Bolsonaro defendem a ditadura militar e a censura. O que queremos é que a lei nos proteja de sermos diariamente agredidos, oprimidos, humilhados, ofendidos, vilipendiados e assassinados. Isso tem a ver com liberdade de expressão dos homofóbicos ou garantia de direitos básicos e segurança? (usuário da *internet*; 2011).

– Tomara que algum maluco exploda algum baile gay e mate centenas de vocês (usuário da *internet*; 2011).

– Gosto da diversidade. O problema é quando a diversidade quer que eu ache tudo bonito e não percebe que a civilização inteira vai, a longo prazo, ser corroída pela falta de tradições, que não existem por existir, mas sim por motivos racionais (usuário da *internet*; 2011).

– Como filho de Deus, vou ser sincero: eu amo todos os GLS, mas sou contra a prática. Se eu vir dois gays se beijando, vou ser contra porque é um ato nojento. Estamos vivendo os últimos dias, realmente (usuário da *internet*; 2011).

Felizmente, “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.” (FOUCAULT, 2009, p.241).

Estamos observando que há uma pregnância das disputas e da correlação de forças a respeito dos direitos, das leis e da verdade. A verdade ainda que constituída em outras esferas, não ganha o *status* de universalidade (ainda que tal universalidade seja apenas aparente) enquanto não for legitimada pelas relações de poder.

Segundo Foucault (2009, p.179-180), o direito e os discursos de verdade, aliados, se organizam de um modo especial, ocupam uma posição de relevância inquestionável nas disputas de poder, independente do mérito relativo aos direitos ou pela definição de deveres e limites.

Esta composição avança significativamente para além do jogo de relações do espaço do corpo social, interferindo direta ou indiretamente no foro íntimo. A aprovação da união estável para casais homoafetivos não é apenas um direito conquistado. Ela implica em mudanças de posturas, afetos e relações no nível individual.

– A grande maioria se diz feliz em ser *gay*. Agora vamos fazer um exercício de pensamento: quantos de vocês não conheceram várias crianças com traços homossexuais na infância que foram cruelmente agredidas pelo seu comportamento "diferente"? Agora, como será que está a cabeça destas pessoas, depois de tanto tempo de agressão? Será que são pessoas felizes, ou psicologicamente abaladas? Como pessoas abaladas poderão educar outras crianças sem passar rancor? Não seria uma forma de vingança? (usuário da *internet*; 2011).

– Como é que é? Você está tentando denegrir os *gays* por terem sido vítimas de bullying? Tá culpando a vítima? Abalada é a cabeça de quem praticou o bullying (usuário da *internet*; em resposta ao comentário anterior, 2011).

– Acho engraçadas essas pessoas que falam "sou contra a homossexualidade". Uai, por que você tem que ser contra algo que não te afeta, que não te faz mal, que não tem nada a ver com você? Bem, eu não gosto de jaca e não digo que sou contra quem gosta de jaca. Se não gosta de homossexuais, não seja um. Não precisa xingar, bater, desrespeitar, tirar direitos. Basta não ser (usuário da *internet*; 2011).

– Deus também odeia a discriminação, a intolerância e o ato de ficar falando da vida dos outros. Porque vocês não cuidam da própria vida ao invés de ficar falando do comportamento dos outros? Lembram da frase de Jesus para Maria Madalena? (usuário da *internet*; 2011).

– Sou de uma igreja protestante reformada e sempre respeitei as pessoas, independente de credo, raça, condição socioeconômica ou escolhas sexuais. Mesmo que o STF tenho garantido direitos civis aos homossexuais, isso não implica em dizer que sou obrigado a concordar. É claro que temos que acatar, mas tenho o direito de ter as minhas convicções teológicas, filosóficas. O que não pode de forma alguma é o direito dos homossexuais sobrepujar o meu direito de pensar e de ter opiniões (usuário da *internet*; 2011).

Os discursos provocam reações, remetem a vivências pessoais, interferem mesmo nos afetos. Hoje, somos convocados a tomar uma posição a respeito da união estável, da igualdade de direitos, das demonstrações de carinho, seja dentro de casa, no ambiente de trabalho, com

amigos, ou mesmo em espaços públicos. São as relações de poder permeando todas as esferas da vida, re-orientando os discursos.

Ou seja, poder exercido avança significativamente para além do espaço do corpo social, interferindo direta ou indiretamente no campo de foro íntimo. A aprovação da união estável para casais homoafetivos não é apenas um direito conquistado. Ela implica em mudanças de posturas, afetos e relações no nível privado.

Chamar atenção para estas experiências individuais e sua relação com grandes mudanças sociais, correspondentes aos rearranjos das relações de poder, é de extrema importância para a compreensão das disputas vigentes, como alerta o próprio Foucault (2009, p.184):

Creio que deva ser analisada a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos; como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam; mas sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais; como poderes mais gerais ou lucros econômicos podem inserir-se no jogo destas tecnologias de poder que são, ao mesmo tempo, relativamente autônomas e infinitesimais.

Pai e filho são agredidos após serem confundidos com casal gay
19/07/2011, Folha de São Paulo

Um homem de 42 anos e seu filho, 18, foram agredidos na última quinta-feira (14) em uma exposição na cidade de São João da Boa Vista (216 km de São Paulo). A agressão aconteceu após as vítimas, que estavam abraçadas, serem questionadas se eram gays. Segundo a Polícia Civil, pai e filho foram abordados por cerca de sete homens, que foram embora após as vítimas dizerem que não eram gays. O grupo, no entanto, retornou e iniciou a agressão contra os dois. Durante o tumulto, um dos criminosos mordeu e decepou parte da orelha do pai. As duas vítimas foram encaminhadas para um hospital da região, onde receberam atendimento, e liberados em seguida. Os criminosos fugiram. Um inquérito policial foi aberto para apurar o crime, mas nenhum suspeito tinha sido identificado até a manhã desta terça-feira. Uma equipe da polícia foi até a cidade de Vargem Grande do Sul (234 km de SP), onde moram as vítimas, para que elas sejam ouvidas novamente (FOLHA, 2011).

– Agora até pai e filho estão sendo atacados por causa da homofobia. Na boa, a próxima vez que eu ver um pastor falando mal dos homossexuais eu saio de perto, porque eu não aguento mais tanta hipocrisia. Vai falar mal de gay ao invés de falar mal desses monstros que atacam eles? Ah, me faça um favor, viu? Eu, mesmo sendo hétero, já estou revoltada com tanto preconceito aqui no Brasil (usuária da *internet*; 2011).

– Nesse sentido, nem sempre se reconhece o gay à primeira vista – para horror dos preconceituosos – e mesmo confiando em códigos formados pelo senso comum, um gay pode ter ou não a combinação de atitudes que caracterizam um homossexual. Então, muitas vezes, acontecem confusões e equívocos, como acreditar que um hétero é gay e vice-versa (usuário da *internet*; 2011).

– Sinceramente não sei nem o que escrever, estou chocado com tamanha ignorância! (usuário da *internet*; 2011).

– Tanta propaganda, tanta insistência de liberdade... dá nisso. Nas novelas, reportagens etc., parece não ter outro assunto. Porque os GLS fazem tanta questão de aparecer? Não podem ser discretos como todo mundo, frequentar os mesmos ambientes sem chamara atenção? Essa insistência já está ficando cansativa (usuário da *internet*; 2011).

– De qualquer forma, o fato é que quem prega contra os homossexuais alimenta o ódio e o preconceito de quem não tem discernimento. Por mais que tentem negar ou se defender, são co-responsáveis pelo que aconteceu e agora estão vulneráveis – amanhã poderá ser você ao estar abraçando seu filho. Pelo que leio aqui, começo a pensar se será somente assim que você será capaz de entender o mal do preconceito. Novamente parabênzo os Senhores Bolsonaro e Myrian Rios (usuário da *internet*; 2011).

O poder se manifesta de outras formas. Por vezes, tem a ver com uma política de gestos, que remetem a uma imagem, no caso, da homossexualidade. São diversas as práticas que escapam da palavra escrita, da lógica discursiva, mas que também carecem de atenção. Não é mais suficiente pensar os discursos em suas exclusões, incitações, reproduções...

Os signos são eleitos e re-significados. E, na dinâmica destas constituições, a incerteza só fortalece o conflito, às vezes descontrolado. A violência, em particular, é apenas mais um acontecimento, mas de extrema importância para entendermos o aprofundamento das tensões e a necessidade de cuidado.

A reportagem é categórica, uma vez que expõe o nível do preconceito, com o ato violento atingindo o próprio grupo que pretendia proteger. Mais grave ainda é percebermos a manutenção da postura homofóbica pelos comentários de alguns usuários da *internet*.

Mais pertinente é a necessidade de outra perspectiva de análise, como defendemos ao longo do trabalho:

Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (FOUCAULT, 2009, p.15).

E, retomando o aviso de Foucault (2009), percebemos como estes “pequenos” acontecimentos são relevantes para entendermos as questões “maiores”. Mas o que está em jogo para nós é tentar lançar mão de uma genealogia deste presente vivido, compreendendo que, não podemos ignorar ignorarmos os acontecimentos.

Após morte de gay, Chile aprova projeto de lei antidiscriminação

04/04/12, O Globo

Texto tramitava há sete anos; ONU fez pressão em favor da legislação

Pressionado inclusive pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Congresso do Chile aprovou nesta quarta-feira um projeto de lei discriminação. A morte antecedida de tortura de um jovem homossexual em março desencadeou pressões para por fim aos 7 anos de tramitação do texto. Daniel Zamudio, de 24 anos, foi atacado na capital, Santiago. Os agressores chegaram fazer cortes em forma de suásticas — o símbolo nazista — em seu corpo. Supostamente, quatro jovens neonazistas cometeram o crime, tendo torturado a vítima durante cinco horas segundo o advogado da família. Alejandro Angulo, de 26 anos; Raúl López, 25; Patricio Ahumada, 25; e Fabián Mora, 20 foram detidos. O crime levou o presidente Sebastián Piñera a pressionar os deputados pela aprovação do texto, que já havia passado no senado em novembro de 2011. A votação foi apertada. O projeto passou por 58 votos a 56, e alguns aspectos ficaram pendentes, a serem resolvidos por uma comissão mista de senadores e deputados. Um deles, segundo o site da Câmara do Chile, é um ponto inclui como agravante de responsabilidade penal nos delitos aquele relacionado à identidade de gênero. A sanção, então, ainda deve levar algum tempo para ocorrer. Setores governistas e alguns membros da oposição, assim como as igrejas evangélicas, opuseram-se ao projeto por considerar que ele poderia abrir as portas a casamentos homossexuais. A Igreja Católica também manifestou reservas. De acordo com a imprensa local, o deputado Artur Squella, da União Independente Democrática, criticou o “aproveitamento político” da morte de Zamudio. No dia da morte de Zamudio, a ONU emitiu nota condenando o ataque e pressionando pela aprovação de uma legislação contra a discriminação. “Lamentamos o ato violento e criminoso que tirou a vida deste jovem e pedimos ao Congresso do Chile para passar uma lei contra a discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero, em plena conformidade com as normas internacionais de direitos humanos”, diz o comunicado (O GLOBO, 2012).

Novamente, a violência como um acontecimento, com o agravante de ter ocorrido com crueldade, tortura e morte. E ainda assim, a emergência foucaultiana se apresenta: alianças são forjadas, lados são escolhidos, constrangimentos são negociados, mas não conseguem, pelo menos neste caso, superar a intensidade da marca do ódio e suas consequências.

Mesmo que por uma pequena margem, há a proveniência de uma outra forma de pensar a homossexualidade através da vitória dos direitos humanos, da afirmação da vida em todas as suas formas, do entendimento que as homossexualidades não devem ficar restritas a concepções retrógradas e limitadoras.

O que isso nos diz a respeito das homossexualidades vigentes na sociedade chilena? E como, por este exemplo, podemos pensar as homossexualidades na nossa sociedade?

A discussão não está encerrada lá, como não está aqui. As disputas de forças permanecem. Não há vitória estabelecida, nem verdade que não possa ser questionada. A conquista então é de que não parece ser possível silenciar o debate. Mas agora, cada casal homossexual pode afirmar-se enquanto tal, aqui no Brasil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores desafios para este trabalho foi o de considerar a *internet* como campo adequado para pesquisa acadêmica. A maior parte das referências disponíveis tratava de procedimentos para o uso de instrumentos *online*, especificamente em pesquisas experimentais, o que prejudicou muito o andamento dos trabalhos em seus momentos iniciais. Entendemos que discussão metodológica é a base para qualquer boa produção acadêmica.

A pesquisa na ou pela *internet* exige um cuidado ético muito grande, porque os modos de relação possíveis entre pesquisador e sujeitos da pesquisa podem assumir formas diversas, em termos de estratégia de contato, tempo, implicação. Quando decidimos primar não pelos indivíduos, mas pelas suas falas, e buscando uma abordagem teórica das reverberações a partir dos textos, deslocamos alguns dos nossos posicionamentos iniciais.

Acreditamos que uma pequena mudança de perspectiva, especificamente ao tratarmos mais dos discursos acerca das homossexualidades do que dos seus efeitos nos indivíduos homossexuais – que era o objetivo inicial, anteriormente à qualificação –, suscitou toda uma nova configuração para o trabalho.

A posição de observador participante invisível, se podemos nos apropriar do entendimento de Hine (2005) em nossos próprios termos, não é tão confortável quanto parece. Aliás, o movimento de imersão nos textos *online*, especificamente o acompanhamento dos comentários nas notícias, revelou-se tarefa extremamente inóspita.

Além disso, utilizar a *internet* como campo de pesquisa exige um mínimo de conhecimento dos modos de interação vigentes e algum conhecimento tecnológico, de modo que recomendamos para qualquer pesquisador que adentre este espaço, que não subestime a necessidade de problematizar o modo de inserção, as ferramentas utilizadas e o cuidado com o tratamento dos dados, para além da interação com outras pessoas.

No tocante ao trabalho em si, pôde ser observado que, com exceção da própria aprovação da união estável para casais homoafetivos, as notícias com mais comentários eram aquelas relativas diretamente (especialmente, em seus títulos) a questão de interesse de grupos religiosos. Se a nossa pesquisa tivesse sido pensada em outra formatação, privilegiando outro tipo de abordagem, como contato pessoal e entrevistas individuais, por exemplo, não teríamos o mesmo alcance, nem os mesmos resultados.

Acreditamos que seria impossível tentar realizar uma análise discursiva, tendo como instrumentos metodológicos a arqueologia e a genealogia foucaultianas, ainda que voltadas para uma perspectiva de investigação na atualidade, se adotássemos uma interação imediata com os demais usuários dos portais.

Quando pensamos em uma genealogia do presente, consideramos que era objetivo do trabalho não investigar as configurações prévias que suscitaram as concepções de homossexualidades como doença, pecado ou crime, por exemplo. Isto já foi realizado amplamente por outros autores no meio acadêmico.

Interessa-nos mais chamar atenção para a existência de uma disputa de forças acontecendo agora, neste momento, no cenário social brasileiro, e trazer à tona quais elementos, verdades e sujeitos atuam e estão se constituindo a partir da aprovação da união estável com um acontecimento notável para as correlações de forças.

O que estamos dizendo é que o corpo social estabelece regras diversas para as manifestações dos discursos, como limitações físicas de espaço, finalidade do contexto dos encontros, ou mesmo exigências sociais. Por exemplo, a contingência espacial para discussão política (as assembleias), a efemeridade imposta às relações nos meios de transporte e locais de passagem, o clima favorável à dança e ao flerte de festas e casas noturnas, ou ainda as exigências formais dos eventos sociais tradicionais, como aniversários e casamentos.

Atentamos para o transbordamento entre realidade concreta e realidade virtual. Ainda que esta verificação não fosse do escopo do trabalho, é pertinente notarmos como os eventos se desenlaçam ou são capturados pelas disputas de poder. A aprovação da lei no Chile em dois mil e doze, após a morte de um jovem por homofobia, é um exemplo relevante, ainda que várias agressões e assassinatos no Brasil não tenham sido suficientes, até o momento, para um acontecimento similar; o que deixa claro que as forças em disputa são distintas nos dois países.

Também notamos, ao longo do trabalho, e posteriormente a ele, novos movimentos nas relações de poder. Gostaríamos de destacar dois, em particular. O primeiro tem a ver com um movimento de entidades religiosas com representação nacional para terem o direito de questionar decisões do STF, conforme a PEC 99/11⁸.

⁸ Pela proposta, inclui entidades religiosas de âmbito nacional entre aquelas que podem propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade ao STF. Qualquer lei criada pelo Legislativo e promulgada pelo Executivo poderia ser questionada por essas entidades (ESTADÃO, 2013).

O segundo, as declarações recentes do atual Papa da Igreja Católica, defendendo maior tolerância com homossexuais (PORTAL G1, 2014).

Apenas estes dois acontecimentos seriam materiais suficientes para uma extensa pesquisa acadêmica. Contudo, como elementos de análise para estas considerações, apontam para uma mudança na configuração de forças nas disputas pelo poder de forma clara.

Uma certeza que Foucault (2009) nos trouxe foi de que não há fim para esta disputa, que as relações de poder estão em conflito constante e que vivemos, neste momento, um rearranjo que justifica uma maior atenção.

O poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e a recompensa. No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. (FOUCAULT, 2009, p.180)

Os direitos humanos dos cidadãos homossexuais estão em disputa no mundo todo. Compreendemos que, ao falar de direito e cidadania, já adotamos uma postura política e ética que afirma certa verdade. Por isso, buscamos observar a importância dos instrumentos que Foucault (2009) nos deixou para pensarmos não apenas os discursos acerca das homossexualidades, mas ir além, e problematizar a possibilidade de trabalharmos a homossexualidade como um dispositivo.

Em um mundo globalizado, precisamos entender se um casamento *gay* coletivo ocorrido no Brasil afeta as disputas nas cortes dos Estados Unidos pelo fim das restrições que ainda existem em alguns de seus estados, assim como a pressão política – e financeira – poderá ou não reverter a criminalização da homossexualidade em Uganda.

Através da arqueologia de Foucault (2009) tivemos a oportunidade de resgatar um pequeno grupo de registros digitais a respeito das homossexualidades. Delimitando nosso tempo de ação, fizemos uso dos conceitos da genealogia discutida por Foucault para, pontualmente, pensar os registros encontrados no contexto das relações de poder.

O que pudemos observar foi que a aprovação da união estável homoafetiva pelo STF, ainda que seja um direito conquistado e exercido nos últimos três anos, não está garantido.

A dinâmica das relações de poder exige a elaboração de estratégias e a constituição de uma política de alianças, onde os discursos de verdade, em conjunto com os discursos do direito exercem papéis de destaque.

Enquanto flertamos com os preceitos mais humanitários de algumas religiões, que têm abraçado os cidadãos LGBT, os religiosos buscam apoio na economia, aumentam sua influência no poder legislativo, e adotam símbolos análogos aos da luta LGBT, como as Marchas para Jesus.

Ao nos colocarmos na posição de analisar os diversos discursos a partir de notícias, pretendíamos partir de pautas que compõem a correlação de forças para, através dos comentários, resgatarmos afetos, acessarmos as respostas de indivíduos aos discursos de maior alcance.

Não pretendíamos, portanto, racionalizar as falas das pessoas, através de interpretações capturadas por discursos de verdade amparados no conhecimento científico. Neste sentido, nos aliarmos à Michel Foucault como referência principal mostrou-se uma decisão acertada.

Se hoje há uma incitação aos discursos relativos à homossexualidade, temos que ficar atentos a conformação de um novo dispositivo. Foucault (2009, p.244) nos ensina que os dispositivos se formam em momentos de urgência. Bem, estamos vivendo tempos de urgência.

Ainda que comemoremos vitórias em países como o Brasil, Argentina, Chile e Estados Unidos, a resistência à expressão homossexual ganhou contornos funestos em Uganda e na Rússia. Uganda aprovou este ano uma lei que criminaliza a homossexualidade (G1, 2014), enquanto a Rússia aprovou uma lei que proíbe o que tem chamado de ‘propaganda de apologia à homossexualidade’ (G1, 2013).

A *internet*, neste caso, eleva sua importância na disputa pelos discursos de verdade, tornando acessíveis pedidos de socorro, expondo abusos, unindo vozes individuais que buscam uma mesma mensagem. Devemos, então, nos apropriar desta ferramenta, deste espaço que também está em disputa, constante, como acompanhamos nos embates entre os usuários e visitantes dos *sites* de notícias ao longo da nossa pesquisa.

Refletindo sobre a imensidão da *internet*, análoga à grandiosidade da rede de um dispositivo da [homos]sexualidade, compreendemos que é possível buscar no particular os elementos necessários para a atuação das relações de poder. Em cada fala, era possível sentir os efeitos dos discursos de verdade, e como nas relações entre os indivíduos, estes mesmos discursos eram reproduzidos, re-significados ou resistidos.

Com isso em mente, entendemos que foi possível capturar pelo menos a expressão do dispositivo da homossexualidade nestes espaços de disputa, que são as notícias na *internet*. A partir de Foucault, podemos desenvolver estratégias semelhantes, se o nosso objetivo for desviar da afirmação dos discursos de verdade, a fim de compreender os modos como eles emergem, tal qual a genealogia de Foucault nos permitiu.

7. REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Renata Lopes; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida. **Post-structuralism and psychological research on/through the internet**. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 25, n. spe, 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 jul, 2014.

BRAGA, A. **Usos e consumos de meios digitais entre participantes de weblogs: uma proposta metodológica**. In: Anais do XVI Encontro da Compós, na UTP , em Curitiba, PR, 2007. Disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_162.pdf> Acesso em 1 jul, 2014

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003

CAPRIGLIONE, Laura. **Lésbicas de Cristo: Igreja evangélica fundada por mulheres homossexuais no centro de São Paulo quer acolher "escorraçados pela intolerância"**. 16 jun, 2011. FOLHA. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1606201114.htm>>. Acesso em 1 jul, 2014.

CONSULTOR JURÍDICO. **Clube mineiro é multado por ofensa de torcida**. Sítio da Revista Consultor Jurídico. 13 abr, 2011. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2011-abr-13/clube-multado-50-mil-ofensa-homofobica-torcida>>. Acesso em: 8 jul, 2013.

CONTATTO, Nicolas. **Mesmo sem beijo gay, novela Ti Ti Ti termina como pioneira por tratar amor com naturalidade**. Sítio Mix Brasil. 21 mar, 2011. Disponível em <<http://mixbrasil.uol.com.br/cultura-gls/televisao/mesmo-sem-beijo-gay-novela-ti-ti-ti-termina-como-pioneira-por-tratar-amor-com-naturalidade.html>>. Acesso em: 8 out, 2011.

COSTA, Paulo da; BIANCHINI, David. **Caracterização da demanda futura de usuários da internet no Brasil: uma contribuição para o desenvolvimento de políticas governamentais de inclusão digital e acesso a internet**. *JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag. (Online)*, São Paulo , v. 5, n. 1, 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-17752008000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.4301/S1807-17752008000100007>.

CRONE, Shane Bitney. **It could happen to you**. 2012. T COULD HAPPEN TO YOU. 2012. Depoimento em vídeo divulgado em meio digital. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=pR9gyloyOjM>>. Acesso em 01 jul 2014.

DIÁLOGOS POLÍTICOS. **Eleições 2010. Votação dos deputados federais eleitos no Rio de Janeiro.** 4 out, 2010. Disponível em: <<http://dialogospoliticos.wordpress.com/2010/10/04/votacao-dos-deputados-federais-eleitos-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 8 jul, 2013.

EVANGELISMO E MISSÃO. **Convenção Batista Brasileira fala da decisão do STF sobre união gay.** 31 mai. 2011. Disponível em <Convenção Batista Brasileira fala da decisão do STF sobre união gay>. Acesso em 01 jul 2014.

FLOR, Ana. **Dilma suspende 'kit gay' após protesto da bancada evangélica.** Sítio da Folha do Jornal A Folha de São Paulo. Brasília, 25 mai, 2011. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/920652-dilma-suspende-kit-gay-apos-protesto-da-bancada-evangelica.shtml>>. Acesso em: 8 jul, 2013.

FOLHA, **STF reconhece por unanimidade a união gay.** Brasília, 5 mai, 2011. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/911999-stf-reconhece-por-unanimidade-a-uniao-gay.shtml>>. Acesso em 1 jul, 2014.

FONSECA, Pedro Leão. **Para Igreja Anglicana decisão do STF é um avanço.** 12 mai, 2011. FOLHA ONLINE. São Paulo. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/915157-para-igreja-anglicana-decisao-do-stf-e-um-avanco.shtml>>. Acesso em 1 jul, 2014.

FORMENTI, Lígia. **Governo suspende kit educativo sobre aids.** Sítio do jornal O Estado de S.Paulo. 16 mar, 2013. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,governo-suspende-kit-educativo-sobre-aids,1009311,0.htm>>. Acesso em: 8 jul, 2013.

FORMENTI, Lígia. **UNAIDS critica suspensão de kit educativo sobre doença.** Sítio do jornal O Estado de S.Paulo. 18 mar, de 2013. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,unaid-critica-suspensao-de-kit-educativo-sobre-doenca,1010289,0.htm>>. Acesso em: 8 jul, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo. Edições Loyola. 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Ditos & Escritos, vol. II.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber.** 7ª Ed. Tradução de Luiz Felipe baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** 13ª Edição. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 27ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2009.

FRANKEL, M. S. SIANG, S. **Ethical and legal aspects of human subjects research on the Internet. Workshop report for the American Association for the Advancement of Science.** Washington, DC. 1999. Disponível em <https://nationalethicscenter.org/resources/187/download/ethical_legal.pdf>. Acesso em 1 jul, 2014.

G1. **Gays e seus filhos não deveriam ser discriminados pela Igreja, diz Vaticano.** 26 jun, 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/06/gays-e-seus-filhos-nao-deveriam-ser-discriminados-pela-igreja-diz-vaticano.html>>. Acesso em 1 jul, 2014.

G1. **Parlamento russo aprova lei que bane apologia à homossexualidade.** 11 jun, 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/parlamento-russo-aprova-lei-que-bane-propaganda-gay.html>>. Acessado em 15 jun, 2014.

G1. **Presidente de Uganda sanciona lei que pune gays com prisão perpétua.** 24 fev, 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/02/presidente-de-uganda-sanciona-lei-que-pune-gays-com-prisao-perpetua.html>>. Acessado em 15 jun, 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUATTARI, F.; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUERREIRO, Gabriela. GUIMARÃES, Larissa. **Evangélicos tentam no Congresso limitar direitos dos gays.** 13 mai, 2011, FOLHA. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1606201114.htm>>. Acesso em 1 jul, 2014.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

HARAWAY, D. **Manifesto Ciborgue.** In. SILVA, Tomaz Tadeu da. **Antropologia do Ciborgue - as vertigens do pós-humano.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009

HARAWAY, D. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu, v.5. Campinas: Ed. Unicamp, 7-41p., 1995.

HINE, Christine. **Virtual Methods: Issues in social research on the internet.** New York, NY: Berg. 2005. Disponível em <<http://cyberlabnau.files.wordpress.com/2012/11/hine-c-virtual-methods.pdf>>. Acesso em 1 jul 2014.

ISKANDARIAN, Carolina. **Bispos criticam união gay em dia de votação do tema no STF**. 5 mai, 2011. Portal G1. Aparecida, SP. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/05/bispos-criticam-uniao-gay-em-dia-de-votacao-do-tema-no-stf.html>>. Acesso em 1 jul, 2014.

KOZINETS, Robert V. **The Field Behind the Screen: Using Netnography For Marketing Research in Online Communities**. Journal of Marketing Research, 39 (February), 2002. p.61-72

LATOUR, Bruno. **Cogitamus: seis cartas sobre las humanidades científicas**. Buenos Aires, Paidós, 2012.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução por Carlos Irineu da Costa. 1ª Edição. Editora 34, São Paulo. 1999a.

MAURO, Fillipe. **Justiça da Rússia proíbe marchas do orgulho gay pelos próximos 100 anos**. 19 ago, 2012, Site Opera Mundi. Disponível em <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/23776/justica+da+russia+proibe+marchas+do+orgulho+gay+pelos+proximos+100+anos.shtml>>. Acesso em 1 jul, 2014.

NOSEK, Brian A. BANAJI, Mahzarin R. GREENWALD, Anthony G. **E-Research: Ethics, Security, Design, and Control in Psychological Research on the Internet**. Journal of Social Issues, Vol. 58, No. 1, 2002, pp. 161--176. Disponível em <<http://neuron4.psych.ubc.ca/~schaller/528Readings/NosekBanajiGreenwald2002.pdf>>. Acesso em 1 jul, 2014.

NOTÍCIAS STF. **Supremo reconhece união homoafetiva**. Sitio do STF. 05 mai, 2011. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>>. Acesso em: 8 jul, 2013.

O GLOBO. **Após morte de gay, Chile aprova projeto de lei antidiscriminação**. 04 abr, 2012. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/mundo/apos-morte-de-gay-chile-aprova-projeto-de-lei-antidiscriminacao-4497841>>. Acesso em 1 jul, 2014.

O GLOBO. **Comunidade gay comenta decisão do STF sobre união estável**. Rio de Janeiro, 05 mai. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/comunidade-gay-comenta-decisao-do-stf-sobre-uniao-estavel-2774464>>. Acesso em 01 jul 2014.

Pai e filho são agredidos após serem confundidos com casal gay. 19/07/2011, FOLHA. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/07/945603-pai-e-filho-sao-agredidos-apos-serem-confundidos-com-casal-gay.shtml>>. Acesso em 1 jul, 2014.

PASSARINHO, Nathalia; COSTA, Fabiano. **Câmara decide arquivar projeto que autoriza 'cura gay'**. Sítio do G1. 02 jul, 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/presidente-da-camara-barra-novo-projeto-da-cura-gay.html>>. Acesso em: 8 jul, 2013.

PORTAL UOL. **Brasil atinge 60 milhões de usuários ativos de internet em março**, diz IBOPE. 7 mai, 2014. Disponível em <<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/07/brasil-atinge-60-milhoes-de-usuarios-ativos-de-internet-em-marco-diz-ibope.htm>>. Acesso em 1 jul, 2014.

PORTAL UOL. **Senador lamenta decisão da Justiça pela retirada de outdoor contra homossexualidade**. Sítio do UOL. Brasília. 22 ago, 2011. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/08/22/crivella-lamenta-decisao-da-justica-pela-retirada-de-outdoor-contr-homossexualidade.htm>>. Acesso em: 8 jul, 2013.

ROCHA, Paula Jung. MONTARDO, Sandra Portella. **Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. 2005. Disponível em <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/55/55>> Acesso em 1 jul 2014.

RONCAGLIA, Daniel. **Procuradoria quer retratação de pastor sob acusação de homofobia**. Sítio do UOL. 16 fev, 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1049705-procuradoria-quer-retratacao-de-pastor-sob-acusacao-de-homofobia.shtml>>. Acesso em: 8 jul, 2013.

SARDINHA, Edson. **E o melhor deputado em 2012 é... Jean Wyllys**. Sítio Congresso em Foco. 8 nov, 2012. Disponível em <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/e-o-melhor-deputado-em-2012-e-jean-wyllys/>>. Acesso em: 8 jul, 2013.

SARDINHA, Edson. **Jean Wyllys: “Minha votação tem um recado político”**. Sítio Congresso em Foco. 14 nov, 2011. Disponível em <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/jean-wyllys-%E2%80%9Cminha-votacao-tem-um-recado-politico%E2%80%9D/>>. Acesso em: 8 jul, 2013.

SIBILIA, P.; DIOGO, L. **Vitrines da intimidade na internet: imagens para guardar ou para mostrar?** Estud. sociol., Araraquara, v.16, n.30, p.127-139, 2011b.

SIBILIA, Paula. **A desmaterialização do corpo: da alma (analógica) à informação (digital)**. Dossiê Comunicação, Mídia e Consumo. V.3. n. 6. São Paulo: março 2006 pp. 105-119.

SIBILIA, Paula. **A técnica contra o acaso: os corpos inter-hiperativos da contemporaneidade**. Revista Famecos, 2011a. 18 (3), p. 638-656

SIBILIA, Paula. **A vida interconectada, alongada e espetacular: Desafios biopolíticos do século XXI**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 20, p. 05-08, dez. 2010.

SILVA, Luís Augusto Vasconcelos da. **A cibersexualidade e a pesquisa online: algumas reflexões sobre o conceito de barebacking**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 14, n. 34, Sept. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 jul 2014.

SIMIONATO, Maurício. **Saber que eles estão soltos me deu medo de sair na rua, diz homem que teve orelha arrancada ao ser confundido com gay**. Sítio do UOL. 20 jul, 2011. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/07/20/saber-que-eles-estao-soltos-me-deu-medo-de-sair-na-rua-diz-homem-que-teve-orelha-arrancada-ao-ser-confundido-com-gay.htm>>. Acesso em: 8 jul, 2013.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**. Uma teoria de comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes 2002.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade, uma história**. Tradução de Rubem M. Machado. Rio de Janeiro: Record, 1996.

TEIXEIRA, Rodrigo. **Justiça decreta prisão de sargento do Exército que baleou jovem em parada gay no Rio**. Sítio do UOL. 28 jul, 2011. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/07/28/justica-decreta-prisao-de-sargento-do-exercito-que-baleou-jovem-em-parada-gay-no-rio.htm>>. Acesso em: 8 jul, 2013

ANEXO: LISTA DE NOTÍCIAS PESQUISADAS AO LONGO DO TRABALHO

A listagem que segue apresenta todas as notícias que foram pesquisadas ao longo da pesquisa, indicando data, título, quantidade de comentários até 1º de junho de 2014, e seu respectivo link.

Data	Título	Quantidade de Comentários	Link
05/05/2011	Decisão do STF facilita adoção e pensão para gays	88	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/911819-decisao-do-stf-facilita-adoacao-e-pensao-para-gays.shtml
05/05/2011	STF reconhece por unanimidade a união gay	1802	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/911999-stf-reconhece-por-unanimidade-a-uniao-gay.shtml
05/05/2011	Supremo reconhece união estável de homossexuais	0	http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/supremo-reconhece-uniao-estavel-de-homossexuais.html
05/05/2011	'Prevaleceram os direitos humanos', diz ministra sobre união gay	0	http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/prevaleceram-os-direitos-humanos-diz-ministra-sobre-uniao-gay.html
05/05/2011	Bispos criticam união gay em dia de votação do tema no STF	0	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/05/bispos-criticam-uniao-gay-em-dia-de-votacao-do-tema-no-stf.html
06/05/2011	A parada gay venceu o deboche	118	http://www1.folha.uol.com.br/columnas/gilbert-odimstein/912137-a-parada-gay-venceu-o-deboche.shtml
06/05/2011	Veja perguntas e respostas sobre o julgamento da união gay pelo STF	0	http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-julgamento-da-uniao-gay-pelo-stf.html
06/05/2011	Militantes gays esperam lei que criminaliza homofobia	0	http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/militantes-gays-esperam-lei-que-criminaliza-homofobia.html
06/05/2011	Chorei muito, diz Marta após Supremo reconhecer união estável gay	40	http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/05/06/chorei-muito-diz-marta-apos-supremo-reconhecer-uniao-estavel-gay.htm
07/05/2011	Oito propostas em discussão na Câmara regulamentam união gay	0	http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/oito-propostas-em-discussao-na-camara-regulamentam-uniao-gay.html
09/05/2011	Casal gay de Goiânia registra união e quer casamento e filho	127	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/913323-casal-gay-de-goiania-registra-uniao-e-quer-casamento-e-filho.shtml
11/05/2011	CNBB critica STF por reconhecimento de união gay	191	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/914435-cnbb-critica-stf-por-reconhecimento-de-uniao-gay.shtml
11/05/2011	Deputado Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas do rio	3114	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/914163-deputado-bolsonaro-leva-panfleto-antigay-a-escolas-do-rio.shtml

Data	Título	Quantidade de Comentários	Link
11/05/2011	Após decisão do STF, CNBB diz em nota que não reconhece união gay	0	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/05/apos-decisao-do-stf-cnbb-diz-em-nota-que-nao-reconhece-uniao-gay.html
12/05/2011	Para igreja anglicana, decisão do STF e um avanço	63	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/915157-para-igreja-anglicana-decisao-do-stf-e-um-avanco.shtml
13/05/2011	Estudantes promovem beijaço contra Bolsonaro em SC	65	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/915595-estudantes-promovem-beijaco-contr-bolsonaro-em-sc.shtml
13/05/2011	Evangélicos tentam no congresso limitar direitos dos gays	584	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/915267-evangelicos-tentam-no-congresso-limitar-direitos-dos-gays.shtml
18/05/2011	Manifestantes do movimento gay dão 'abraço' simbólico no Supremo	?	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2011/05/gays-fazem-manifestacao-com-abraco-simbolico-ao-supremo.html
25/05/2011	Para entidade gay, Estado laico está ameaçado	39	http://www1.folha.uol.com.br/poder/920941-para-entidade-gay-estado-laico-esta-ameacado.shtml
26/05/2011	Dilma diz que governo não fará propaganda de opções sexuais	288	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/921243-dilma-diz-que-governo-nao-fara-propaganda-de-opcoes-sexuais.shtml
27/05/2011	Tentativa de parada gay em Moscou termina em violência policial e prisões	17	http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/22096/tentativa+de+parada+gay+em+moscou+termina+em+violencia+policial+e+prisoes.shtml
28/05/2011	Polícia de Moscou prende 40 em passeata do orgulho gay	0	http://f5.folha.uol.com.br/humanos/947761-policia-de-moscou-prende-40-em-passeata-do-orgulho-gay.shtml
16/06/2011	Mulheres homossexuais criam igreja evangélica no centro de SP	584	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1606201114.htm
17/06/2011	Rio terá primeiro casamento coletivo gay	20	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/931803-rio-tera-primeiro-casamento-coletivo-gay.shtml
19/06/2011	OAB repudia decisão de juiz que anulou união gay em Goiânia	392	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/06/932184-oab-repudia-decisao-de-juiz-que-anulou-uniao-gay-em-goiania.shtml
20/06/2011	Juiz ignora decisão do STF e anula união estável de casal gay em Goiânia	0	http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2011/06/juiz-ignora-decisao-do-stf-e-anula-uniao-estavel-de-casal-gay-em-goiania.html
21/06/2011	TJ-GO cassa decisão que anulou união estável de casal gay	0	http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/06/tj-go-cassa-decisao-que-anulou-uniao-estavel-de-casal-gay.html
22/06/2011	Juiz que cancelou união gay diz que agiu por deus	2069	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/933559-juiz-que-cancelou-uniao-gay-diz-que-agiu-por-deus.shtml
22/06/2011	Parada gay de SP vai criticar igreja que veta uso de camisinha	289	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/06/933481-parada-gay-de-sp-vai-criticar-igreja-que-veta-uso-de-camisinha.shtml

Data	Título	Quantidade de Comentários	Link
26/06/2011	Igreja evangélica gay distribui panfletos na paulista	179	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/06/935081-igreja-evangelica-gay-distribui-panfletos-na-paulista.shtml
27/06/2011	Primeiro casamento civil de casal gay e autorizado diz abglt	526	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/06/935477-primeiro-casamento-civil-de-casal-gay-e-autorizado-diz-abglt.shtml
27/06/2011	Arcebispo de SP critica o uso de imagens de santos na Parada Gay	0	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/06/arcebispo-de-sp-critica-o-uso-de-imagens-de-santos-na-parada-gay.html
28/06/2011	Deputado federal quer criar dia do orgulho heterossexual	55	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/936027-deputado-federal-quer-criar-dia-do-orgulho-heterossexual.shtml
28/06/2011	Justiça converte união estável de mulheres em casamento gay no DF	0	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2011/06/mulheres-oficializam-1-casamento-gay-do-distrito-federal.html
04/07/2011	Resolucao estabelece visita intima a presos homossexuais	137	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/938569-resolucao-estabelece-visita-intima-a-presos-homossexuais.shtml
05/07/2011	Casal gay de insensato coracao vira assunto proibido na globo	834	http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2011/07/938954-casal-gay-de-insensato-coracao-vira-assunto-proibido-na-globo.shtml
12/07/2011	Rio pode virar capital mundial do turismo gay diz the guardian	1183	http://www1.folha.uol.com.br/bbc/2011/07/942256-rio-pode- virar-capital-mundial-do-turismo-gay-diz-the-guardian.shtml
19/07/2011	Globo e sbt orientam autores a baixar bola de personagens gays	1086	http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2011/07/945694-globo-e-sbt-orientam-autores-a-baixar-bola-de-personagens-gays.shtml
19/07/2011	Pai e filho são agredidos após serem confundidos com casal gay	1096	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/07/945603-pai-e-filho-sao-agredidos-apos-serem-confundidos-com-casal-gay.shtml
20/07/2011	Polícia identifica dois suspeitos de agredir pai e filho em SP	394	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/07/946130-policia-identifica-dois-suspeitos-de-agredir-pai-e-filho-em-sp.shtml
22/07/2011	Obama autoriza homossexuais assumidos no exercito dos EUA	98	http://www1.folha.uol.com.br/mundo/948479-obama-autoriza-homossexuais-assumidos-no-exercito-dos-eua.shtml
26/07/2011	Skinhead gay luta contra a homofobia pelas ruas de são Paulo	396	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/07/949886-skinhead-gay-luta-contra-a-homofobia-pelas-ruas-de-sao-paulo.shtml
26/07/2011	Justiça converte união estável em casamento gay no interior de SP	0	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/06/justica-autoriza-casamento-gay-em-sp.html
28/07/2011	55% das pessoas são contra união estável gay, diz pesquisa do Ibope	0	http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/07/55-das-pessoas-sao-contra-uniao-estavel-gay-diz-pesquisa-do-ibope.html
01/08/2011	Sucesso eleitoral da assembléia de deus e maior que o do PT	520	http://www1.folha.uol.com.br/poder/952653-sucesso-eleitoral-da-assembleia-de-deus-e-maior-que-o-do-pt.shtml

Data	Título	Quantidade de Comentários	Link
02/08/2011	Câmara de SP aprova criação do dia do orgulho homossexual	1535	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/953396-camara-de-sp-aprova-criacao-do-dia-do-orgulho-heterossexual.shtml
09/08/2011	Vereadores agora querem desaprovar dia do hétero em São Paulo	948	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/956728-vereadores-agora-querem-desaprovar-dia-do-hetero-em-sao-paulo.shtml
17/08/2011	Beijo gay e considerado impróprio para menores de 18 no youtube	347	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/960831-beijo-gay-e-considerado-improprio-para-menores-de-18-no-youtube.shtml
18/08/2011	Outdoor evangélico gera crítica de gays em ribeirão preto	1435	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/961624-outdoor-evangelico-gera-critica-de-gays-em-ribeirao-preto-sp.shtml
19/08/2011	Justiça manda retirar outdoor evangélico criticado por gays em SP	1241	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/962638-justica-manda-retirar-outdoor-evangelico-criticado-por-gays-em-sp.shtml
22/08/2011	OAB discute casamento e adoção para casais gays	933	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/08/963178-oab-discute-casamento-e-adoacao-para-casais-gays.shtml
30/08/2011	Casal de lésbicas tem dupla maternidade reconhecida pela justiça	2178	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/967447-casal-de-lesbicas-tem-dupla-maternidade-reconhecida-pela-justica.shtml
10/09/2011	Primeira união homoafetiva com policial militar acontece no ES	0	http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2011/09/primeira-uniao-homoafetiva-com-policial-militar-acontece-no-es.html
18/09/2011	Brasília tem 14ª edição da Parada Gay neste domingo	0	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2011/09/participantes-da-parada-gay-de-brasilia-se-preparam-para-marcha.html
12/10/2011	Identidade sexual no trabalho fez 13 dos homossexuais na Itália serem demitidos	1	http://www1.folha.uol.com.br/mundo/989653-identidade-sexual-no-trabalho-fez-13-dos-homossexuais-na-italia-serem-demitidos.shtml
25/10/2011	STJ aprova, em decisão inédita no país, casamento civil entre duas mulheres	0	http://oglobo.globo.com/politica/stj-aprova-em-decisao-inedita-no-pais-casamento-civil-entre-duas-mulheres-2896578
26/10/2011	'Casamento gay é tendência jurídica', diz OAB sobre decisão do STJ	97	http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/10/casamento-gay-e-tendencia-juridica-diz-oab-sobre-decisao-do-stj.html
26/10/2011	Entenda o que muda com a aprovação do casamento gay pelo STJ	4	http://acapa.virgula.uol.com.br/politica/entenda-o-que-muda-com-a-aprovacao-do-casamento-gay-pelo-stj/2/14/15056
30/10/2011	Governo elabora protocolo para combater homofobia	293	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/10/999168-governo-elabora-protocolo-para-combater-homofobia.shtml
09/11/2011	Rio é eleito pela segunda vez destino gay mais sexy do mundo	54	http://www1.folha.uol.com.br/turismo/2011/11/1004126-rio-e-eleito-pela-segunda-vez-destino-gay-mais-sexy-do-mundo.shtml

Data	Título	Quantidade de Comentários	Link
12/11/2011	Casamento gay reabre debate antes de eleições na França	31	http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2011/11/1005750-casamento-gay-reabre-debate-antes-de-eleicoes-na-franca.shtml
15/11/2011	Governo dará visto a estrangeiro em união homoafetiva, diz secretário	34	http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/governo-dara-visto-todo-estrangeiro-em-uniao-homoafetiva-diz-secretario.html
24/11/2011	Pesquisa feita na Parada Gay do Rio mostra que maioria não denuncia violência contra homossexuais	0	http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/11/24/pesquisa-feita-na-parada-gay-do-rio-mostra-que-maioria-nao-denuncia-violencia-contra-homossexuais.htm
30/11/2011	Senado nigeriano aprova projeto de lei banindo casamento gay	5	http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1014302-senado-nigeriano-aprova-projeto-de-lei-banindo-casamento-gay.shtml
02/12/2011	Senado nigeriano se nega a retirar projeto de lei contra casamento gay	14	http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2011/12/1015518-senado-nigeriano-se-nega-a-retirar-projeto-de-lei-contra-casamento-gay.shtml
23/12/2011	Padre católico espanhol impede batizado ao descobrir que padrinho é gay	63	http://www1.folha.uol.com.br/bbc/2011/12/1025377-padre-catolico-espanhol-impede-batizado-ao-descobrir-que-padrinho-e-gay.shtml
09/01/2012	Casamento gay ameaça a humanidade diz o papa	1	http://f5.folha.uol.com.br/humanos/1032064-casamento-gay-ameaca-a-humanidade-diz-o-papa.shtml
20/01/2012	Turismo gay representa 10 do total anual de viajantes	12	http://www1.folha.uol.com.br/turismo/1036732-turismo-gay-representa-10-do-total-anual-de-viajantes.shtml
24/01/2012	UOL Carros: Renault usa casamento gay para celebrar Twingo	5	http://mais.uol.com.br/view/ghq5e0ko7v54/uol-carros-renault-usa-casamento-gay-para-celebrar-twingo-04024E1B3764D8A12326?types=A&
13/02/2012	Gay espancado e enterrado vivo no para	237	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/02/1048241-gay-e-espancado-e-enterrado-vivo-no-para.shtml
15/02/2012	Conselho médico critica mudanças em vídeos de campanha contra AIDS	2	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/02/1049363-conselho-medico-critica-mudancas-em-videos-de-campanha-contra-aids.shtml
17/02/2012	Malafaia chama de absurda a ação que o acusa de homofobia	787	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/02/1050402-malafaia-chama-de-absurda-a-acao-que-o-acusa-de-homofobia.shtml
27/02/2012	Projeto de bancada evangélica propõe legalizar cura gay	2110	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/02/1053992-projeto-de-bancada-evangelica-propoe-legalizar-cura-gay.shtml
28/02/2012	Justiça manda Paulistano incluir gay como dependente de parceiro	32	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/02/justica-manda-paulistano-incluir-gay-como-dependente-de-parceiro.html
29/02/2012	Lei anti-propaganda gay é aprovada em São Petersburgo	12	http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/20221/lei+anti-propaganda+gay+e+aprovada+em+sao+pet+ersburgo.shtml

Data	Título	Quantidade de Comentários	Link
06/03/2012	Neonazistas no Chile cortam orelha, queimam e marcam gay com suástica	41	http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/20349/neonazistas+no+chile+cortam+orelha+queimam+e+marcam+gay+com+suastica.shtml
12/03/2012	Ortodoxos pedem proibição de propaganda homossexual na Rússia	52	http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2012/03/1060474-ortodoxos-pedem-proibicao-de-propaganda-homossexual-na-russia.shtml
13/03/2012	O medo continua dentro da gente, diz gay espancado por seis homens em Salvador	14	http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/03/13/o-medo-continua-dentro-da-gente-diz-gay-espancado-por-seis-homens-em-salvador.htm
20/03/2012	Aluno do RS é agredido na saída da escola por ser gay; professores teriam ignorado bullying	5	http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/03/20/aluno-do-rs-e-agredido-na-saida-da-escola-por-ser-gay-professores-teriam-ignorado-bullying.htm
03/04/2012	Michael se diz mais aceito após assumir ser gay e narra caso com prostituta em livro	17	http://noticias.bol.uol.com.br/esporte/2012/04/03/michael-se-diz-mais-aceito-apos-assumir-homossexualidade-e-narra-caso-com-prostituta-em-livro.jhtm
04/04/2012	Após morte de gay, Chile aprova projeto de lei antidiscriminação	2	http://oglobo.globo.com/mundo/apos-morte-de-gay-chile-aprova-projeto-de-lei-antidiscriminacao-4497841
17/04/2012	Após polêmica, bispo e gay conversam sobre criação de Pastoral da Diversidade em Maringá (PR)	0	http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/04/17/apos-polemica-bispo-e-gay-conversam-sobre-criacao-de-pastoral-da-diversidade-em-maringa-pr.htm
17/04/2012	Gay de 14 anos se mata após bullying na escola e no Facebook	0	http://jovempan.uol.com.br/noticias/comportamento-educacao/gay-de-14-anos-se-mata-apos-bullying-na-escola-e-no-facebook.html
25/04/2012	'Vivíamos escondidas até encontrar igreja que nos aceitasse', diz casal gay	6	http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2012/04/27/viviamos-escondidas-ate-encontrar-igreja-que-nos-aceitasse-diz-casal-gay.htm
27/04/2012	Desafiando preconceito cresce número de igrejas inclusivas no Brasil	213	http://www1.folha.uol.com.br/bbc/2012/04/1082262-desafiando-preconceito-cresce-numero-de-igrejas-inclusivas-no-brasil.shtml
01/05/2012	Polícia russa prende 17 manifestantes por direitos gays	9	http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2012/05/1083968-policia-russa-prende-17-manifestantes-por-direitos-gays.shtml
03/05/2012	Exposição no Rio retrata participação de mães de filhos gays na luta contra a homofobia	5	http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/05/03/exposicao-no-rio-retrata-participacao-de-maes-de-filhos-gays-na-luta-contr-a-homofobia.htm
09/05/2012	Em entrevista a rede de tv Obama declara apoio a casamento gay	485	http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2012/05/1087846-em-entrevista-a-rede-de-tv-obama-declara-apoio-a-casamento-gay.shtml
14/05/2012	Na Grécia, neonazistas distribuem panfletos que ameaçam homossexuais e imigrantes	12	http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/21815/na+grecia+neonazistas+distribuem+panfletos+que+ameacam+homossexuais+e+imigrantes.shtml

Data	Título	Quantidade de Comentários	Link
20/05/2012	Fotógrafos flagram agressão a militante gay na Ucrânia	33	http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/21957/fotografos+flagram+agressao+a+militante+gay+na+ucrania.shtml
20/05/2012	Famoso psiquiatra pede desculpas por estudo sobre "cura" para gays	29	http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2012/05/20/famoso-psiquiatra-pede-desculpas-por-estudo-sobre-cura-para-gays.htm
24/05/2012	Comissão aprova projeto que inclui casamento gay no Código Civil	375	http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/05/comissao-aprova-projeto-que-inclui-casamento-gay-no-codigo-civil.html
09/06/2012	Mercado voltado para público gay não para de crescer em SP	0	http://mais.uol.com.br/view/jinmcm98vmk/mercado-voltado-para-publico-gay-nao-para-de-crescer-em-sp-04024C193470D0C12326
09/06/2012	Travestis e transexuais protestam contra Parada Gay: "É machista e misógina"	136	http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2012/06/09/travestis-e-transexuais-protestam-contra-parada-gay-e-machista-e-misogina/
10/06/2012	Brasil avança em mapa gay de direitos	0	http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/brasil-avanca-em-mapa-gay-de-direitos.html
10/06/2012	Criança vai à Parada Gay para aprender a não ter preconceito	4	http://tvuol.uol.com.br/video/crianca-vai-a-parada-gay-para-aprender-a-nao-ter-preconceito-04024D9C3572D0C12326/
25/06/2012	Grupo evangélico vai à parada gay e pede desculpa aos homossexuais	0	http://tribunadoceara.uol.com.br/diversao/seu-categoria/grupo-evangelico-vai-parada-gay-e-pede-desculpa-aos-homossexuais/
28/06/2012	Tumulto marca audiência na Câmara sobre "cura" gay	83	http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/estado/2012/06/28/tumulto-marca-audiencia-na-camara-sobre-cura-gay.htm
04/07/2012	Após conseguir a 1ª identidade militar, casal gay quer processar a Marinha	95	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/07/apos-conseguir-1-identidade-militar-casal-gay-quer-processar-marinha.html
04/07/2012	Pastores gays dizem querer servir de exemplo após se casarem em Belo Horizonte	75	http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/07/04/pastores-gays-dizem-querer-servir-de-exemplo-apos-se-casarem-em-belo-horizonte.htm
13/07/2012	Manifestação pede criminalização da homofobia depois de mais um ataque a gay na região da Paulista	16	http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2012/07/13/manifestacao-pede-criminalizacao-da-homofobia-depois-de-mais-um-ataque-a-gay-na-regiao-da-paulista/
31/07/2012	Casal gay registra filho na argentina em caso inédito no mundo	157	http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2012/07/1129135-casal-gay-registra-filho-na-argentina-em-caso-inedito-no-mundo.shtml
04/08/2012	Gays promovem 'beijaco' em protesto contra rede de fast-food americana	26	http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2012/08/04/gays-promovem-beijaco-em-protesto-contra-rede-de-fast-food-americana-reacionaria.htm
12/08/2012	Os gays nas Olimpíadas de Londres	29	http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2012/08/12/os-gays-nas-olimpiadas-de-londres/

Data	Título	Quantidade de Comentários	Link
19/08/2012	Justiça da Rússia proíbe marchas do orgulho gay pelos próximos 100 anos	1278	http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/23776/justica+da+russia+proibe+marchas+do+orgulho+gay+pelos+proximos+100+anos.shtml
29/08/2012	Quebrou uma barreira diz 1 homossexual a receber salário maternidade	1	http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/08/1145434-quebrou-uma-barreira-diz-1-homossexual-a-receber-salario-maternidade.shtml
17/09/2012	Haddad critica instrumentalização da religião na política	21	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/09/1154776-haddad-critica-instrumentalizacao-da-religiao-na-politica.shtml
20/09/2012	Foto polêmica entre empresário gay e Celso Russomanno causa polêmica nos meios LGBTs	149	http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2012/09/20/foto-polemica-entre-empresario-gay-e-celso-russomanno-causa-polemica-nos-meios-lgbts/comment-page-3/
20/09/2012	Malafaia diz que grupo gay é "intolerante"	9	http://atarde.uol.com.br/politica/materias/1454585-malafaia-diz-que-grupo-gay-e-%22intolerante%22
23/09/2012	Gay conta ter gasto mais de R\$ 60 mil para tentar 'conversão' à heterossexualidade	107	http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2012/09/23/gay-conta-ter-gasto-mais-de-r-60-mil-para-tentar-conversao-a-heterossexualidade.htm
25/09/2012	Presidente do Irã afirma que apoiar gays é coisa de capitalistas	24	http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2012/09/25/presidente-do-ira-afirma-que-apoiar-gays-e-coisa-de-capitalistas.htm
26/09/2012	Líder do PRB tirou texto sobre "kit gay" de blog	16	http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/lder-do-prb-tirou-texto-sobre-kit-gay-de-blog-502-04020C9B3768C8993326?types=A&
30/09/2012	Califórnia proíbe tratamento que visa reverter homossexualidade	17	http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1161835-california-proibe-tratamento-que-visa-reverter-homossexualidade.shtml
07/10/2012	Gay negro nascido em favela é o vereador mais votado de Florianópolis	0	http://eleicoes.uol.com.br/2012/noticias/2012/10/07/gay-negro-nascido-em-favela-e-o-vereador-mais-votado-de-florianopolis.htm
08/10/2012	Um ano após assumir ser gay, jogador de futebol não consegue emprego e vira professor de ioga	0	http://virgula.uol.com.br/esporte/futebol/um-ano-apos-assumir-ser-gay-jogador-de-futebol-nao-consegue-emprego-e-vira-professor-de-ioga
10/10/2012	'Kit gay' será em 2012 o aborto de 2010	0	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/71275-kit-gay-sera-em-2012-o-aborto-de-2010.shtml
10/10/2012	O (pequeno) avanço do voto para os LGBTs e contra a homofobia	34	http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2012/10/10/o-pequeno-avanco-do-voto-para-os-lgbts-e-contra-a-homofobia/
17/10/2012	Eleições: Os gays como bode expiatório	86	http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2012/10/17/eleicoes-os-gays-como-bode-expiatorio/
29/10/2012	Professora mórmon cria grupo de apoio a gays em Utah	13	http://operamundi.uol.com.br/blog/euavotam/professora-mormon-cria-grupo-de-apoio-a-gays-em-utah/

Data	Título	Quantidade de Comentários	Link
07/11/2012	Novela de Walcyr Carrasco terá vilão homossexual e casal gay com filha	177	http://cenapop.virgula.uol.com.br/2012/11/07/13454-novela-de-walcyr-carrasco-tera-vilao-homossexual-e-casal-gay-com-filha/
09/11/2012	Obama responde carta de menina que sofre bullying por ser filha de casal gay	10	http://todateen.uol.com.br/souassimtt/obama-responde-carta-de-menina-que-sofre-bullying-por-ser-filha-de-casal-gay/
09/11/2012	Pastor que fazia terapia para 'cura gay' é preso acusado de abusar sexualmente de dois homens	10	http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2012/11/09/pastor-que-fazia-terapia-para-cura-gay-e-preso-acusado-de-abusar-sexualmente-de-dois-homens.htm
11/11/2012	"Melhor deputado é gay, e com orgulho", diz Jean Wyllys ao receber o Prêmio Congresso em Foco	0	http://tribunadoceara.uol.com.br/blogs/kezuya-diniz/jogo-rapido/melhor-deputado-e-gay-e-com-orgulho-diz-jean-wyllys-ao-receber-o-premio-congresso-em-foco/
12/11/2012	Revista "Veja" publica artigo contra casamento gay e criminalização da homofobia	96	http://acapa.virgula.uol.com.br/politica/revista-veja-publica-artigo-contra-casamento-gay-e-criminalizacao-da-homofobia/2/14/21059
13/11/2012	Vaticano inicia "guerra midiática" contra casamento gay	52	http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/25415/vaticano+inicia+guerra+mediatica+contra+casamento+gay+.shtml
13/11/2012	Texto de revista sobre homossexuais e cabras gera protesto nas redes sociais	111	http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2012/11/13/texto-de-revista-sobre-homossexuais-e-cabras-gera-protesto-nas-redes-sociais/
14/11/2012	PMs do Rio recebem orientação sobre abordagem ao público da Parada Gay	0	http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/11/14/pms-do-rio-recebem-orientacao-sobre-abordagem-ao-publico-da-parada-gay.htm
18/11/2012	Parada Gay carioca supera expectativa de público e reúne 1,5 milhão de pessoas na orla de Copacabana	17	http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/11/18/parada-gay-carioca-supera-expectativa-de-publico-e-reune-15-milhao-de-pessoas-na-orla-de-copacabana.htm

Total de comentários 33119